



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIANA CESAR VERÇOSA SILVA

**AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



MARIANA CESAR VERÇOSA SILVA

**AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
MUNICÍPIO DE LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profa. Dra. Sílvia Marcia Ferreira Meletti.

Londrina
2013

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP).

S586a Silva, Mariana Cesar Verçosa.

Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais
especiais no município de Londrina-PR / Mariana Cesar Verçosa Silva –
Londrina, 2013.

138 f.: il.

Orientadora: Silvia Márcia Ferreira Meletti.

Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em
Educação, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Educação especial – Teses. 2. Excepcionais – Londrina (PR) – Teses. 3.
Inclusão em educação – Teses. 4. Estudantes – Avaliação – Teses. I. Meletti,
Silvia Márcia Ferreira. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de
Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação.
III. Título.

CDU 376

MARIANA CESAR VERÇOSA SILVA

**AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE
LONDRINA-PR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Márcia Ferreira Meletti
UEL – Londrina - PR

Profa. Dra. Mônica de Carvalho Magalhães
UFMS – Cmapo Grande - MS

Prof. Dr. Odair Sass
PUC – São Paulo - SP

Londrina, 18 de fevereiro de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, pelas graças concedidas em minha vida.

Aos meus pais, sou imensamente grata, pois foram eles, com seu amor incondicional que me ensinaram a viver com dignidade e valorizar a busca pelo conhecimento. Agradeço em especial, a minha mãe, a pessoa mais importante da minha vida, que sempre esteve ao meu lado e acreditou em mim, posso dizer que minha vida foi guiada por sua sabedoria.

Aos meus irmãos, Lucas e Isabel, agradeço o amor e o carinho ao longo desses anos. São eles os meus grandes exemplos de determinação e vontade de vencer na vida, que me incentivam a busca pela melhoria humana e profissional.

Ao meu namorado, Fernando, que com paciência e amor sempre esteve ao meu lado me dando força e coragem.

Aos integrantes do grupo de pesquisa, em especial, aos meus amigos Thaíza de Carvalho Correa, Vitor Hugo de Oliveira e Jorge Colluço, que fizeram parte desta caminhada, com inúmeras contribuições, pensamentos, apontamentos, leituras, conversas e sugestões tão certas. A eles, que com dedicação puderam contribuir com este trabalho, dedico, sobretudo, meu carinho e amizade.

Por fim, à minha querida orientadora e amiga Silvia Márcia Ferreira Meletti, que de forma exemplar, acompanhou e guiou essa pesquisa, tornando possível meu sonho de realizá-la. Agradeço de coração a essa pessoa de inteligência admirável, que soube com imensa sabedoria e dedicação guiar meus passos ao conhecimento. Meu muito obrigado!

SILVA, Mariana Cesar Verçosa. **Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina - PR.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

O presente estudo trata da escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino do município de Londrina (PR), por meio da análise das avaliações em larga escala. Especificamente, objetivou analisar a participação e o desempenho da referida população nas avaliações: Prova Brasil e ENEM, nos anos de 2007 e 2008. Tal proposta teve como base metodológica a utilização dos microdados da Prova Brasil (2007) e ENEM (2007, 2008) disponibilizados pelo INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira, com a finalidade de analisar os dados a partir das seguintes variáveis: participação na prova, tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade e desempenho. Os resultados da pesquisa apontam que uma parcela significativa da população com necessidade educacional especial realizou o ENEM (2007, 2008); entretanto, na Prova Brasil (2007) a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais foi mínima, o que reforça a ideia de ambiguidade entre discurso e prática inclusiva.

Palavras-chave: Avaliação em larga escala. Inclusão escolar. Necessidade educacional especial.

SILVA, Mariana Cesar Verçosa. **Large-scale evaluation of students with special educational needs in Londrina - PR.** 2013. 138 f. Dissertation (Master of Education) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This study deals with the education of students with special educational needs in mainstream education of Londrina (PR), through the analysis of large-scale assessments. Specifically aimed to analyze the participation and performance of that population on reviews: Prova Brasil and ENEM, in the years 2007 and 2008. This proposal was based on the methodological use of microdata from Prova Brasil(2007) and ENEM (2007, 2008) provided by INEP-National Institute of Educational Studies and Research Teixeira, in order to analyze the data from the following variables: participation in the race, type of special educational need, sex, race-ethnicity, age and performance. The survey results indicate that a significant portion of the population with special educational needs made the ENEM (2007, 2008), although in Prova Brasil (2007) the participation of students with special educational needs was minimal, which reinforces the idea ambiguity between speech and inclusive practice.

Keywords: Large-scale assessment. School inclusion. Special educational need.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e sexo – 2007	59
Tabela 2 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e raça-etnia/ (cor da pele) – 2007	60
Tabela 3 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade e etapa de ensino– 2007	62
Tabela 4 – Alunos matriculados no município de Londrina (PR) nas 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio, segundo modalidade de ensino e necessidade educacional especial – 2007	64
Tabela 5 – Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR) por dependência administrativa – 2007	65
Tabela 6 – Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais em relação à participação na Prova Brasil - 2007	66
Tabela 7 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a Prova Brasil na 4ª série – 2007	67
Tabela 8 – Incidência das necessidades educacionais especiais na Prova Brasil: 4ª série – 2007	69
Tabela 9 – Caracterização por sexo dos alunos com necessidades educacionais especiais que participaram da Prova Brasil: 4ª série – 2007	70
Tabela 10 – Caracterização por raça-etnia dos alunos com NEE que participaram da Prova Brasil: 4ª série 2007	71
Tabela 11 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a Prova Brasil: 8ª série- 2007	74
Tabela 12 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova do ENEM do 3º ano do ensino médio–2007	77
Tabela 13 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e sexo – 2008	80

Tabela 14 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e raça-etnia/ (cor da pele) – 2008	81
Tabela 15 Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade e etapa de ensino– 2008.....	83
Tabela 16 – Alunos matriculados no município de Londrina (PR) no 3º ano do ensino médio, segundo modalidade de ensino e necessidade educacional especial – 2008	84
Tabela 17 – Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR) por dependência administrativa – 2008	85
Tabela 18 – Distribuição de alunos com necessidades educacionais especiais em relação à participação no ENEM- 2008	86
Tabela 19 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova do ENEM: 3º ano do ensino médio – 2008.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONAE	Documento Final da Conferência Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ENADE	Exame Nacional de Cursos e Avaliação dos Cursos Superiores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
ProUni	Programa Universidade para Todos
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	13
1.2 MÉTODO	14
1.2.1 Coleta dos Dados	15
1.2.2 Análise dos Dados	19
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	21
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	22
2.1 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
2.2 REFORMA DO ESTADO	29
2.3 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	31
2.3.1 SAEB e Prova Brasil	33
2.3.2 ENEM	36
2.3.3 IDEB	39
3 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM BALANÇO DA ÁREA	43
3.1 ANPED	44
3.2 SCIELO	47
3.2.1 Políticas Públicas	50
3.2.2 Contexto Socioeconômico	51
3.2.3 Questionário Aplicado a Professores	52
3.2.4 Letramento	53
3.2.5 Qualidade da Educação	54
3.3 CAPES	54
3.3.1 Avaliação e Surdez	55
3.3.2 Inclusão Escolar e Avaliação em Larga Escala	56
3.4 RESULTADOS	56
4 RESULTADOS	58
4.1 ANO DE 2007	58

4.1.1 Caracterização do Município de Londrina (PR)	58
4.1.2 Prova Brasil 2007- Quarta Série	67
4.1.3 Prova Brasil 2007 – Oitava Série	74
4.1.4 Enem 2007- Terceiro Ano do Ensino Médio	76
4.2 ANO DE 2008	79
4.2.1 Caracterização do Município de Londrina (PR)	79
4.2.2 ENEM 2008- Terceiro Ano do Ensino Médio	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	101
ANEXO A – SAEB e Prova Brasil – 2007 - 4ª Série do Ensino Fundamental	102
ANEXO B – SAEB e Prova Brasil – 2007 - 8ª Série do Ensino Fundamental	103
ANEXO C – SAEB e Prova Brasil – 2007 - 3ª Série do Ensino Médio	104
ANEXO D – ENEM 2008	105
ANEXO E – SAEB e Prova Brasil – 2007 – questionário Escola	117
ANEXO F – SAEB e Prova Brasil – 2007 – questionário do Professor	119
ANEXO G – SAEB e Prova Brasil – 2007 – questionário do Diretor	130

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho discute a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino do município de Londrina (PR), a partir da participação e desempenho deles nas avaliações em larga escala: Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos anos de 2007 e 2008.

O interesse por desenvolver a pesquisa se iniciou durante minha graduação em pedagogia, em que participei do projeto de pesquisa: “Políticas educacionais e qualidade de ensino: as relações entre o investimento financeiro em educação, as condições de qualidade, o perfil da demanda educacional e o desempenho estudantil no estado do Paraná”. A pesquisa envolveu as Universidades Federal do Paraná e Estadual de Londrina e analisou as relações entre políticas educacionais e qualidade de ensino no estado do Paraná. Desse modo, no ano de 2007, tive meu primeiro contato com o banco de dados desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) sobre o Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil.

Com o término da graduação, cursei a especialização Educação Especial, o que possibilitou direcionar meus questionamentos sobre como a avaliação em larga escala vinha ocorrendo para os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Surgiram então, algumas questões que passaram a me inquietar, tais como: os alunos com necessidades educacionais especiais participam das avaliações em larga escala? Qual é o desempenho desses alunos? Quem são esses alunos (tipo de necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade...)? Os alunos com necessidades educacionais especiais estão tendo o mesmo acesso ao conhecimento que os demais estudantes?

Com o ingresso no mestrado em Educação, pude iniciar a busca das respostas a essas questões. Desse modo, passei a frequentar o grupo de pesquisa: “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, no âmbito do Observatório da Educação/CAPES, coordenado pela Professora Sílvia Márcia Ferreira Meletti. Tal pesquisa é desenvolvida por cinco núcleos – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Mato

Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - e tem como foco de investigação a análise dos indicadores educacionais referentes ao acesso e ao rendimento escolar de alunos com necessidade educacional especial nos sistemas de ensino.

As atividades desenvolvidas, que culminaram na pesquisa aqui apresentada, voltaram-se para a análise da participação e desempenho escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), a partir dos dados de matrícula do Censo da Educação Básica (2007 e 2008) e do rendimento dos alunos com base nos resultados da Prova Brasil (2007) e ENEM (2007 e 2008).

1.1 OBJETIVOS

O **objetivo geral** do estudo é analisar a participação e o desempenho dos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR), nas avaliações em larga escala: Prova Brasil e ENEM, nos anos de 2007 e 2008. Elencamos, pois, os seguintes **objetivos específicos**:

- Caracterizar o atendimento escolar ofertado no município de Londrina (PR) em 2007 e 2008, segundo: modalidade de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos); etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio) e; dependência administrativa (estadual/municipal e privada).
- Caracterizar os estudantes (4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio) segundo: se possui ou não necessidade educacional especial e modalidade de ensino (regular ou especial).
- Identificar os estudantes com necessidades educacionais especiais que participaram da Prova Brasil (2007) e ENEM (2007 e 2008) no município e caracterizá-los segundo: necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade e desempenho.

1.2 MÉTODO

Os indicadores sociais, constituídos por meio de estatísticas públicas (dados censitários, estimativas amostrais, registros administrativos), utilizadas para traduzir um determinado aspecto da realidade social, são frequentemente utilizados para avaliar os avanços e os retrocessos da sociedade contemporânea, bem como para apontar o sucesso ou não das políticas públicas. Eles podem ser agrupados em temáticas: demografia, saúde, renda e pobreza, habitação, qualidade de vida, educação e entre outros (JANNUZZI, 2006). No Brasil, muitos dos dados estatísticos são elaborados por meio de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), dentre outros. No tocante à produção e divulgação de dados estatísticos específicos sobre educação brasileira, temos o INEP.

Para Jannuzzi (2006), um Indicador Social é um recurso metodológico, isto é, uma medida quantitativa utilizada para o monitoramento e apoio social, de modo que:

[...] os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade cível e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (p. 15).

Isto significa que, o Indicador Social constitui-se, hoje, como um conceito relevante para a sociedade, uma vez que ele se apresenta como um meio confiável de quantificar e divulgar informações de caráter social. Por outro lado, temos a sustentação da crença de que somente o conhecimento técnico, aplicado por meio de índices estatísticos, é válido.

Para Sass (2012), tais informações ou dados servem para sustentar os argumentos dos governantes, pois, para o Estado, o papel dos indicadores é expansão, organização e controle de áreas sociais tais como educação, saúde, assistência social, dentre outras. Por detrás do indicador social, há um caráter ideológico, sustentado pelo discurso de que tal instrumento serve para avaliar as

condições de vida da população, bem como denota a ideia de que é capaz de definir políticas públicas e alocar recursos financeiros.

Feitas estas considerações preliminares, o presente estudo teve como base o levantamento dos indicadores sociais de caráter estatístico-educacionais disponibilizados pelo INEP (principal instrumento de coleta de informações da educação básica nacional), a partir de dados coletados em âmbito nacional, com a colaboração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. De acordo com o INEP, estes indicadores educacionais, disponíveis por meio de “microdados”¹, estão acessíveis a todos e podem ser baixados pela Internet por meio do site do INEP, podendo ser salvos em dispositivos remotos (*pen drives*, mídias ou discos rígidos externos) ou no computador. Tais microdados oferecem detalhadas informações acerca das matrículas de alunos, professores e escolas (como no caso do Censo Escolar), além de dados relativos ao desempenho dos alunos (como o SAEB, Prova Brasil, ENEM e ENADE). Apesar da indicação de que os microdados são acessíveis a todos, é preciso destacar que o acesso não é simples. Além da necessidade de *software* específico, é preciso computadores que comportem os bancos de dados. A seguir, o procedimento de coleta dos dados será apresentado de modo detalhado evidenciando a complexidade do processo.

1.2.1 Coleta dos Dados

Para chegar ao resultado das avaliações dos alunos com necessidades educacionais especiais, foi preciso percorrer um caminho cheio de tentativas e erros. Vamos descrever as etapas que percorremos para a coleta dos dados, utilizando o *software* IBM SPSS Statistics (*Statistical Package for the Social Science*), um programa desenvolvido para realizar análises estatísticas.

Inicialmente, procuramos verificar se o questionário socioeconômico da Prova Brasil e do ENEM contemplava alguma variável relativa às “necessidades educacionais especiais”. Observou-se que tal variável está presente apenas nos

¹ “Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados coletados, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas”. Disponível em: (<<http://www.ibge.gov.br>>). Acesso em: 12 de novembro de 2012. Leitura de arquivos por meio da utilização dos softwares SAS e SPSS”. Disponível em: (<<http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>>). Acesso em: 12 de novembro de 2012.

microdados do ENEM do ano de 2010. Apesar desta variável estar disponível apenas para este ano, ela por si só não foi suficiente para a obtenção dos dados que precisávamos, porquanto constatamos que há algumas inconsistências entre o questionário do aluno e os gabaritos das provas².

Foi necessário, então, partir para outra tentativa: encontrar os alunos que fizeram as provas na base de dados do Censo Escolar por meio do número de matrícula e/ou código do aluno, no intuito de que estes códigos fossem os mesmos, para, assim, fazer o cruzamento (matrícula versus avaliação) e chegar aos dados esperados. Entretanto, nos deparamos com mais uma barreira: não havia, e ainda, não há equivalência entre os códigos do Censo Escolar com a Prova Brasil e ENEM, pois existe uma máscara que altera o número de matrícula, como garantia do sigilo dos dados dos alunos; além disto, este código é específico para cada edição da prova. Conseqüentemente, não foi possível localizar as avaliações dos alunos com necessidades educacionais especiais com base nos dados disponíveis nos bancos das avaliações em larga escala e do Censo Escolar.

Então, foi preciso dar um novo passo. Utilizamos tanto os dados do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2008 quanto os dados da Prova Brasil e do ENEM por meio do procedimento descrito a seguir.

Em primeiro lugar, novamente utilizamos aquele programa com o intuito de isolar os dados relativos aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, matriculados nas escolas do município de Londrina, que se encontram na quarta e oitava séries (para aqueles que fizeram a Prova Brasil) e do terceiro ano do ensino médio (para aqueles que fizeram o ENEM). Estas variáveis foram filtradas por um procedimento específico do *software*, a fim de selecionar, dentre as matrículas de todos os alunos paranaenses, apenas as matrículas que nos interessavam para a realização da pesquisa, excluindo todas as outras que não atendiam aos critérios adotados.

Logo após esta filtragem, passamos a obter diversas informações sobre cada um dos alunos, tais como etapa e modalidade de ensino, tipo de necessidade educacional especial, idade, sexo, raça-etnia, dia, mês e ano de nascimento, código de matrícula, código da escola, dependência administrativa da instituição educacional, entre outras características. De posse desses dados,

² O procedimento está detalhado adiante (ainda no método: coleta dos dados).

passamos a fazer o cruzamento destes com os dados encontrados no questionário socioeconômico da Prova Brasil e ENEM respondidos pelos próprios alunos.

Com as variáveis do Censo Escolar citadas acima, foi possível responder as quatro primeiras questões do questionário da Prova Brasil de 2007 (Anexo A e B), a partir das características: sexo, raça-etnia, mês de nascimento e idade. Com relação ao questionário do ENEM 2007 e 2008 (Anexo C e D), foram utilizadas as variáveis: sexo, raça-etnia, dia, mês e ano de nascimento. Com efeito, pudemos identificar aquilo que precisávamos: a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas avaliações e também o acesso aos gabaritos dessas avaliações.

Embora tenhamos finalmente encontrado um método que nos permitiu a coleta dos dados, é imprescindível mencionar que ele não estava isento de empecilhos. Encontramos, ao longo do processo, casos de “duplicidade”: ao verificar as questões do questionário com base nos dados do Censo Escolar, constatamos, em alguns casos, mais de um aluno com as mesmas características, ou seja, encontramos alunos do mesmo sexo, mesma raça, mesmo mês de nascimento e mesma idade. Nestes casos, como não foi possível efetuar a identificação dos dados do Censo com os da Prova Brasil ou ENEM, optamos por não considerar estes casos e trabalhar com uma amostra menor.

Estas duplicidades estavam presentes na Prova Brasil de 2007 e no ENEM de 2008; na Prova Brasil de 2007, o caso de “duplicidade” ocorreu apenas nas avaliações da quarta série. Por esta razão, a pesquisa foi pautada em uma população de 69 alunos com necessidades educacionais especiais na referida etapa de ensino, excluindo da amostra os 9 casos de duplicidade. Já no ENEM de 2008, houve 1 caso de duplicidade; assim, foi considerado o contingente de 8 estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados no terceiro ano do ensino médio.

Cumpramos destacar que a ideia inicial da pesquisa era baixar e analisar todos os arquivos da Prova Brasil e ENEM presentes no site do INEP, no ícone microdados para download. Para tanto, tivemos acesso aos dados referentes ao SAEB (2005) - já que o Ministério da Educação assevera que esse foi o início da Prova Brasil; Prova Brasil (2007 e 2009) e ENEM (2007, 2008, 2009 e 2010). Não foram baixados os arquivos da Prova Brasil e ENEM referentes ao ano de 2011, pois não estava disponível.

O procedimento metodológico específico utilizado na pesquisa não permitiu a análise da maioria desses dados, visto que a estrutura dos arquivos e os questionários aplicados nas avaliações foram sendo modificados ao longo dos anos, impedindo a continuidade necessária para a sua organização e comparação. Com relação aos microdados da Prova Brasil, o arquivo do SAEB (2005) não pôde ser aberto, pois o banco de dados, ainda que disponível por *download* encontra-se inacessível. Em 2007, foi possível ter acesso aos dados devido ao cruzamento do Censo Escolar com o questionário dos alunos. Já em 2009, o arquivo era o mesmo de 2007; entretanto, nos microdados não havia o acesso ao gabarito dos alunos que realizaram a prova.

No ENEM (2007 e 2008), também foi possível acessar o questionário respondido pelos alunos e, assim, chegar aos resultados esperados. Não tivemos, todavia, a mesma condição nos anos subsequentes: a partir de 2009, o questionário socioeconômico se modifica, não havendo critérios suficientes para identificar os estudantes que realizaram a prova. Já em 2010, no formulário da inscrição do ENEM, surge o indicador de necessidades educacionais especiais, ou seja, os estudantes com NEE poderiam solicitar atendimento especial a partir de: Braille, prova ampliada, auxílio de leitor, sala de fácil acesso, libras etc. Mesmo com esse indicativo, não conseguimos ter acesso aos alunos que realizaram a avaliação, já que, assim como em 2009, não havia critérios para a identificação do aluno por meio do questionário socioeconômico (não há variáveis suficientes para cruzar com os dados presentes no Censo Escolar). Em outros termos, pode-se dizer que é possível obter os resultados das avaliações dos alunos com necessidades especiais, mas não é possível saber quais as necessidades educacionais especiais destes alunos, pois isto somente é possível graças ao Censo Escolar. Fora isso, o gabarito das provas também apresentava inconsistências: em uma delas, o gabarito oficial apresenta um número de questões superior ao gabarito de alguns alunos (acredita-se que o estudante pode ter deixado alguma questão em branco e sendo assim, o item em branco não pode ser identificado; desta forma, não foi possível determinar o desempenho dos estudantes).

Sabendo dessas dificuldades, entramos em contato (via *e-mail*, telefone e carta) com o INEP, a fim de que a assessoria técnica do órgão pudesse providenciar as diligências necessárias, sobretudo, sobre o banco de dados da Prova Brasil (2009). Infelizmente, o problema não foi solucionado; desse modo,

demos continuidade ao estudo a partir dos dados que conseguimos ter acesso: participação e desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), nas avaliações em larga escala: Prova Brasil (2007) e ENEM (2007 e 2008).

Com os dados da Prova Brasil (2007) em mãos, a ideia era cotejar o desempenho dos alunos mediante as necessidades educacionais especiais dos estudantes com o desempenho geral do município, ou das escolas, em que estes alunos estudaram no ano de 2007 (dados disponíveis no site do INEP), a fim de verificar se o desempenho destes sujeitos destoa dos demais, ou se, de fato, é capaz de prejudicar os índices. Entretanto, não foi possível ter acesso às médias a partir das proficiências adquiridas por cada aluno com necessidade educacional no município de Londrina (PR). Isso se deu pelo fato, de que os microdados ofertados pelo INEP não possibilitavam claramente o acesso a essas informações. Julgamos, aqui, fazer alguns esclarecimentos necessários.

Constatamos que a Prova Brasil não segue a escala tradicional de 0 a 10 pontos, ou tão pouco, a porcentagem dos acertos: o que há é uma escala de proficiência definida pelo SAEB (Sistema Nacional da Educação Básica), sendo que cada etapa corresponde a determinadas habilidades e competências adquiridas pelos alunos. Essa proficiência, portanto, não verifica o número de erros e de acertos dos estudantes, mas sim a aquisição de aptidões determinadas de acordo com o fator da proficiência. Considerando que a metodologia da pesquisa adotada permite apenas a análise de acertos e erros da prova, não foi possível estabelecer a relação entre os dados coletados no presente estudo com os resultados da Prova Brasil (escolas participantes), disponibilizados pelo INEP.

1.2.2 Análise dos Dados

Os Indicadores Sociais: Censo Escolar (2007, 2008); Prova Brasil (2007) e ENEM (2007, 2008), coletados pelo INEP foram analisados segundo: características do aluno (necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia e idade), participação na prova e desempenho.

1.3 JUSTIFICATIVA

Imensuráveis são as políticas públicas que privilegiam o acesso, a permanência e a qualidade da educação aos sujeitos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino. Assim como os demais alunos, aqueles que possuem algum tipo de deficiência também devem ter uma participação ativa no ambiente escolar (é claro que com adaptações necessárias as suas especificidades), isto é, todos os alunos podem e devem estar envolvidos em todas as atividades propostas no espaço escolar. Um exemplo de atividade desenvolvida nos sistemas de ensino é a avaliação em larga escala (Prova Brasil e ENEM), que vem sendo aplicada nacionalmente pelo Governo.

A avaliação em larga escala constitui-se, hoje, como um indicador educacional oficial, que tem a função de diagnosticar a qualidade da educação no país, a partir dos índices de desempenho escolar dos estudantes. Vale destacar a importância deste sistema avaliativo, no que diz respeito aos rumos da educação brasileira, haja vista sua centralidade na formulação de políticas públicas e distribuição dos recursos financeiros ligados à educação.

No que se refere aos alunos com necessidades educacionais especiais, é de se supor que sua inserção no sistema regular de ensino deva ser conduzida de modo a garantir que seu processo de escolarização contemple todas as etapas e atividades daqueles que não possuem tal condição. Assim, analisar o processo de inclusão dessa população na escola implica conhecer como se dá sua participação no cotidiano escolar, inclusive, e principalmente, naquilo que diz respeito aos processos que subsidiam as análises do sistema educacional brasileiro, como é o caso das avaliações em larga escala.

Diante do exposto, o problema de pesquisa se delineou com a necessidade de investigar quais são os índices de participação e desempenho nas avaliações em larga escala de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR).

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O estudo será apresentado em três capítulos, seguidos das considerações finais:

- A educação brasileira a partir da década de 1990 - Este capítulo visa analisar as mudanças ocasionadas no âmbito educacional a partir da referida década, com destaque nos documentos oficiais que tratam da educação inclusiva, na reforma estatal e na avaliação em larga escala no Brasil.

- Avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais: um balanço da área - O capítulo apresenta o levantamento e análise dos trabalhos publicados na ANPED, SCIELO e CAPES, sobre avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais.

- Resultados - O capítulo apresenta a análise dos resultados referentes à Prova Brasil e ENEM no município de Londrina (PR), nos anos de 2007 e 2008.

- Considerações finais - apresenta uma síntese dos resultados e conclusões do presente estudo.

2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

O presente capítulo analisa o direcionamento da educação brasileira a partir da década de 1990, já que este período pode ser considerado um marco em nossa história recente dada as alterações que se processaram no sistema de ensino nacional. Dentre as alterações são destacadas as políticas públicas inclusivas, a reforma do Estado e as avaliações em larga escala.

O capítulo está estruturado em três partes, sendo que na primeira discute-se o processo de inclusão incorporado nos documentos oficiais (internacionais e nacionais), tratando dos direitos conquistados, especificamente, na educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Em seguida, discute-se brevemente sobre a reforma do Estado brasileiro com a expansão do modelo econômico capitalista, que influenciou fortemente a educação nacional. Por fim, apresenta-se um panorama da avaliação em larga escala no país, a partir do discurso oficial e de críticas tecidas ao SAEB, Prova Brasil, ENEM e IDEB.

2.1 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva vem nas últimas décadas sendo amparada pelo Governo Federal brasileiro, por meio das políticas públicas³ educacionais, com o intuito de atender as pessoas que apresentem necessidades educacionais especiais, objetivando, com isto, a democratização do espaço escolar e também a superação da condição de exclusão historicamente imposta a esta população. O discurso do respeito à diversidade ganha força e sustentação nos anos de 1990, a partir de determinações externas ao país, com a intenção de minimizar as desigualdades, fomentar o princípio de igualdade e universalizar a educação básica. O direcionamento dos organismos internacionais⁴ passou a sustentar a política pública de educação especial no país, instituindo, assim, uma reforma educacional sustentada pelo chamado paradigma inclusivo. Naquele período, houve uma

³ As políticas públicas, ações e programas sociais são resultado das relações estabelecidas entre Estado e sociedade, com o intuito de assegurar os direitos sociais, culturais, éticos ou econômicos dos cidadãos. A proposição legal é a forma concreta que a sociedade contemporânea tem de exercer a democracia e a cidadania, já que é capaz de intervir; direcionar e definir metas em meio à problemática social (Di Giovanni, 2009).

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Banco Mundial, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo.

significativa ampliação de documentos legais e políticos (internacionais e nacionais) que se referem à escolarização da pessoa com necessidade educacional especial.

Com relação às políticas internacionais, destaca-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990); Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994); Convenção de Guatemala (1999). Já no plano nacional, destaca-se a Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90); Política Nacional de Educação Especial (1984); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (1996); Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001); Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva (2008); Decreto 6.571 (2008); Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2010); Plano Nacional de Educação (2010); Decreto 7.611 (2011).

Dentre esses documentos, existem alguns legais em vigor e programas de cunho político proposto pelo Governo Federal, que:

Não tem o mesmo caráter fático, mas pode ou não ser seguida, pois se trata de uma proposição do governo e não do Estado. Tanto é assim, que não depende das câmaras institucionais, como o Poder Legislativo ou o Congresso Nacional de Educação, bem como não tem poder sobre as políticas das unidades federadas e dos municípios, servindo como documento norteador, mas sem o caráter fático da legislação (BUENO; MELETTI, 2011, p. 163).

Tais proposições, sejam legais ou políticas, fazem referência à necessidade de se defender e implementar a inclusão social e educacional, inclusive das pessoas com necessidade educacional especial. Entretanto, tais manifestações ocultam um fato importante: que o movimento inclusivo nada mais do que um discurso referente à população excluída. No ambiente escolar, por exemplo os sujeitos “incluídos” são exatamente aqueles que se encontram marginalizados e estigmatizados por conta das desigualdades sociais facilmente notadas, a partir dos indicadores de evasão, repetência, defasagem idade/série e restrição de acesso ao saber escolar. Muito embora o discurso inclusivo traga inerentemente a ideia de que a sociedade excludente pode ser transformada em seu oposto, incluir não significa superar a condição de exclusão, já que ambas são partes constitutivas de um mesmo processo (MARTINS, 2003).

Diante do exposto, cabe retroceder historicamente para traçar um breve panorama de exclusão da pessoa com necessidade educacional especial.

De início, a educação especial brasileira constitui-se como um sistema paralelo de ensino, pautado em um modelo médico, que pretendia atender pessoas com necessidades educacionais especiais, distúrbios de aprendizagem e/ou comportamento (GLAT, 2007). Segundo Bueno (1993), tal atendimento baseava-se em interesses ambíguos: ofertar a escolarização, e também, segregar a população com necessidade educacional especial.

A educação especial, no Brasil, constituiu-se prioritariamente por instituições assistenciais (filantrópicas), como a Sociedade Pestalozzi (década de 1950); Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (década de 1950), e unidades de reabilitação (início dos anos 1960). Durante muito tempo, o Estado transferiu a responsabilidade desta educação ao setor privado. Foi apenas na década de 1970 que o sistema público passa a ampliar a sua atuação com relação à educação especial, marcada por sua institucionalização. Durante o período (1960-1970), houve uma crescente preocupação pedagógica com relação à educação especial, incorporadas a partir de princípios de normalização e integração⁵. Segundo Pereira (1980), o objetivo não era normalizar o sujeito com necessidade educacional especial, mas sim proporcionar a eles condições de vida semelhantes às pessoas ditas “normais”, tanto no meio social, quanto no educacional.

Nesse contexto, o princípio de normalização e integração passa a influenciar e direcionar programas de cunho político e educacional. O referencial da educação especial, naquele momento, era integrar os sujeitos na sociedade e no sistema regular de ensino. Mesmo com esta diretriz primária, a educação ofertada a pessoas com necessidade educacional especial ainda mantinha a sua característica inicial de educação segregada. Na visão de Ferreira (1994), ao invés de promover a integração de sujeitos oriundos de lares ou escolas especiais⁶, as classes especiais⁷ nada mais eram do que um local bastante propício para favorecer a exclusão: a ideia de segregar os sujeitos com necessidade educacional especial em espaços

⁵ Processo de integrar o aluno com necessidade educacional especial à escola comum, desconsiderando a necessidade de um atendimento educacional especializado.

⁶ Escolas especializadas para prestar serviços psicopedagógicos a alunos com necessidades educacionais especiais. O aluno é atendido por professor especializado, com recursos, métodos, técnicas e materiais específicos à natureza de suas especificidades.

⁷ Serviços prestados a alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam o ensino regular, oferecendo atendimento em salas de aula especiais (espaço físico e modulação adequada) com professor, método, técnica, equipamento e recurso pedagógico especializado.

específicos (instituições especiais e classes especiais), como o intuito de prepará-los para superar suas limitações e depois integrá-los de forma mais eficaz, não se efetivou. Para Ferreira (1995, p. 7), isso não aconteceu pela impossibilidade de “[...] abstrair a pessoa com necessidade educacional especial de seu contexto social, ‘consertá-la’ ou torná-la menos diferente, e depois devolvê-la a este contexto de forma que não haveria menos motivo para estigmatizá-la e excluí-la”.

Foi no final da década de 1980, início dos anos 1990, que o discurso referente à “minoria”, aos “excluídos”, destaca-se no cenário nacional. Nesta época, os princípios daqueles interessados em reverter a condição dos “excluídos” passam a guiar-se pelo modelo inclusivo, que, para Garcia (2005) “É exatamente um diagnóstico de produção de 'exclusão social' que tem justificado a necessidade de propor políticas que contemplem a “inclusão social” (p. 1). Diante disso, a autora adota a seguinte compreensão:

[...] [a] inclusão consiste na relação travada em contexto histórico-social, por sujeitos sociais, ou seja, uma prática complexa e contraditória, com sentido de luta, de embate, que convive necessariamente com seu contrário - a exclusão - mas que se estabelece na direção de questionar e superar práticas sociais baseadas na desigualdade (GARCIA, 2005, p.2).

No Brasil, foi a partir da Constituição Federal (1988) que o país dá ênfase a uma política pública de caráter universal e a educação passa a ser concebida como um direito social de todos os indivíduos e dever do Estado (KASSAR, 2011). O documento evidencia também que o atendimento deve ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino aos sujeitos com necessidades educacionais especiais (capítulo III, artigo 208). Contudo, vale destacar que o conceito de inclusão passou a ser incorporado e disseminado mundialmente por meio de organismos, movimentos e acordos internacionais. Nesta linha, dois documentos internacionais merecem destaque: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) e Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

Com as medidas adotadas em Jomtien, por meio do Art. 3, fica claro que “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (redação dada pela

Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990). Tal diretriz foi reafirmada anos mais tarde pela Declaração de Salamanca.

Para a educação especial brasileira, a Declaração de Salamanca constitui-se como um marco, sendo que nesse documento recomenda-se que os sistemas de ensino incluam os alunos com necessidades educacionais especiais. Quanto aos fatores relativos a desempenho, é possível constatar a presença de termos genéricos, tais como “avaliação”, “rendimento” e “sucesso escolar”. Vejamos quais os fundamentos pedagógicos do referido documento:

Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo. A experiência tem demonstrado que tal pedagogia pode consideravelmente reduzir a taxa de desistência e repetência escolar (que são características de tantos sistemas educacionais) e ao mesmo tempo garantir índices médios mais altos de rendimento escolar.

Para que o progresso da criança seja acompanhado, formas de avaliação devem ser revistas. Avaliação formativa deveria ser incorporada no processo educacional regular no sentido de manter alunos e professores informados do controle da aprendizagem adquirida, bem como no sentido de identificar dificuldades e auxiliar os alunos a superá-las (redação dada pela Declaração de Salamanca- Sobre princípios e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, de 1994).

Além destes trechos destacados, outros documentos dizem respeito à avaliação escolar. Um deles é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), com o princípio de democratização das práticas escolares, em seu Art. 53, inciso III, salientando o direito à constatação de critérios avaliativos aos estudantes. Outro é o Plano Decenal de Educação para Todos (1993), que acrescenta a ideia de integrar o sujeito com deficiência, bem como enfatiza a importância do “[...] engajamento dos segmentos sociais mais representativos na promoção, avaliação e divulgação dos esforços de universalização e melhoria da qualidade da educação [...]” (redação dada pelo Plano Decenal de Educação para Todos, de 1993). Fora isso, o referido documento argumenta sobre a necessidade de utilizar o Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, para a melhoria da qualidade de ensino no país.

Por outro lado, a lei orgânica e geral da educação em vigor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), em seu Art. 58, considera a educação especial como uma modalidade da educação especial, que pode ser

ofertada na rede regular de ensino. Mas adiante, em seu Art. 59, o documento oficial indica a necessidade da reorganização e adequação das instituições das redes pública e privada de ensino por meio de organização específica de currículo, métodos e técnicas para atender os alunos com necessidades especiais.

Nesta direção, anos depois surge outra proposição legal, o Decreto 3298/99, com a finalidade de assegurar à população com deficiência o exercício pleno dos direitos sociais e individuais. Em um de seus capítulos (CapítuloVII, Seção II), é defendido o acesso à educação, priorizando a oferta da educação especial na rede regular de ensino (Art. 24, § 1º), entendendo a educação especial como um processo educacional flexível, dinâmico e individualizado (CapítuloVII, Seção II, Art. 24, § 2º).

Mediante este discurso, consolidam-se as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 que fortalece ainda mais o movimento inclusivo no Brasil. O documento garante o atendimento escolar para alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica (Art. 1º), sendo que seu Art. 2º prevê que:

os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade a todos.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real do atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos (grifo nosso) (BRASIL, CNE/ CEB, 2001).

Nota-se, assim, que até então, todos os documentos aqui citados esboçam o direito da pessoa com necessidade educacional especial à efetiva participação na educação, preferencialmente no ensino regular, além de assegurar o direito à material, serviço e apoio diferenciado, a fim de garantir uma educação escolar de qualidade que promova o desenvolvimento das potencialidades destes alunos. Fora isso, a Resolução enfatiza que os sistemas de ensino devem ser avaliados continuamente, a fim de verificar a eficácia do atendimento ofertado a pessoas com necessidades educacionais especiais (Art. 18, § 1º).

Outra legislação que atribui o direito do indivíduo com deficiência é o Decreto nº 6.571/08, que dispõe sobre a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, como complementar ou suplementar no ensino regular (Art. 1, § 1º), enfatizando em seu Art. 1º que:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular (BRASIL, MEC, 2008).

Conforme a disposição do Art. 2º (em seus incisos I, II, III e IV), tal atendimento tem por objetivo:

I- promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III-fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Diante desta regulamentação legal, verifica-se mais uma vez a garantia perante a lei da educação da pessoa com necessidade educacional especial, enfatizando a importância de um atendimento que dê conta de sanar as necessidades desta população no ensino regular, priorizando o acesso, a permanência e qualidade do ensino a estes sujeitos. Conceitos como “acesso”, “permanência” e “qualidade”, reafirmados no Documento Final da CONAE (2010), dão sustentação à democratização do ensino no Brasil. Além disso, este novo plano evidencia a relação entre qualidade e avaliação, notadamente na seguinte passagem: “situa-se a avaliação da educação e a necessária articulação entre a concepção de avaliação formativa, indicadores de qualidade e a efetivação de um subsistema nacional de avaliação da educação básica e superior” (BRASIL, 2010, p. 52). Para a CONAE (2010), o documento promove a ideia de que o sistema nacional de avaliação (SAEB, Prova Brasil, ENEM e ENADE) é uma ação direcionada tida como base de melhoria da educação, podendo promover mudanças significativas no meio escolar rumo à qualidade da educação.

Ademais, cabe destacar mais um decreto (Decreto 7.611/11) promulgado recentemente, no Governo da Presidente Dilma Rousseff, com o fim de assegurar os direitos da pessoa com necessidade educacional especial na educação regular, bem como garantir a estes sujeitos serviços de apoio especializado, de modo a promover o acesso, a participação e a aprendizagem (Art. 3º, em seu inciso I).

De fato, imensuráveis são os avanços político-educacionais nas últimas décadas que expressam o princípio inclusivo de assegurar a inserção, a permanência e a qualidade do ensino a todos no sistema regular. Constantemente, reforça-se a ideia da garantia dos direitos humanos e o respeito às diferenças, por meio de políticas públicas, ações e projetos de cunho pedagógico e social. Contudo, o discurso da década de 1990 referente à educação especial desenvolve-se em um contexto contraditório, já que este período histórico foi marcado por uma profunda mudança estatal: trata-se da Reforma do Estado, implementada a partir do governo Collor e continuada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

2.2 REFORMA DO ESTADO

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado empenha-se em expandir o modelo econômico capitalista, a fim de reformular o aparelho estatal com vistas à redução do aparato do Estado (Estado mínimo), reestruturação produtiva, proteção dos bancos, qualidade total, riqueza, ciência, tecnologia, privatização, empregabilidade, redução de custos, redefinição das esferas pública e privada... Enfim, esta foi a doutrina empregada para a denominada “mundialização do capital”.

O conjunto de pressupostos assumidos e partilhados pelo projeto econômico-social do Governo Cardoso é extraído da cartilha neoliberal do Consenso de Washington e pode ser resumido nos seguintes: [...] estamos em um novo tempo - da globalização, da modernidade competitiva, da reestruturação produtiva, de reengenharia, do qual estamos defasados e ao qual devemos ajustar-nos. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatistas, mas de acordo com a lei de mercado globalizado, mundial (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 105-106).

A política neoliberal passou a orientar a dinâmica do país, com a redefinição do papel do Estado, tendo o mercado como o promotor e regulador do desenvolvimento. Assim, instala-se um novo projeto social e educacional submetido à ordem do capital, via organismos internacionais, como o Banco Mundial (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

Tais organismos mostraram-se os grandes protagonistas desta reforma, e é neste período que o Brasil torna-se signatário de projetos educacionais de nível mundial, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, realizada no ano de 1990, em Jomtien, na Tailândia, na Conferência Mundial de Educação para Todos, quando foi produzido um documento com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, sobretudo nos países, onde os índices de pobreza eram maiores (JIMENEZ; MENDES, 2007). Durante essa Conferência, discutiu-se muito a respeito da tese de que “o ‘segredo’ do sucesso dos países economicamente desenvolvidos está na atenção atribuída por toda a população à educação e, particularmente, à Educação Básica” (ZANARDINI, 2007, p. 255).

Assim, os países em desenvolvimento que desejassem alcançar o “sucesso” dos países economicamente desenvolvidos deveriam cumprir a tarefa primordial de garantir o acesso à Educação Básica aos cidadãos. O Brasil passa a seguir a “receita do sucesso” dos países economicamente desenvolvidos e adota procedimentos que ampliam a oferta pública e gratuita da Educação Básica.

Para isto, buscaram-se alternativas para ampliar o acesso à Educação Básica, já que o entendimento prevalente era de que, por meio da educação, seria possível proporcionar a todos a igualdade de condições de inserção econômica na sociedade capitalista. Ou seja, “a educação básica deveria ajudar a reduzir a pobreza aumentando a produtividade do trabalho dos pobres, reduzindo a fertilidade, melhorando a saúde e gerando atitudes de participação na economia e na sociedade” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 100). Dessa forma, o projeto educacional de Fernando Henrique Cardoso passa a adequar-se à nova estruturação produtiva, pautada na doutrina ideológica do mercado. São bem oportunas as reflexões dos autores a respeito deste projeto. Dizem eles que:

[...] o Governo Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento como diretrizes e concepções educacionais do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é causal que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 108).

As análises de Frigotto e Ciavatta (2003) acrescentam que a tendência pedagógica adotada, após a Reforma do Estado, extrapola os parâmetros e diretrizes educacionais, à medida em que as avaliações em larga escala também ganham destaque. Significa que no Governo Cardoso a tendência passa a ser - avaliar aquilo que “serve para o mercado”. Nas palavras de Frigotto e Ciavatta, esta tendência “explicita claramente que as competências que devem ser avaliadas são aquelas que os empresários indicam como desejável” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 108).

2.3 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

As práticas das avaliações em massa, ditas de larga escala, que avaliam o rendimento escolar brasileiro, são realizadas desde a década de 1920, por meio das influências americanas e se acentuou a partir da criação e vigência dos chamados fundos (ZANARDINI, 2008). Isto é, foi a partir da década de 1990 que a viabilização financeira ocorreu por meio da criação de fundos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que desde 1996 serviu como um apoio financeiro complementar ao acesso ao Ensino Fundamental, dando lugar, em 2007, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que, hoje, financia a oferta da Educação Básica, cujo período de vigência é até 31 de dezembro de 2020.

Cabe mencionar que os recursos financeiros para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação previstos na Constituição Federal (1988) e LDBEN (1996) são resultantes de impostos e devem contribuir com a manutenção e o

desenvolvimento do ensino público, desse modo, a União, anualmente, deve aplicar nunca menos de dezoito por cento da receita, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento. Hoje, além do FUNDEB, consta também para o financiamento da educação no Brasil: o salário educação e outras receitas, como por exemplo, os incentivos fiscais (benefícios previstos em lei).

Nacionalmente as avaliações destacam-se na década de 1990 e o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, de todos os níveis de ensino, fica a cargo do Estado (em especial a União). O Ministério da Educação (MEC) se mobiliza para ampliar o direito de todos ao acesso à educação, bem como passa a vislumbrar uma educação de qualidade (PESTANA, 1998).

Foi por meio desta iniciativa que o MEC propôs instituir um sistema nacional de avaliação, que fica sob responsabilidade do INEP.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral (BRASIL, 2008, p. 14).

O INEP teve por anos a prioridade de realizar estudos e pesquisas educacionais, como o próprio nome indica. Contudo, as atribuições do Instituto foram se modificando, por conta das reformas administrativas sofridas ao longo da história, sob as orientações de organismos internacionais e passa a priorizar a elaboração e divulgação de resultados relacionados à educação⁸. Ou seja, o INEP, desde a década de 1990, institui-se como o grande responsável por realizar estatísticas educacionais em nível nacional, por meio do Censo Escolar e das avaliações em larga escala. Com relação aos indicadores de desempenho cognitivo dos estudantes destaca-se: SAEB, Prova Brasil, ENEM e ENADE.

⁸ Sobre esta questão, ver (<http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>).

2.3.1 SAEB e Prova Brasil

A avaliação da educação básica é constituída por dois sistemas avaliativos complementares: SAEB e Prova Brasil.

O primeiro sistema avaliativo-Aneb: o SAEB surgiu em 1990, com o intuito de realizar levantamentos estatísticos e avaliativos das etapas de ensino da educação básica, tendo como objetivo inicial coletar informações sobre acesso e qualidade do ensino (BRASIL, 2008). Tal sistema avalia as redes públicas e privadas, localizadas nas zonas rurais e urbanas do país, onde a avaliação é aplicada por amostragem⁹ dos alunos matriculados nos quintos e nonos anos do ensino fundamental, com periodicidade bianual e terceiro ano do ensino médio. A avaliação, por outro lado, vislumbra averiguar a qualidade, equidade e eficiência no ensino (BRASIL, MEC/INEP, 2012).

Ao se deparar com o discurso de que o indicativo da qualidade, da equidade e da eficiência do ensino brasileiro podem ser mensuradas a partir dos dados do SAEB, questiona-se a ideia de que esta avaliação seja feita por amostragem. Deve-se ressaltar que a crítica feita aqui, não diz respeito à técnica utilizada por amostragens estatísticas, mas sim ao fato de que esses dados representam um julgamento generalizado referente ao acesso e a qualidade do ensino brasileiro, que, por sua vez, serve de base para a proposição de políticas públicas. Assim, já que o SAEB exerce uma função tão específica e importante no que diz respeito às políticas educacionais, a ideia é que dados desta natureza, com objetivos de averiguar acesso e qualidade, sejam analisados a partir de todo o contingente educacional. De fato, é importante que essa avaliação seja censitária, aplicada a todos os alunos.

O segundo Sistema de Avaliação da Educação Básica é a Anresc: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, denominada Prova Brasil. A Prova Brasil surgiu no ano de 2005, paralelamente ao SAEB, com o intuito de avaliar com amplitude a qualidade do sistema educacional brasileiro, bem como implementar a política educacional e direcionar recursos técnicos, pedagógicos e financeiros (BRASIL, 2008).

Diferentemente do SAEB, a Prova Brasil é censitária, aplicada no

⁹ É uma técnica estatística utilizada para pesquisar um determinado grupo (parte) de uma população e seus resultados representam todo o universo estudado.

quinto e nono ano do ensino fundamental das escolas das redes públicas (federal, estadual e municipal) e privadas, localizadas nas áreas rurais e urbanas, em escolas que tenham mais de 20 alunos matriculados nas séries avaliadas (BRASIL, MEC/INEP, 2012).

Para tanto, vale destacar aqui, a ambiguidade existente no discurso acima, um estudo censitário diz respeito àquilo que reúne informações estatísticas de **toda** a população. Desse modo, a Prova Brasil não pode ser considerada censo, já que não é universal e contempla apenas uma parcela dos estudantes (turmas com mais de 20 alunos matriculados) (SASS, 2012).

A aplicação da Prova Brasil ocorre a cada dois anos, a partir de testes padronizados de português, com o foco em leitura e matemática, com base em resolução de problemas. As avaliações são elaboradas a partir de matrizes de referência, pautadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, consulta aos professores das redes públicas e privadas e a partir dos livros didáticos mais utilizados.

A Prova Brasil é composta por 21 cadernos diferentes e cada aluno responde a apenas um, isto é, os alunos nem sempre respondem as mesmas questões. A Prova é composta por dois blocos de Língua Portuguesa e dois blocos de Matemática, sendo que na 4ª série/ 5º ano respondem a 22 questões em cada uma das disciplinas e na 8ª série/ 9º ano respondem a 26 questões de matemática e 26 de Língua Portuguesa, tendo como tempo de duração da prova: 2 horas e 30 minutos (BRASIL, MEC/INEP, 2012).

Tanto, as médias do SAEB, quanto da Prova Brasil não seguem a escala tradicional de 0 até 10, portanto não se referem ao número de acertos e erros nas avaliações, mas sim apresenta o desempenho dos alunos, a partir de uma escala única e acumulativa para cada série avaliada, a partir de competências e habilidades adquiridas.

Segundo o MEC/INEP (2012), o professor pode preparar os alunos para a Prova Brasil a partir de um adequado método de aprendizagem e ressalta a importância de que conheçam as matrizes de referência disponíveis no site do INEP, para que tenham acesso aos descritores e questões da prova, visando sempre garantir um bom desempenho nesses exames.

Nota-se, portanto, que progressivamente, a avaliação em larga escala no país vem definindo o quê, como e para quê ensinar; observa-se, então

que a avaliação em larga escala ao fomentar práticas avaliativas e orientar o trabalho pedagógico voltado para o “bom resultado” nos exames padronizados, não garante que o trabalho docente esteja voltado para a garantia da aprendizagem dos discentes.

O método atual de avaliação em larga escala juntamente com um currículo unificado reforçam as práticas de avaliação mais tradicionais, ou seja, ensinar os conteúdos presentes no currículo unificado em um período estabelecido. Isso pode comprometer o processo ensino e aprendizagem, já que cada aluno possui um ritmo diferente quanto ao processo cognitivo, logo, a flexibilidade do currículo, que tem o intuito de atender as necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos individualmente fica significativamente comprometida.

Os professores se preocupam demasiadamente em desenvolver trabalhos de acordo com as habilidades, competências e conteúdos cobrados nas avaliações em larga escala, já que objetivam preparar os alunos para obtenção de “bons” resultados nas avaliações. Portanto, por meio da avaliação unificada intensifica-se, sistematicamente, uma política avaliativa com fins meritocráticos, favorecendo assim, a concepção tradicional em detrimento da formativa:

A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes. O professor não avalia com o propósito de dar uma nota, pois dentro de uma lógica formativa, a nota é uma decorrência do processo e não o seu fim último. O professor entende que a avaliação é essencial para dar prosseguimento aos percursos de aprendizagem. Continuamente, ela faz parte do cotidiano das tarefas propostas, das observações atentas do professor, das práticas de sala de aula. Por fim, podemos dizer que a avaliação formativa é aquela que orienta os estudantes para a realização de seus trabalhos e de suas aprendizagens, ajudando-os a localizar suas dificuldades e suas potencialidades, redirecionando-os em seus percursos (FERNANDES et al., 2008, p.22).

Sabe-se que um ensino de qualidade é um direito dos cidadãos brasileiros, no entanto, o ônus de responsabilizar o ensino pela falta de qualidade recai sobre os alunos e professores, muitas vezes, embasados pela justificativa de despreparo profissional, eximindo de qualquer responsabilidade o gestor público. Entretanto, muitas vezes a avaliação em larga escala pode inviabilizar a qualidade de ensino, já que tal avaliação surge como referência à criação de índices para o

pagamento de bônus para o direcionamento de políticas educacionais, e, assim, repercutem, progressivamente, no currículo escolar.

Retomando o discurso oficial, faz-se necessário enfatizar que para a realização da Prova Brasil os estudantes respondem a um questionário socioeconômico e cultural, composto por itens que são entendidos como condições externas à escola que possam influenciar a medida do desempenho, sendo na 4ª série/ 5º ano: 44 itens (Anexo A) e na 8ª série/ 9º ano: 47 (Anexo B) (BRASIL, MEC/INEP, 2012).

A escola (Anexo E), os professores (Anexo F) e diretores (Anexo G) também respondem a um questionário que informam dados sobre a educação, como: prática pedagógica, nível socioeconômico e cultural, gestão, meio acadêmico da escola, recursos e infra-estrutura.

De acordo com o poder público, os esforços dos profissionais da educação (professores e gestores) devem favorecer um dos grandes objetivos da Prova que é: “contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público” (BRASIL, 2008, p. 15), com o intuito de corrigir distorções identificadas e melhor direcionar os recursos técnicos e financeiros (BRASIL, MEC/ INEP, 2012). Diante disso, entende-se que avaliação sistêmica nada mais é do que uma ferramenta utilizada para o controle da prática educativa, com vistas a cobrança e culpabilização das proposições educacionais implementadas.

2.3.2 ENEM

O MEC apresentou, no ano de 1998, a proposta de avaliar anualmente o final da escolaridade básica no país, a partir do ENEM, com o intuito de colaborar com a melhoria da qualidade desse nível de escolarização, a partir de “índices positivos” de rendimento. O Exame é individual e voluntário, ofertado aos alunos que estão concluindo, ou já concluíram o último ano do ensino médio (terceiro ano).

É importante destacar aqui, que o fato do ENEM ser um exame voluntário, principalmente em seu início favoreceu a participação dos alunos mais “preparados”, ou com maior condição econômica, cultural e educacional, embora os resultados do ENEM não tenham demonstrado que tais alunos estivessem em geral

qualificados ao final do ensino médio. Entretanto, ao longo dos anos, o número de alunos participantes se multiplicou, hoje no Brasil, o ENEM configurou-se como a maior avaliação em larga escala do país e cada vez mais os estudantes do ensino médio realizam os exames. Esse aumento significativo pode ser decorrência de algumas vantagens que o Exame proporcionou aos estudantes, como: critério de seleção para ingresso em universidades, critério de seleção do Programa Universidade para Todos (ProUni) e certificação do ensino médio.

Nos últimos anos, o Governo Federal, juntamente com o MEC vem apresentando algumas propostas com relação ao ENEM, como: substituir o tradicional vestibular (proposta acatada por inúmeras universidades públicas federais e privadas do país) e distribuir bolsas integrais e parciais no ProUni. Isso significa que o ENEM, hoje, vem sendo utilizado como um meio de seleção e ingresso no ensino superior, ofertando a muitos estudantes a oportunidade de adquirir um diploma de nível superior.

À primeira vista, a ideia parece ser sedutora; porém, para Carvalho (2006), as propostas apresentadas pelo governo, especialmente o ProUni, referem-se ao acesso dos estudantes pobres ao ensino superior. Para o autor:

(...) é importante lembrar que a questão do acesso à educação superior permanece em aberto. Considerando-se sua legitimidade social, o programa pode trazer o benefício simbólico do diploma à aqueles que conseguirem permanecer no sistema e, talvez, uma chance de ascensão social para poucos que estudarem no seleto grupo de instituições privadas de qualidade. Mas, para a maioria, cuja porta de entrada encontra-se em estabelecimentos lucrativos e com pouca tradição no setor educacional, o programa pode ser apenas uma ilusão e/ ou uma promessa não cumprida. Ademais, a gratuidade integral ou parcial para estudantes ainda não é suficiente para seus beneficiários, os quais necessitam de assistência estudantil que apenas instituições públicas podem oferecer (p. 995-996).

Infelizmente, os alunos de classe menos favorecida, oriundos de escolas públicas estão tendo que se conformar com o benefício simbólico dos diplomas de algumas instituições privadas de má qualidade, já que o perfil desses estudantes, que estão concluindo o ensino médio, não atendem a concorrência desleal para ingressar em uma universidade pública qualificada. “O empecilho à massificação do ensino superior brasileiro não está na ausência de vagas para o

ingresso no sistema, mas na escassez de vagas públicas e gratuitas” (CARVALHO, 2006, p. 996).

Outra possibilidade que o ENEM oferece é a certificação do ensino médio para os alunos que ainda não terminaram a escolarização básica, com mais de 18 anos. Para isso, os interessados necessitam participar da avaliação e solicitar o certificado do ensino médio a uma das instituições que aderem o processo: secretarias estaduais de educação, institutos federais ou centros federais.

Assim como o SAEB e a Prova Brasil, o ENEM também elabora os conteúdos da prova objetiva a partir das matrizes de referência. De 1998 até 2008 o ENEM foi estruturado a partir de uma matriz com 21 competências e habilidades construídas ao longo da educação básica, totalizando 63 questões indisciplinadas. A partir de 2009 as provas foram estruturadas em quatro áreas do conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologia da Informação); Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias (Química, Física e Biologia); e Ciências Humanas e suas tecnologias (Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais). Desde então, o ENEM é dividido em duas etapas, com 90 itens em cada dia de prova, totalizando 180 questões, com tempo total de duração de 10 horas (BRASIL, MEC/ INEP, 2012).

Fora a prova objetiva, os alunos que realizam o ENEM elaboraram uma redação, que é avaliada a partir de cinco competências: 1. Domínio da norma padrão da língua escrita; 2. Compreensão da proposta de uma redação e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento; 3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões em defesa de um ponto de vista; 4. Demonstrar conhecimento dos domínios linguísticos necessários à construção da argumentação; e 5. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. Nas provas realizadas até 2010 cada uma das competências foi avaliada numa escala de 0 a 100 pontos e a nota global da redação era dada a partir da média aritmética das cinco competências. A partir de 2011, o critério de correção da redação foi modificado, a nota da prova segue uma escala de 0 a 1.000 pontos e é calculada a partir da avaliação de dois corretores, de maneira independente, que atribuem uma nota de 0 a 200 pontos para cada uma das competências. E, para os alunos com deficiência auditiva e dislexia os

mecanismos de correção serão diferenciados, por determinação do decreto de 22 de dezembro de 2005, nº 5.626.¹⁰

Para o poder público, o ENEM possui um caráter inovador, já que a avaliação proposta se diferencia daquilo que os estudantes estão acostumados a resolver nos livros e nas escolas, fora isso, segundo eles, o resultado desse Exame serve para acompanhar a qualidade do ensino médio no Brasil, elaborar políticas públicas e também aperfeiçoar os currículos. Observa-se então, que o Estado avaliador trata a avaliação em larga escala de forma duvidosa, inclusive Sass e Minhoto (2011) salientam que a avaliação em larga escala pode ser entendida como tecnologia (controle, eficiência, eficácia) para produzir informações e prestar contas sobre o sistema educacional, professores, alunos e gestores. O sistema avaliativo tido como tecnologia nada mais é do que um conhecimento científico aplicado para que as pessoas e escolas se conformem com o sistema social, favorecendo assim, a perpetuação da ideologia (controle e da dominação) que sustenta a avaliação em larga escala. De fato, a racionalidade econômica exerce influência na maneira de administrar, e conseqüentemente, de avaliar, a Educação Básica brasileira, os processos e mecanismos das avaliações cumprem com a tarefa de controlar e manter a estrutura social sustentada pelo sistema capitalista.

2.3.3 IDEB

A Federação, por intermédio do Ministério da Educação, instituiu no ano de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o intuito de melhorar a educação brasileira, a partir de quatro eixos: educação básica, ensino superior, educação profissional e alfabetização. Desse modo, o PDE a partir do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação estabeleceu diretrizes para que a União, estados e municípios superassem as desigualdades existentes e caminhassem rumo à melhoria da educação no país (BRASIL, 2008). Um dos instrumentos utilizados pelo PDE é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB):

¹⁰ O decreto nº 5.626 assegura aos sujeitos com deficiência auditiva um tratamento diferenciado. Nesta conjuntura, destaca-se o Art. 14 “As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior”.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações (BRASIL/MEC/INEP, 2012).

Significa isso, que o IDEB é a junção de dois indicadores estatísticos: Censo Escolar, com índices de aprovação, repetência e evasão, e medida de desempenho, a partir das avaliações do SAEB e Prova Brasil. A ideia de combinar esses dois indicadores se dá pelo fato de que para o INEP/ MEC o ideal é encontrar o equilíbrio entre aprendizagem e fluxo, tendo em vista que:

[...] se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado da avaliação indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (BRASIL/MEC/INEP, 2012).

Nota-se, desse modo, que o IDEB, assim como a avaliação, é considerado um instrumento necessário e indispensável para a expansão da eficácia do ensino brasileiro, tendo como finalidade mensurar, monitorar a “qualidade” do ensino no país, especialmente o ensino público, bem como, subsidiar na tomada de decisões políticas educacionais e garantir recursos e financiamento para suprir as possíveis “lacunas” no ensino.

Ainda com relação ao IDEB o ex-presidente do INEP indica que:

[...] um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetência, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem (FERNANDES, 2007, p.7).

O discurso do ex-presidente, nada mais é do que, um discurso utópico e idealista, isso, pois de forma implícita ele revela a ideia de excelência da avaliação sistêmica e do IDEB, bem como levanta a hipótese de que tais instrumentos são capazes de transformar a educação. Entretanto, cabe evidenciar que discursos como esses aparentemente democráticos e legítimos “de melhoria da qualidade”, “acesso efetivo aos conhecimentos escolares”, “apoio técnico, pedagógico e financeiro”, possuem um forte caráter ideológico. Somente a avaliação

em larga escala não é capaz de fomentar mudanças tão profundas, haja vista a complexidade do conceito de avaliação no âmbito escolar.

É importante destacar também que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é calculado a partir de uma escala de 0 a 10, com o intuito de diagnosticar a qualidade da educação brasileira. O IDEB é utilizado pelo Governo como ferramenta de sustentação e projeção de metas, visando “melhor conduzir as políticas públicas educacionais rumo à melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, MEC/INEP, 2012). Para Tanto, o MEC, por intermédio do PDE, traçou metas bianuais para cada escola, a ideia é que a educação brasileira evolua com base nos índices do IDEB, com o objetivo de atingir o patamar educacional dos países da OCDE¹¹, considerado parâmetro no que se refere à qualidade.

Com relação aos resultados nacionais expostos no sítio do INEP¹², o IDEB observado nas séries iniciais do ensino fundamental foi no ano de 2005: 3.8, em 2007: 4.2, em 2009: 4.6 e em 2011: 5.0. O Brasil tem como meta chegar até o ano de 2021 com média 6.0, visando à equiparação com os países desenvolvidos. Já o IDEB observado nos anos finais do ensino fundamental foi no ano de 2005: 3.5, em 2007: 3.8, em 2009: 4.0 e em 2011: 4.1. A meta traçada para 2021 é: 5.5. No ensino médio o IDEB observado em 2005 foi: 3.4, em 2007: 3.5, em 2009: 3.6 e em 2011: 3.7, a meta é atingir até 2021 a nota: 5.2.

O IDEB do município de Londrina (PR) nas séries iniciais do ensino fundamental foi no ano de 2005: 4.7, em 2007: 5.0, em 2009: 5.7 e em 2011: 5.5. Nos anos finais do ensino fundamental foi em 2005: 3.6, em 2007: 3.9, em 2009: 4.1 e em 2011: 4.0.

Na perspectiva do MEC/INEP, o IDEB representa atualmente um avanço significativo com relação aos indicadores educacionais, já que prevê esforços para que rapidamente os índices evoluam. Entretanto, vale salientar que tais indicadores são utilizados atualmente para monitorar, controlar o sucesso e o fracasso das redes de ensino, os dados das avaliações não vêm possibilitando avanços significativos com relação à qualidade da educação, isto porque, a real prioridade não é avaliar, mas sim medir o sistema educacional como um todo:

¹¹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico: é uma organização internacional que atendem aos princípios da democracia representativa e da economia do livre mercado. Conta com a participação de 34 países, considerados desenvolvidos, já que possuem um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

¹² INEP (www.sistemasideb.inep.gov.br/resultado).

alunos, professores, gestores e escola. Os “bons” indicadores educacionais não dizem respeito a uma educação efetiva e de qualidade, mas sim, a melhora nos resultados da avaliação sistêmica. Este modelo avaliativo não se atenta à realidade do sistema educacional, as suas especificidades: sociedade segmentada, aumento das taxas de escolarização, novos públicos, inclusão e entre outros. Nota-se assim, a dicotomia entre as propostas avaliativas e as necessidades e dinâmica socioeducacional.

Desse modo, denota-se que, os desdobramentos deste sistema avaliativo não corroboram para a elaboração de estratégias pedagógicas e reorientação de políticas públicas educacionais, isto acontece, pois a massificação dos resultados não permite a tomada de decisão consciente e nem proporcionam debates que impulsionem o desenvolvimento educacional. Como explica Bauer (2010):

A inexistência de clareza sobre os objetivos da avaliação e a dificuldade de definir e entrar em consenso sobre padrões de qualidade claros-que permitem comparar longitudinalmente os resultados obtidos e possam ser utilizados para analisar as possíveis mudanças que operam a partir das políticas e programas implementados-fazem com que a preocupação recaia sobre os resultados das provas e sua dimensão técnica não se enfatizando as análises conceituais que permitiriam um melhor entendimento da situação educacional e uma intervenção mais efetiva (p. 335 - 336).

De fato, o foco da avaliação sistêmica é o monitoramento dos resultados, deixando em um segundo plano a efetiva aprendizagem do aluno; ou seja, o indicador de rendimento refere-se muito mais ao imaginário da sociedade com relação a este modelo avaliativo do que, de fato, a transformação educativa. Os resultados das avaliações necessitam ser encarados em sua complexidade, com o intuito de favorecer a amplitude nos debates de cunho político, visando a real melhoria da educação, a partir de ações concretas que ultrapassem a análise técnica dos indicadores educacionais.

3 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM BALANÇO DA ÁREA

O levantamento da produção acadêmica em “avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais” foi um dos caminhos percorridos nesta pesquisa. O balanço da área foi estruturado a partir de três bases de dados: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) - *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A escolha destas bases de dados se deu pelo fato de que essas fontes concentram os principais periódicos da área educacional, além de ser, atualmente, um dos meios mais utilizados para publicação científica e divulgação de pesquisas acadêmicas de qualidade, sejam estas mais antigas ou recentes.

Inicialmente, foi preciso encontrar artigos, teses e dissertações que tratavam da temática “avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais” na leitura de títulos e resumos. Devido à quase inexistência de trabalhos relacionados ao tema proposto, optou-se por ampliar a busca, com pesquisas que se aproximavam da temática, a partir dos descritores: Sistema Nacional de Avaliação (SAEB), avaliação da educação básica no Brasil, Prova Brasil, avaliação em larga escala, IDEB e entre outros.

Em seguida, analisou-se cada estudo encontrado por meio de um roteiro de leitura baseado em Nunes et al. (1998). Tal roteiro indica: periódico, ano, caráter do artigo, autor, objetivo, metodologia, sujeito, público alvo, resultado e referencial teórico. Com a utilização desse material foi possível apresentar os resultados, no que se refere ao arrolamento de trabalhos com esta temática. Assim, torna-se necessário mencionar que o roteiro utilizado serviu para facilitar a pesquisa aqui proposta, já que os dados organizados nas categorias citadas acima contribuíram para a ordenação e caracterização das diversas pesquisas encontradas na ANPED, SCIELO e CAPES.

Nas três bases de dados: ANPED, SCIELO e CAPES, verificou-se um total de 5.293 pesquisas, sendo que destas, 21 tratavam do tema avaliação em larga escala e apenas duas, que dizem respeito ao objeto de estudo, isto é, a avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais. Ressalta-se, em geral, que os estudos encontrados apresentam a discussão sobre

avaliação em larga escala, mas não estabelecem relação com a necessidade educacional especial.

3.1 ANPED

A primeira fonte de pesquisa utilizada foi a ANPED, em que foram analisados dois grupos de trabalho – GT 05 de Estado e Política Educacional e o GT 15 de Educação Especial. O levantamento contemplou da 23ª à 33ª reunião, totalizando 333 artigos, sendo que destes, cinco (5) tratavam de avaliação em larga escala, porém sem relação com a necessidade educacional especial.

Cabe ressaltar que nenhum destes cinco (5) artigos analisados foram publicados no GT 15 - Educação Especial, haja vista que em nenhum deles discutia-se a avaliação em larga escala de pessoas com necessidade educacional especial, mas tão somente avaliações isoladas de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular ou especial, avaliação de alunos surdos, cegos e no ensino superior.

A seguir, o Quadro 1 apresenta as pesquisas da ANPED que tratam sobre avaliação em larga escala.

Quadro 1 – Trabalhos da ANPED que fazem referência à avaliação em larga escala

Ano - Reunião	GT	Temática	Título do Trabalho	Autores
2000 - 25 ^a	05	Estado da Arte	Avaliação de monitoramento– uma das categorias de análise sobre o “Estado da arte – avaliação na educação básica”.	DURAN, M. C. G
2000- 23 ^a	05		A avaliação na educação básica: entre dois modelos.	BARRETO, E. de S.
2005- 25 ^a	05		A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa.	FREITAS, D. N. T. de
2010 - 33 ^a	05	Prova Brasil e IDEB	O IDEB e a Prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória- ES.	FERNANDES, C. F. R.
2008 - 31 ^a	05	Políticas Educacionais de Avaliação em Larga Escala	Sistema municipal de ensino: contexto do sistema de avaliação da educação básica.	WERLE, F. O. C.

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da ANPED (2011).

Dentre os cinco (5) artigos selecionados, todos são relatos de pesquisas. Destes, três (3) estão na condição de estado da arte, um (1) apresenta e analisa dados da Prova Brasil e IDEB e o outro tem como foco de discussão as políticas educacionais de avaliação em larga escala. Vejamos em detalhes os resultados destas pesquisas.

Fernandes (2010) apresentou em sua dissertação de mestrado dados da Prova Brasil e do IDEB das escolas de Vitória-ES nos anos de 2005 e 2007. No artigo, estão presentes algumas considerações históricas e políticas sobre o SAEB e o IDEB. Ademais, o estudo analisou o desempenho dos alunos a partir de cálculo de desvio padrão (número responsável pela variação ou dispersão existente em relação à média ou valor esperado). Foi a partir destes dados (notas e desvio padrão), que a autora conclui que, ao contrário do que se imagina, há a possibilidade de distorção das variáveis, podendo o IDEB se tornar um indicador não confiável.

O outro artigo analisado discorre sobre a política educacional em âmbito municipal, especialmente das leis que criam os Sistemas Municipais de Ensino (SME) e sua relação com as políticas de avaliação em larga escala (WERLE, 2008). Este autor tem como foco de discussão o mapeamento das leis municipais relacionadas à gestão democrática, no estado do Rio Grande do Sul e conclui que tais leis podem ajudar a compreender as políticas de avaliação em larga escala.

Os outros três estudos de Freitas (2005), Duran (2000) e Barreto (2000) encontrados nas reuniões da ANPED foram realizados na perspectiva de estado da arte: como o próprio nome sugere, os autores procedem a uma vasta revisão bibliográfica, a partir de diferentes fontes e períodos, com o intuito de discutir a respeito da avaliação da educação básica no Brasil.

A pesquisa de Freitas (2005) teve como propósito analisar a ação educativa da avaliação em larga escala no período de 1988-2002, com o intuito de estabelecer relação entre os diferentes períodos e estudos. Para isso, seu estudo se dividiu em três dimensões: investigação, força normativa e transformação. Com relação à primeira: a autora destaca os trabalhos, que se concentraram nos processos de emergência e introdução da avaliação como via de regulação da educação básica brasileira. No segundo momento (força normativa), ela diz respeito a investigações sobre a dimensão normativa da avaliação. O terceiro momento (transformação), a autora evidencia as pesquisas, que discorrem sobre as transformações contemporâneas do Estado brasileiro e a investigação da dimensão pedagógica e educativa da avaliação.

O segundo artigo selecionado, que também trata de uma pesquisa do tipo estado da arte, relata sobre a avaliação de monitoramento, que é entendida como avaliação padronizada do rendimento escolar, realizada no âmbito nacional e estadual de avaliação do ensino básico. Para a realização da pesquisa, Duran (2000) selecionou nove periódicos, em que a grande maioria dos artigos analisados se encontram na Revista Estudos de Avaliação Educacional (EAE).

A autora dividiu a pesquisa em cinco categorias:

1. Conceituação e contextualização de avaliação de monitoramento – doze (12) artigos relacionados à temática.

2. SAEB – quatro (4) artigos relacionados à temática.

3. Estudos pioneiros (anteriores a implantação do modelo de avaliação) – dez (10) artigos relacionados à temática.

4. Avaliação da escola pública de Minas Gerais - vinte e seis (26) artigos relacionados à temática.

5. O sistema avaliador de rendimento do estado de São Paulo – onze (11) artigos relacionados à temática.

Por fim, a pesquisa realizada por Barreto (2000) sintetiza as principais constatações do estado da arte sobre avaliação na educação básica nos anos 90, a partir de quatro categorias:

1. Referências e modelos: refere-se a questões teóricas e metodológicas de avaliação, a partir de modelos e tendência de avaliação.

2. Avaliação na escola e da escola: diz respeito a normas, propostas curriculares e orientações.

3. Avaliação de sistema: refere-se ao rendimento escolar do aluno.

4. Avaliação de políticas educacionais: análise das políticas da área.

3.2 SCIELO

O segundo banco de dados utilizado foi o SCIELO, do qual foram analisadas quatro revistas: Educação e Sociedade (1997-2011); Revista Brasileira de Educação (2000-2011); Revista Brasileira de Educação Especial (2005-2011) e Cadernos de Pesquisa (1999-2011). Além disso, a pesquisa se estendeu para “assuntos” (artigos), em que foram utilizadas as palavras-chave avaliação, avaliação em larga escala, avaliação educacional, avaliação de pessoas com necessidades educacionais especiais, SAEB e Prova Brasil.

O total de artigos encontrados nesta base de dados (Revistas, Assuntos) foi de 3.625. Dentre estes, dezesseis (16) tratam de avaliação em larga escala, porém nenhum estabelece relação com a necessidade educacional especial.

Adiante, o Quadro 2 evidencia os estudos que dizem respeito a avaliação em larga escala.

Quadro 2 – Trabalhos do SCIELO que fazem referência à avaliação em larga escala

Ano	Revista	Temática	Título de trabalho	Autores
2010	Caderno de pesquisas nº40	Políticas Públicas	Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências.	SOUZA, S.Z.S; OLIVEIRA, R.P de
2007	Caderno de pesquisas nº37		Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental.	SOARES, J.F
2003	Caderno de pesquisas nº119		Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar.	SOUZA, S.M.Z.L
2007	Psico. Teor e Pesq.		Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001.	ANDRADE, J.M de; LAROS, J.A
1999	Caderno de pesquisas nº 108		Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB.	BONAMINO, A; FRANCO, C
2002	Educação e Sociedade	Políticas Públicas para ensino fundamental: parâmetros curriculares nacionais e sistema nacional de avaliação (SAEB).	SANTOS, L.L de C.P	
2007	Ensaio: Avaliações e Políticas Públicas em educação	Contexto Socioeconômico	Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar.	ALVES, F
2002	Revista Brasileira de Educação		Modelos de três níveis hierárquicos para a proficiência dos alunos de 4ª série avaliados no teste de língua portuguesa do SIMAVE/PROEBE – 2002.	SOARES, T.M
2003	Educação e Pesquisa		Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica.	SOARES, J.F; GONZAGA, M.T
2007	Educação e Sociedade		Desenvolvendo mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar.	DWEYER, T et al.
2006	Dados - Revista de Ciências Sociais		Family resources and cognitive performance by primary school students	SOARES, J. F; COLLARES, A. C. M

			in Brazil.	
2003	Caderno de Pesquisa nº118	Questionários aplicados aos professores	Formação docente nos Surveys de avaliação educacional.	SZTAJN, P; BONAMINO, A; FRANCO, C
2005	Caderno de Pesquisa nº124		A escolaridade em ciclos: a escola sob uma nova lógica.	FERNANDES, C de. O
2002	Educação e Sociedade	Letramento	Avaliação e letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA.	BONAMINO, A; COSCARELLI, C; FRANCO, C
2010	Educação em Revista		O que dizem as matrizes de habilidades sobre a leitura em ambientes digitais.	RIBEIRO, A. E..R; COSCARELLI, C.V
2007	Ensaio: Avaliações e Políticas Públicas em educação	Qualidade da educação	Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar.	ALVES, F

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do SCIELO (2011).

Na revista *Educação e Sociedade*, foram analisados os artigos de 1997-2011, totalizando 371, sendo que deste montante apenas dois (2) se aproximam do tema. Neste periódico, havia artigos que falavam de avaliação no ensino superior, avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE), avaliação e gestão democrática, avaliação e má qualidade do ensino, avaliação e exclusão, avaliação e formação, formação de professores e outros assuntos não relacionados à temática proposta.

A *Revista Brasileira de Educação* contemplou, nos anos de 2000 a 2011, um total de 298 artigos, sendo que nenhum deles havia relação com o tema da avaliação em larga escala de pessoas com necessidades educacionais especiais. Com respeito ao tema “avaliação”, havia artigos sobre ensino superior, políticas públicas, qualidade da educação, entre outros. Com relação à *Revista Brasileira de Educação de Educação Especial*, foram verificados artigos desde o período de 2005 até 2011, totalizando 148 artigos. Deste montante, nenhum estava vinculado à temática. Já sobre o tema “avaliação e necessidades educacionais especiais”, havia artigos sobre crianças com Síndrome de Down, baixo desempenho de pessoas com deficiência mental, competência social, comunicação e habilidades cognitivas e avaliação assistida.

Outra fonte utilizada foi o *Caderno de Pesquisa*, em que nenhum artigo foi encontrado com o descritor “avaliação em larga escola e necessidade

educacional especial”. Entretanto, cinco (5) artigos foram analisados com o descritor “SAEB”. Já a busca feita por Assunto “artigos” (SCIELO) com o descritor “avaliação” resultou em 2.749 artigos, sendo que a maioria destas pesquisas relacionavam-se à área da saúde. Também foram encontrados dezessete (17) trabalhos vinculados à avaliação em educação, porém, sem relação alguma ao tema proposto.

Com o descritor “avaliação educacional”, “avaliação de pessoa com deficiência”, “SAEB” e “Prova Brasil”, 59 trabalhos foram encontrados, mas nenhuma foi objeto de análise. Já com o descritor “avaliação em larga escala” e “SAEB”, foram analisadas 9 pesquisas.

A busca por períodos no SCIELO proporcionou o estudo de 16 artigos, que foram analisados e classificados em:

2.1. Políticas Públicas - pesquisas que relacionam avaliação em larga escala e políticas educacionais (com 6 artigos).

2.2. Contexto Socioeconômico - pesquisas que tratam a respeito do SAEB e contexto socioeconômico (com 5 artigos).

2.3. Questionário aplicado a professores - SAEB e questionário aplicado a professores (com 2 artigos).

2.4. Letramento - análise dos dados da matriz de língua portuguesa, a partir dos dados de avaliação em larga escala (com 2 artigos).

2.5. Qualidade da educação - desempenho estudantil e a evolução da qualidade da educação (com 1 artigo).

3.2.1 Políticas Públicas

A maior parte dos artigos analisados (SCIELO) dedica-se a estudar como o sistema avaliativo vem formulando e interpretando as políticas públicas educacionais. Sousa et. Al. (2010) apresentam, em sua pesquisa, a análise dos sistemas de avaliação implantados em cinco unidades federadas (Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e São Paulo), no período de 2005-2007, com o intuito de verificar o resultado da formulação das políticas educacionais. Os autores concluem que, por mais que o sistema avaliativo venha avançando e se aprimorando, progressivamente, as políticas e práticas educacionais não estão no mesmo ritmo.

Isto significa que se percebe alguma melhoria nos procedimentos para medida do desempenho estudantil, entretanto, não se nota evolução na avaliação sistêmica.

A pesquisa empreendida por Soares (2007) analisa dados resultantes do SAEB, visando à formulação e implementação de políticas públicas que possibilite a melhoria do desempenho cognitivo dos alunos. O autor mostra-se otimista, enfatizando que há ações que podem ser realizadas na escola, com o intuito de melhorar os resultados nas avaliações a partir de políticas escolares previstas em lei para que proporcionem às escolas maior autonomia.

Sousa (2003), em sua pesquisa, ressalta que as propostas avaliativas necessitam pautar-se em outros princípios com vistas à democratização do ensino. Para ele, é imprescindível que a políticas públicas de avaliação, de fato, oportunizem a todos uma educação de qualidade.

Uma abordagem diferente foi utilizada por Andrade et. Al (2007): trata-se da abordagem multinível, um tipo de regressão múltipla (análise hierárquica dos dados), em que foram considerados os dados do SAEB-2001. No modelo “multinível” foram incluídas variáveis para escola e aluno. Os autores, em suas considerações, evidenciam a importância de que a pesquisa seja utilizada para a elaboração de políticas públicas.

O ensaio teórico de Bonamico et. Al. (1999) tem como foco de pesquisa o SAEB (ciclos) e seus aspectos com a política educacional. A pesquisa relata sobre o processo de institucionalização, as influências dos atores envolvidos no processo e as interpretações do Ministério de Educação e Cultura (MEC). De forma geral, os autores relatam as mudanças do SAEB ao longo dos ciclos e sua relação com a política educacional.

Outro estudo relacionado às políticas públicas é o de Santos (2002), que discute os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Sistema Nacional de Avaliação para o ensino fundamental. A pesquisa resultou em uma carta ao ministro da Educação, evidenciando a desconexão entre as políticas públicas e a realidade educacional.

3.2.2 Contexto Socioeconômico

Nesta perspectiva de análise, todos os artigos apresentados abaixo utilizaram os indicadores socioeconômicos dos sistemas de avaliação em larga

escala como base de pesquisa, com o intuito de desvelar a relação entre desempenho estudantil e origem social e/ou racial.

Alves et. Al. (2007) utilizou os dados do SAEB do ano de 2001 referentes às escolas públicas de capitais brasileiras a fim de investigar a relação entre repetência e origem social, tendo como resultado a ideia de que a origem social tende a estar atrelada ao risco de repetência.

Já Soares (2002) busca em seu estudo avaliar o contexto social, cultural e econômico, a partir das variáveis obtidas da avaliação educacional em larga escala, a fim de estabelecer relação com o resultado das provas de língua portuguesa. Nos resultados da pesquisa, a autora elabora diversos questionamentos, como por exemplo, se há influência racial sobre os resultados de proficiência ou se os dados possuem relação com o desempenho do professor, entre outros.

Soares et. Al. (2003) estabeleceram relação entre desigualdade racial e desempenho escolar e concluem que o desempenho escolar dos alunos socialmente privilegiados (em geral brancos) é muito superior a de alunos negros e pardos. A sugestão proposta é que as políticas públicas e educacionais priorizem a eficácia e a qualidade do ensino, independentemente da raça (e, completa-se, de gênero, condição física ou origem social) dos estudantes.

Outra temática discutida por Dwyer et. Al. (2007), foi verificar o desempenho escolar de alunos da 4ª, 8ª série e 3ª série do ensino médio e sua relação com a utilização do computador a partir de indicadores socioeconômicos. O resultado do estudo mostrou que, para todos os alunos, independentemente da idade e da classe social, o uso intenso do computador diminui o rendimento escolar.

Por fim, Soares et. Al. (2006) cruzaram os dados econômicos e culturais da família dos estudantes com o desempenho estudantil dos mesmos. Os dados revelam que a família desempenha um papel importante de ativador dos recursos culturais, podendo oportunizar um melhor desempenho cognitivo dos alunos.

3.2.3 Questionário Aplicado a Professores

Este tópico tem como base a análise de estudos, que tratam sobre os questionários aplicados a professores nos sistemas de avaliação em larga escala.

A pesquisa de Sztajn et. Al. (2003) visa compreender como os instrumentos avaliativos vêm influenciando os textos sobre formação docente. Para os autores, é imprescindível a utilização de pesquisas qualitativas (como a análise de questionários, em que os professores respondam a questões sobre o sistema de avaliação) para uma maior contextualização e compreensão acerca da formação de professores e desempenho acadêmico.

Ainda neste contexto, Fernandes (2005) procurou investigar a repercussão da escolaridade em ciclos no exercício da profissão docente. A escola em ciclos é uma nova lógica educacional e causou mudanças no âmbito educacional, proporcionando ao espaço escolar conflito e tensão. Diante desse cenário, a pesquisa se deu a partir das repostas dos questionários respondidos (SAEB-2001) por professores de uma escola da rede pública de Niterói-RJ. O resultado da pesquisa relata que, hoje, a escola em ciclos se configura a partir das premissas da escola seriada (antigo modelo educacional).

3.2.4 Letramento

Este conjunto de artigos trata sobre avaliação e letramento. Bonamico et. Al. (2002) apresentam concepções de letramento, que servem de base para dois tipos de prova de avaliação em larga escala: SAEB E PISA. O artigo analisou o resultado dos dados de letramento adotados por estas duas bases e evidenciou que a grande maioria dos alunos não se mostram capazes de ler textos não contínuos, gráficos e tabelas. Em virtude desta situação, os pesquisadores refletem a respeito da necessidade de uma “reação” do sistema educacional brasileiro, a fim de que, as escolas proporcionem uma educação de qualidade.

Com base na matriz de Língua Portuguesa do SAEB, Ribeiro et. Al. (2010) discutem as práticas de leitura e escrita, bem como isso reflete sobre os descritores destas matrizes. O artigo salienta a importância de rever as matrizes de leitura e de ensino para que estas possam servir de parâmetro para o sistema educacional.

3.2.5 Qualidade da Educação

Dentre os estudos selecionados no SCIELO, um diz respeito à qualidade da educação. A pesquisa de Alves (2007) discorreu sobre a evolução da qualidade do ensino, a partir da mudança na composição dos estudantes que realizaram as avaliações de 4ª série do ensino fundamental. Para tanto, verificou-se o desempenho acadêmico de sucessivas gerações e os resultados encontrados apontam que metade das quedas de desempenho dos alunos ocorreu no período de 1995-2003.

3.3 CAPES

No banco de tese e dissertações da CAPES foram utilizados os descritores: “inclusão escolar”; “pessoas com necessidades educacionais especiais”; “Prova Brasil” e “avaliação em larga escala”.

Com relação à busca realizada a partir do descritor: “inclusão escolar”, encontrou-se um total de 549 trabalhos. Destes, apenas uma dissertação (MONTEIRO, 2010) foi compatível com a temática proposta. Cabe ressaltar que esta mesma pesquisa foi encontrada, também, a partir de outros descritores, como pessoa com necessidade educacional especial, Prova Brasil e avaliação em larga escola.

A utilização do descritor “pessoa com necessidade educacional especial” resultou em um total de 687 pesquisas, em que apenas a pesquisa tratada acima (MONTEIRO, 2010) foi compatível com o tema. A grande maioria das pesquisas encontradas abordam temas como: saberes docente, mercado de trabalho, esporte, família, acessibilidade e etc.

A busca por “Prova Brasil” rendeu 55 trabalhos. Dentre eles, além da pesquisa de Monteiro (2010), encontra-se mais uma dissertação (LEITE, 2007), que se aproxima da temática proposta. As outras pesquisas tratam sobre leitura, conteúdos, qualidade de ensino, formação continuada e entre outros.

Com o descritor “avaliação em larga escala” verificou-se um total de 44 pesquisas. Além da pesquisa de Monteiro (2010), nenhuma se mostrou relevante para a análise, já que o foco do presente estudo é selecionar teses e dissertações

sobre desempenho estudantil de alunos com necessidades educacionais especiais em avaliações de larga escala.

Os artigos analisados foram classificados em:

- Avaliação e surdez - analisa o desempenho em matemática de alunos surdos, por meio do SAEB.
- Inclusão escolar e avaliação em larga escala - verifica como a inclusão vem ocorrendo diante da avaliação em larga escala.

Quadro 3 – Pesquisas que fazem referência à avaliação em larga escala de alunos com necessidades educacionais especiais

Ano	Temática	Tese ou Dissertação	Título	Autor
2007	Avaliação e surdez	Dissertação	Design da Interação de Interfaces Educativas para o Ensino de Matemática para Crianças e Jovens Surdos.	LEITE, M. D.
2010	Inclusão escolar e avaliação em larga escala	Dissertação	Inclusão Escolar e Avaliação em Larga Escala: alunos com deficiência na Prova Brasil.	MONTEIRO, K. R. A.

Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados da CAPES (2011).

3.3.1 Avaliação e Surdez

Leite (2007), em sua dissertação de mestrado em ciências da computação, utiliza o SAEB e Prova Brasil para ressaltar a dificuldade dos alunos em adquirir conceitos matemáticos. No caso dos estudantes surdos, isto se intensifica “devido a uma associação de fatores de ordem linguística e experienciais intrínsecos à língua gestual/visual” (LEITE, 2007).

Algumas pesquisas recentes ressalvam que o surdo possui um atraso na aprendizagem da matemática. Desse modo, o design de uma interface elaborou situações problemas para aprimorar o desenvolvimento dos alunos surdos. Diante disso, a autora fala da necessidade de utilizar um design que considera as necessidades do usuário. Os resultados da pesquisa apontam que o uso de ícones representativos de LIBRAS, mensagem de “feedback”, além de várias formas de

representar o campo auditivo, favorecem a compreensão e desenvolvimento do usuário surdo.

3.3.2 Inclusão Escolar e Avaliação em Larga Escala

De todas as pesquisas encontradas, a que mais se aproximou da temática avaliação em larga escala de aluno com necessidade educacional especial foi, portanto, a dissertação de mestrado de Monteiro (2010). O estudo analisa como vem ocorrendo a avaliação de larga escala de alunos com necessidade educacional especial. Monteiro (2010) tratou de verificar como a Prova Brasil vinha sendo aplicada a alunos ditos “incluídos”. A pesquisa exploratória foi realizada em cinco municípios da Baixada Santista com profissionais de Secretarias e Departamentos Municipais de Educação, gestores e professores.

A metodologia utilizada foi aplicação de questionário e observação durante a realização da Prova Brasil, sendo o objetivo da pesquisa verificar como vêm ocorrendo a implementação de políticas inclusivas. Monteiro (2010) conclui que a inclusão está distante de acontecer, já que a aplicação da Prova Brasil não garante a igualdade no atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, favorecendo, assim, a imprecisão entre as políticas inclusiva e o projeto educacional.

3.4 RESULTADOS

Com os resultados encontrados a partir do balanço da área, verifica-se a quase inexistência de trabalhos que relacionam avaliação em larga escala e necessidades educacionais especiais e, dessa forma, fica clara a ausência e a necessidade de um estudo mais detalhado a respeito de como vem ocorrendo a avaliação sistêmica para esta população específica.

Além disto, há outro elemento importante que justifica a pertinência de pesquisas em torno deste tema. A avaliação em larga escala se constitui, hoje, como dado oficial do poder público, definidor de política pública educacional e determinante no direcionamento do apoio financeiro, técnico e pedagógico à educação, pois é por meio da Prova Brasil e ENEM que o Estado mede a qualidade da educação básica no país. A ideia deste sistema avaliativo é fornecer dados de

desempenho dos alunos matriculados nos sistemas de ensino. Isto significa que tais avaliações devem abranger *todos* os sujeitos, inclusive aqueles que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, já que as políticas inclusivas têm por finalidade o acesso e a participação efetiva destes sujeitos nos sistemas de ensino. Por estas razões, portanto, julga-se que o tema desta pesquisa empreendida é de extrema importância, já que estes dados podem trazer contribuições para o processo inclusivo no país.

4 RESULTADOS

Os microdados, aqui, apresentados decorrem de dois tipos de indicadores: matrícula, extraídas do Censo Escolar, e rendimento escolar, com os resultados da Prova Brasil e ENEM. Tais indicadores são referentes ao município de Londrina (PR), nos anos de 2007 e 2008.

Os dados de matrícula foram utilizados com o intuito de apresentar o panorama geral da educação básica no município de Londrina (PR), como forma de caracterizá-lo, bem como apresentar o afunilamento dessas matrículas, no que se refere às etapas de ensino utilizadas na Prova Brasil e no ENEM. Desse modo, o foco de análise dar-se-á na 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio.

Ressalta-se que os microdados de matrícula e rendimento apresentados a seguir encontram-se disponíveis no site do INEP¹³.

4.1 ANO DE 2007

4.1.1 Caracterização do Município de Londrina (PR)

A Tabela 1 apresenta as matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), distribuídas segundo o tipo de atendimento (regular, especial e EJA) e sexo – 2007.

¹³ INEP (<<http://www.inep.gov.br>>).

Tabela 1 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e sexo – 2007

Modalidade de Ensino	Sexo	
	MASCULINO	FEMININO
Regular		
Sem NEE	57.381	55.624
NEE	296	219
Total	57.677	55.843
Especial		
Sem NEE	0	0
NEE	737	582
Total	737	582
EJA		
Sem NEE	4.001	4.496
NEE	43	38
Total	4.044	4.534

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007).

No ano de 2007, o município de Londrina (PR) contemplou um total de 123.417 matrículas, incluindo as três modalidades de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos). Deste montante, 1.915 matrículas destinavam-se a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

a) Matrículas por sexo:

No que concerne ao sexo, do total de matrículas da educação básica do município (123.417) 62.458 ou 50,6% matrículas são do sexo masculino e 60.959 ou 49,4% são do sexo feminino. A mesma tendência é verificada em relação ao número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais: o sexo masculino aparece com 1.076 ou 56,1% das matrículas, enquanto o sexo feminino contém 839 ou 43,9%.

A seguir, a Tabela 2 apresenta as matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), distribuídas segundo o tipo de atendimento (regular, especial e EJA) e raça-etnia/ (cor de pele) – 2007.

Tabela 2 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e raça-etnia/ (cor da pele) – 2007

Modalidade de Ensino	Raça-Etnia						
	NÃO DECLARADA	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	INDÍGENA	TOTAL
Regular							
Sem NEE	28.100	61.105	2.681	19.292	1.255	572	113.005
NEE	70	312	21	101	10	1	515
Total	28.170	61.417	2.702	19.393	1.265	573	113.520
Especial							
NEE	778	368	17	149	7	0	1.319
Total	778	368	17	149	7	0	1.319
EJA							
Sem NEE	7.429	739	89	222	4	14	8.497
NEE	44	23	1	12	1	0	81
Total	7.473	762	90	234	5	14	8.578

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007).

a) Matrículas por raça-etnia/(cor da pele)

Com base no Censo Escolar (2007), a raça-etnia foi classificada em: não declarada, branca, preta, parda e indígena. No que se refere ao total de matrículas do município, percebe-se uma maior incidência de matrículas de alunos que se declararam brancos (62.547), que corresponde a 50,6% do total de alunos. Na sequência, 36.421 matrículas referem-se à condição “não declarada”, equivalente a 29,5% do total de matrículas.

Com a soma da raça-etnia: preta e parda, verifica-se um total de 22.585, destinando 18,2% das matrículas do município. Com uma pequena parcela da população, concentra-se a raça-etnia: amarela e indígena, com 1.277 matrículas da raça-etnia: amarela, 1,03% e com a raça-etnia: indígena 587 matrículas, ou 0,47% do total de matrículas.

b) Matrículas por raça-etnia/(cor da pele) e necessidade educacional especial

Ao analisar o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, nota-se um número maior de alunos com raça-etnia: não declarada, com 892 matrículas (46,5%), seguida da raça-etnia: branca com 703 matrículas (36,7%) e 301 matrículas a raça-etnia: preta e parda, equivalente à 15,7% do total. Por fim, com uma baixa incidência de matrículas verifica-se a raça-etnia: amarela, com 18 matrículas (0,93%), e a raça-etnia: indígena, com apenas uma matrícula (0,05%).

c) Matrículas por modalidade de ensino

Quando se analisa as modalidades separadamente, nota-se que a modalidade regular concentra o maior número de matrículas do município: 113.520. Esta quantia é 86 vezes maior que a modalidade especial, que contém 1.319 matrículas, e 13 vezes maior que o número de matrículas da modalidade EJA, com 8.578.

Deste montante, percebe-se que estes valores não se repetem, no que diz respeito a matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Isto porque, de 1.915 matrículas gerais de alunos com necessidades educacionais especiais no município, apenas 515 alunos encontram-se na modalidade regular. Embora, a proposta da educação inclusiva venha sendo amplamente discutida em inúmeros documentos nacionais e internacionais, privilegiando a todos o ensino no sistema regular, nota-se que ainda existem baixos índices de matrícula no sistema regular de ensino, tendo em vista que as matrículas da modalidade especial (1.319) passam do dobro da regular, em relação ao ano de 2007.

Ainda sobre o ano de 2007, na educação de jovens e adultos (EJA), havia 81 estudantes com necessidades educacionais especiais (81 matrículas), o que mostra quão segregada é a educação nesta modalidade de ensino.

A tabela 3 apresenta os dados de matrícula no município de Londrina (PR), por tipo de escolarização (regular, especial) e por etapa de ensino, dos alunos com e sem necessidade educacional especial, em 2007.

Tabela 3 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade e etapa de ensino– 2007

Modalidade de Ensino	Etapa de Ensino		
	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
Regular			
Sem NEE	17.956	70.396	21.390
NEE	67	399	47
Total	18.023	70.795	21.437
Especial			
NEE	219	577	0
Total	219	577	0

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007).

a) Matrículas por modalidade na educação infantil

No município de Londrina (PR), no ano de 2007, verifica-se um total de 18.242 alunos matriculados na educação infantil nas modalidades regular e especial. Destas, 1.8023 matrículas correspondem ao ensino regular e 219 à educação especial.

No mesmo ano, o número de alunos com necessidades educacionais especiais nas duas modalidades corresponde a 286 matrículas: 219 no ensino especial e 67 no regular, ou seja, 76,5% das matrículas concentram-se no ensino especial, o que torna a incidência desta população na modalidade regular baixíssima, se comparada à especial.

Com relação à educação infantil, cabe destacar o baixo número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais. Conquanto, a discussão sobre estes sujeitos na educação infantil tenha sido ampliada, com o discurso de que esta fase é determinante para que o aluno progrida e se desenvolva, favorecendo o aprendizado nas etapas seguintes, é notória a falta de políticas públicas que priorizem a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais nessa fase.

b) Matrículas por modalidade no ensino fundamental

Já no ensino fundamental verifica-se um total de 71.372 matrículas nas duas modalidades, das quais 70.795 são do ensino regular e 577 do especial. O número de alunos com necessidades educacionais especiais na modalidade regular é de 399 (40,9%) e na modalidade especial é de 577 (59,1% das matrículas), totalizando 976 estudantes nas duas modalidades. Nota-se, assim, que o número de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais triplica da educação infantil para o ensino fundamental. É evidente o aumento e a concentração de matrículas dos mesmos no ensino fundamental, comparado ao infantil; entretanto, este número pode estar estritamente relacionado ao fato de o ensino fundamental ser obrigatório.

c) Matrículas por modalidade no ensino médio

Com relação à etapa do ensino médio, nota-se um grande decréscimo de matrículas do ensino fundamental para o médio, com redução de 49.358 ou 30.2% de matrículas, sendo que destas apenas 47 ou 0.2% dizem respeito aos alunos com necessidades educacionais especiais. Esta queda brusca de matrículas pode estar associada à evasão desses alunos do sistema educacional, ou ao fato de que os baixos índices de aprovação dos alunos não permitirem que os mesmos ingressem no ensino médio.

A seguir, na Tabela 4, pode-se observar o número de matrículas no município de Londrina (PR) no ano de 2007, por etapa de ensino (4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio), e por modalidade de ensino (regular e especial), identificando aqueles que possuem ou não necessidades educacionais especiais.

Tabela 4 – Alunos matriculados no município de Londrina (PR) nas 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio, segundo modalidade de ensino e necessidade educacional especial – 2007

Modalidade de Ensino	Etapa de Ensino		
	4ªSÉRIE	8ªSÉRIE	3ºANO E.M
Regular			
Sem NEE	8.275	7.531	5.813
NEE	72	21	13
Total	8.347	7.552	5.826
Especial			
NEE	6	0	0
Total	6	0	0
Total Geral	8.353	7.552	5.826

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007).

Como se pode perceber, havia na 4ª série 8.353 alunos matriculados nas duas modalidades (regular e especial), em que apenas 6 estavam no ensino especial e 8.347 no ensino regular. Dos 78 alunos com necessidade educacional especial (72 matriculados no ensino regular e 6 no especial). Já na 8ª série havia um total de 7.552 matrículas (presentes no sistema regular), dos quais 21 ou 0.2% possuem necessidades educacionais especiais.

No ensino médio este número é reduzido para 5.826 matrículas (modalidade regular), com apenas 13 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no 3º ano do ensino, que comparado aos dados presentes na Tabela 3, de um total de 47 alunos com necessidades educacionais especiais no ensino médio, 27,6% (13 alunos) encontram-se no 3º ano.

A partir dos dados coletados, verifica-se que a maior incidência de pessoas com necessidades educacionais especiais encontra-se no ensino fundamental da 4ª série, com 78 matrículas. Na sequência vem a 8ª série, com 21 matrículas. Como já havia sido analisado anteriormente, o maior número de matrículas dos alunos com e sem necessidade educacional especial concentra-se no ensino fundamental; entretanto, cabe ressaltar que dentro da própria etapa (ensino fundamental); verifica-se, sobretudo, em se tratando dos alunos com necessidades

educacionais especiais, um decréscimo no número de estudantes, com redução de 57 matrículas da 4ª série para a 8ª série.

No 3º ano do ensino médio, a queda do número de matrículas mostra-se ainda mais acentuada, reduzindo da 4ª série para o 3º ano do ensino médio 65 matrículas e, da 8ª série para o 3º ano do ensino médio, uma queda de 8 matrículas.

Percebe-se, assim, que à medida que se avança na escolarização desta população, o número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais reduz drasticamente. Isso permite inferir que a inclusão, tão aclamada nos discursos de movimentos sociais, de documentos oficiais e de setores da sociedade civil, não vem garantindo, de fato, a escolarização destes sujeitos, já que a grande maioria dos estudantes não consegue avançar em sua escolarização, mantendo-se matriculados, em geral, nas séries iniciais do 1º ciclo do ensino fundamental.

Na Tabela 5, serão analisadas as matrículas na rede pública e privada do município de Londrina (PR), nas referidas etapas: 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio.

Tabela 5 – Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR) por dependência administrativa – 2007

Dependência	Etapa de Ensino		
	4ª	8ª	3ºE.M
Administrativa			
Estadual/municipal	63	8	13
Privada	15	13	0
Total	78	21	13

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Data Escola Brasil.

Para descobrir qual a escola e qual a sua dependência administrativa (estadual, municipal, ou privada), foi preciso além do Censo Escolar, realizar uma busca no Data Escola Brasil¹⁴. Isso porque, o INEP não divulga os

¹⁴ Data Escola Brasil (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

resultados da Prova Brasil dos alunos que se encontravam matriculados nas escolas privadas, o que significa que não tivemos acesso direto à participação e desempenho dos 15 alunos da 4ª série e dos 13 alunos da 8ª série. Desse modo, as tabelas a seguir que fazem referência aos alunos que fizeram a Prova Brasil (2007) são de estudantes matriculados na escola pública de Londrina (PR).

Dos 78 estudantes com necessidades educacionais especiais presentes na 4ª série no município, que poderiam realizar a Prova Brasil no ano de 2007, 63 encontram-se na rede pública e 15 na privada. Já na 8ª série, 8 estudantes encontram-se na rede pública e 13 na privada. Já no 3º ano do ensino médio, todos estão matriculados na rede pública. Contudo, vale enfatizar que 11 alunos da referida etapa de ensino encontram-se matriculados em uma escola especial exclusiva para surdos, o ILES-Instituto Londrinense de Educação para Surdos, que está classificada no Censo Escolar com escola regular (comum), como dependência administrativa estadual.

A seguir, na Tabela 6, é apresentada a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a avaliação em 2007: Prova Brasil e ENEM.

Tabela 6 – Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais em relação à participação na Prova Brasil- 2007

Participação dos alunos com NEE	Etapa de Ensino		
	4ª	8ª	3º
Com prova	21	5	10
Sem prova	48	16	3
Total	69	21	13

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007), Prova Brasil (2007) e ENEM (2007).

Vale destacar que nesta tabela foram descartados os 9 casos de duplicidade obtidos nas avaliações da Prova Brasil; portanto, na 4ª série, foi considerado apenas uma amostra de 69 alunos. Destes 69 alunos com necessidades educacionais especiais, 48 não fizeram a prova e 21 fizeram, o que equivale a dizer que, aproximadamente, 3 em cada 10 alunos com necessidades educacionais especiais no município realizaram a Prova Brasil.

Já na Prova Brasil da 8ª série de 21 alunos com necessidades educacionais especiais, 5 fizeram a prova e 16 são ausentes. Portanto, 3 em cada 4 estudantes com necessidades educacionais especiais não fizeram a Prova Brasil. No 3º ano do ensino médio, de 13 alunos, 10 realizaram a prova e 3 não fizeram a prova, corresponde que aproximadamente 3 em cada 4 alunos realizaram a Prova Brasil.

4.1.2 Prova Brasil 2007- Quarta Série

A Tabela 7 apresenta a caracterização (necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia, idade e desempenho) dos alunos com necessidades educacionais especiais da 4ª série do município de Londrina (PR), que fizeram a Prova Brasil no ano de 2007. A tabela foi estruturada a partir de dois bancos de dados: Censo Escolar e Prova Brasil, sendo que o único dado retirado do banco da Prova Brasil foi o desempenho. As outras características (necessidade educacional especial, sexo, raça-etnia e idade) foram extraídas a partir das informações do Censo Escolar.

Tabela 7 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a Prova Brasil na 4ª série – 2007

Aluno	NEE	SEXO	RAÇA-ETNIA	IDADE	DESEMPENHO ¹⁵	
					Lingua Portuguesa	Matematica
1	Deficiência auditiva	M	Branca	10	0	9
2	Baixa visão	M	Branca	10	13	9
3	Superdotação	M	Branca	10	13	16
4	Superdotação	F	Branca	10	18	19
5	Transtornos Globais do Desenvolvimento	M	Parda	13	8	3
6	Deficiência Mental	M	Parda	15	9	9
7	Def. Física e Mental	F	Não Decl.	15	5	8
8	Deficiência Múltiplas	M	Branca	11	8	3

¹⁵ O termo desempenho refere-se ao rendimento (número de acertos) obtido pelos alunos com necessidades educacionais na Prova Brasil feita pelos alunos da 4ª série, do município de Londrina (PR), em 2007. Os alunos responderam a 22 questões em cada bloco de provas: língua portuguesa e matemática.

9	Transtornos Globais do Desenvolvimento	F	Parda	11	15	8
10	Deficiência Física	F	Branca	11	14	7
11	Baixa Visão	F	Branca	10	12	12
12	Superdotação	F	Parda	10	16	19
13	Deficiência Física	M	Branca	10	15	15
14	Transtornos Globais do Desenvolvimento	M	Preta	10	11	8
15	Surdez	M	Branca	12	11	11
16	Transtornos Globais do Desenvolvimento	M	Branca	11	9	8
17	Transtornos Globais do Desenvolvimento	M	Branca	14	9	11
18	Deficiência Mental	F	Parda	16	8	8
19	Deficiência Física	M	Branca	11	7	14
20	Deficiência Mental	M	Indígena	14	Sem nota	Sem nota
21	Deficiência Mental	M	Não declarada	16	5	5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Prova Brasil (2007).

Dentre os 21 alunos, que realizaram a prova, não foi possível notar uma incidência significativa de uma necessidade educacional especial em detrimento de outra. Os alunos que fizeram a avaliação apresentam condições variadas, tais como: deficiência auditiva, surdez, deficiência múltipla, deficiências física e mental, baixa visão, superdotação, deficiência física, deficiência mental e transtornos globais do desenvolvimento.

A Tabela 8 apresenta a incidência das necessidades educacionais especiais na Prova Brasil das 4^a séries no município de Londrina (PR), no ano de 2007.

Tabela 8 – Incidência das necessidades educacionais especiais na Prova Brasil: 4ª série – 2007

NEE	Participação na Prova Brasil
Deficiência Auditiva	1
Surdez	1
Deficiência Múltiplas	1
Deficiência Física-Deficiência Mental	1
Baixa Visão	2
Superdotação	3
Deficiência Física	3
Deficiência Mental	4
Transtornos Globais do Desenvolvimento	5
Total de alunos	21

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Prova Brasil (2007).

a) Participantes por necessidade educacional especial

O menor índice apresentado de alunos que realizaram a Prova Brasil (2007), no município de Londrina (PR), é de alunos com as necessidades educacionais especiais: deficiência auditiva, surdez, deficiências múltiplas e deficiência física-deficiência mental, com apenas 1 caso dentre os 21 alunos. Na sequência, destaca-se os alunos com baixa visão, 2 dos 21 e 3 casos de alunos com superdotação e deficiência física.

A segunda maior incidência daqueles que fizeram a Prova Brasil foi de alunos com deficiência mental, 4 dos 21 alunos apresentam algum tipo de comprometimento intelectual. Entretanto, é importante destacar que não foi possível ter acesso ao grau de deficiência (profundo, grave, moderado ou leve) destes sujeitos.

Independentemente do grau de deficiência destes estudantes, os dados apresentam um fato curioso: nessa etapa de ensino a frequência de alunos com algum tipo de comprometimento intelectual (deficiência mental) que fizeram a Prova Brasil é maior do que o índice de alunos que aparentemente não apresentam comprometimento cognitivo como, por exemplo, os alunos com superdotação, que por muitas vezes são considerados “brilhantes”, “gênios”, “QI acima da média” e que,

consequentemente, são tidos como alunos que podem contribuir positivamente com o IDEB da escola.

Por outro lado, vale mencionar que ao analisar todas as matrículas da 4ª série dos alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), por meio dos microdados do Censo Escolar (2007), verifica-se que há uma maior incidência de alunos com deficiência mental (15 matrículas) se comparado aos alunos com superdotação (10 matrículas). Isto significa que, aproximadamente, para cada 4 alunos com deficiência mental há 3 matrículas de alunos com superdotação. Entretanto, ao analisar o total de alunos com essas necessidades educacionais especiais no município (15 alunos com deficiência mental e 10 com superdotação) comparada à variável “fez a prova”, nota-se que a participação de ambas as deficiências nas provas foi baixa, ou seja, cerca de 3 em cada 10 destes alunos fizeram a Prova Brasil no referido período. Entretanto, mesmo assim, cabe destacar, que a incidência de alunos com deficiência mental que fizeram a prova foi superior a de alunos com superdotação.

Conforme a Tabela 8, nota-se que a maior incidência na Prova Brasil da 4ª série (2007) foi de alunos com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), com 5 casos dentre os 21 alunos que realizaram a avaliação. Ainda que, essa seja a necessidade educacional especial mais cotada, o número (5/21) não define muita coisa, já que aproximadamente 1 em cada 4 desses alunos que fizeram a Prova Brasil possuem TGD. Ou seja, a participação desses sujeitos não se destacou dentre as outras necessidades educacionais especiais.

b) Participantes por sexo

Tabela 9 – Caracterização por sexo dos alunos com necessidades educacionais especiais que participaram da Prova Brasil: 4ª série – 2007

Sexo	Alunos com NEE	Participação na Prova Brasil
Masculino	35	14
Feminino	34	7
Total	69	21

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Prova Brasil (2007).

É notória a discrepância entre ambos os sexos, há 1 aluno do sexo feminino para cada 2 do sexo masculino.

Ao contrapor os dados acima dos alunos que realizaram a Prova Brasil com os dados gerais de sexo dos alunos da 4ª série do município de Londrina (PR) no ano de 2007, observa-se que dos 69 estudantes, 35 são do sexo masculino e 34 do sexo feminino. Observa-se, desse modo, que a diferença do número de alunos matriculados no município em relação ao sexo é mínima, haja vista que o sexo masculino apresenta apenas uma matrícula a mais. Entretanto, essas ocorrências não se repetem quando se analisa os alunos que fizeram a prova nesta etapa, a vantagem do sexo masculino com relação ao feminino é notoriamente visível, já que o número de alunos que realizaram a Prova Brasil (2007) do sexo masculino é o dobro do sexo feminino.

c) Participantes por raça-etnia

Tabela 10 – Caracterização por raça-etnia dos alunos com necessidades educacionais especiais que participaram da Prova Brasil: 4ª série – 2007

Raça-Etnia	Participação na Prova Brasil
Não Declarada	2
Branca	12
Preta	1
Parda	5
Indígena	1
Total de alunos	21

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Prova Brasil (2007).

Os dados mostram que a raça-etnia branca predominou com um pouco mais da metade da quantidade de alunos que realizaram a Prova Brasil da 4ª série, em 2007. Isto porque, de 21 alunos que fizeram a prova, 12 se declararam com brancos. Com a junção da raça-etnia: preta e parda, verifica-se que é a segunda e de maior incidência, com 6 casos dentre os 21. Na sequência, destaca-se

a população que não declararam sua raça-etnia, com 2 casos e apenas 1 que se declara como indígena.

Ou seja, a cada 7 alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a Prova Brasil (2007), 4 são da raça-etnia: branca, 2 são da raça-etnia: preta/ parda e 1 de raça: não declarada e indígena.

d) Participantes por idade

Antes de iniciar esta análise, é importante enfatizar que a idade regular da 4ª série é de 10 anos. A partir dos dados apresentados, somente 8 dos 21 alunos que realizaram a prova encontram-se nessa faixa etária. Esses sujeitos apresentam as seguintes necessidades educacionais especiais: deficiência auditiva, baixa visão, superdotação, transtornos globais do desenvolvimento e deficiência física.

Dos alunos que realizaram a avaliação, 5 alunos encontram-se matriculados na referida etapa de ensino com 11 anos de idade, ou seja, apresentam defasagem de 1 ano idade-série. Tais alunos apresentam as seguintes necessidades educacionais especiais: deficiências múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física. Destes 21 estudantes que realizaram a prova, 1 deles possui 12 anos, com defasagem de 2 anos idade-série, com surdez. Já com defasagem de 3 anos, verifica-se 1 aluno com transtorno global do desenvolvimento e ainda dentro deste montante, 2 estudantes encontram-se com 14 anos de idade, apresentando transtornos globais do desenvolvimento e deficiência mental.

Ainda analisando os dados apresentados na Tabela 7 (p.68), verifica-se que 4 destes alunos, encontram-se em idade escolar referente ao ensino médio. Estes sujeitos com 15 e 16 anos que cursaram a 4ª série, no ano de 2007, apresentam deficiência mental e deficiência física-deficiência mental. Tal dado pode significar que esses alunos por possuírem comprometimento intelectual não estão tendo as condições necessárias para ultrapassar o 1º ciclo do Ensino Fundamental. Assim, de acordo com a descrição das idades e necessidades educacionais especiais, nota-se que quanto maior a defasagem idade-série (quanto maior a idade deste estudante), as necessidades educacionais especiais tornam-se aquelas que podem trazer maiores prejuízos cognitivos ao sujeito, bem como, conclui-se que os estudantes que possuem necessidade educacional especial, que não apresentam

necessariamente comprometimento intelectual, encontram-se próximos a idade regular de 10 anos.

e) Participantes por desempenho

No ano de 2007, os alunos da 4ª série que realizaram a Prova Brasil responderam 22 questões de língua portuguesa e 22 questões de matemática. Para a análise dos dados, é importante evidenciar que a média de cada bloco de prova será de 11 acertos (metade do número de questões).

Para a elaboração da análise dos dados, os alunos foram agrupados por tipo de necessidade educacional especial. O primeiro caso a ser analisado será de dois alunos, um com deficiência auditiva e outro com surdez. O aluno com deficiência auditiva apresentou desempenho abaixo da média em ambas as provas, o que chamou mais a atenção foi que o mesmo zerou a prova de língua portuguesa; já o aluno com surdez acertou metade das questões (11 questões) em ambas as provas.

Os dois alunos com baixa-visão apresentaram notas acima da média em língua portuguesa, mas na prova de matemática, um obteve 12 acertos e o outro 9. Os 3 alunos com superdotação que fizeram a prova apresentaram notas superiores à média (12 questões) na prova de língua portuguesa e tiveram bom desempenho na prova de matemática: 1 aluno com 16 acertos e os outros 2 alunos com 19.

Dos 5 alunos com transtornos globais do desenvolvimento, 3 fizeram menos de 12 acertos em língua portuguesa e 4 alunos realizaram menos da metade da prova de matemática. Já os alunos com deficiência física, 2 fizeram mais do que 14 questões em língua portuguesa e 1 tirou nota inferior a média (7 acertos). Com relação à prova de matemática 2 acertaram mais do 14 questões na prova e 1 acertou 7 questões.

Ao agrupar os alunos com deficiências múltiplas e o aluno com deficiência física/deficiência mental, nota-se que ambos obtiveram baixo rendimento em ambas as provas, sendo que o menor número de acertos em língua portuguesa foi 5 questões e em matemática, apenas 3.

Ao analisar os 4 alunos com deficiência mental, nota-se que 1 desses alunos está sem nota em ambas as provas e há informações suficientes para

explicar tal ocorrência, já que este aluno está cadastrado como um aluno que fez a prova, mas que por algum motivo teve seus resultados zerados. Os demais alunos com deficiência mental que realizaram a prova, todos obtiveram baixo desempenho em ambas as provas, ou seja, nenhum destes alunos ultrapassou a média de 12 acertos nas provas de língua portuguesa e matemática.

4.1.3 Prova Brasil 2007 – Oitava Série

A tabela 11, a seguir, apresenta a caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a Prova Brasil da 8ª série, no município de Londrina (PR), no ano de 2007.

Tabela 11 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram a Prova Brasil: 8ª série- 2007

Aluno	NEE	Sexo	Raça-Etnia	Idade	Desempenho ¹⁶	
					Língua Portuguesa	Matemática
1	Baixa Visão	M	Branca	14	12	13
2	Def. Mental	M	Branca	20	14	5
3	Def. Física	F	Branca	33	23	5
4	Def. Física	M	Branca	17	14	9
5	Def. Mental	M	Branca	17	5	6

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e Prova Brasil (2007).

a) Participantes por necessidade educacional especial

De um total de 21 alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), no ano de 2007, somente 5 realizaram a prova. Destes 5 alunos, 1 possui baixa visão, 2 possuem deficiência mental e 2 possuem deficiência física.

¹⁶ O termo desempenho refere-se ao rendimento (número de acertos) obtido pelos alunos com necessidades educacionais na Prova Brasil da 8ª série, no município de Londrina (PR), em 2007. Os alunos responderam a 26 questões em cada bloco de provas: língua portuguesa e matemática.

b) Participantes por sexo

De acordo com os dados ofertados pelo Censo Escolar (2007) dos 21 alunos com necessidades educacionais especiais presentes na 8ª série no município de Londrina (PR), 13 do sexo masculino e 8 estudantes são do sexo feminino. Isto equivale a dizer que, aproximadamente, a cada 5 alunos com necessidades educacionais especiais 3 são do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Entretanto, ao contrapor com os dados de quem realizou a Prova Brasil (2007), verifica-se que este número se modifica ainda mais, já que dos 5 alunos que realizaram a prova, apenas 1 é do sexo feminino.

c) Participantes por raça-etnia

Os 21 alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR) (Censo Escolar, 2007), estão compostos pelas seguintes categorias: não declarada (1 aluno), branca (14 alunos), preta (1 aluno), parda (4 alunos) e amarela (1 aluno). Ou seja, para cada 3 alunos com necessidades educacionais especiais 2 eram brancos. No que se refere ao quesito: “com prova” esta proporção aumenta: todos os alunos da 8ª série com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova são (declaram-se) brancos.

d) Participantes por idade

No que diz respeito à idade destes estudantes que realizaram a Prova Brasil, apenas 1 dos 5 alunos encontra-se em idade regular de 14 anos, sendo que este aluno possui baixa visão. Os demais se encontram com defasagens: há inclusive, casos em que a defasagem idade-série é de até 19 anos, isto equivale a dizer que, encontram-se alunos de até 33 anos na 8ª série, no ano de 2007. Cabe salientar, que esses estudantes não estão matriculados na educação de jovens e adultos, mas sim no sistema público regular do município de Londrina (PR). Destes alunos com grande defasagem idade-série, 2 possuem deficiência física e 2 deficiência mental.

e) Participantes por desempenho

O desempenho dos estudantes na avaliação em larga escala- Prova Brasil, se dá, por meio de provas de língua portuguesa e matemática. No ano de 2007, os alunos da 8ª série responderam a 26 questões de língua portuguesa e 26 questões de matemática. Para a análise dos dados, é importante destacar que a média de cada bloco de prova será de 13 acertos (metade do número de questões).

O melhor desempenho foi de 1 aluno com deficiência física, com 23 acertos em língua portuguesa e 17 em matemática. Já o outro aluno com deficiência física, acertou mais da metade da prova de língua portuguesa e obteve desempenho abaixo da média em matemática, com 9 acertos. O aluno com baixa visão obteve nota mediana em matemática e nota inferior à média em língua portuguesa, com 12 itens corretos. Dos 2 alunos com deficiência mental, 1 obteve baixíssimo desempenho em ambas as matérias, com 5 respostas corretas na língua portuguesa e 6 na matemática, já o outro ficou com nota acima da média em língua portuguesa (14 questões) e com nota baixa em matemática (5 questões).

4.1.4 Enem 2007- Terceiro Ano do Ensino Médio

A tabela a seguir apresenta a caracterização dos alunos do 3º ano do ensino médio com necessidades educacionais especiais que fizeram o ENEM, no município de Londrina (PR), no ano de 2007.

Tabela 12 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova do ENEM do 3º ano do ensino médio–2007

Aluno	NEE	Sexo	Raça-Etnia	Idade	Desempenho ¹⁷	
					Quest.Objetivas	Redação (%) ¹⁸
1	Síndrome de Down	F	Preta	21	31	Em branco
2	Surdez	F	Branca	19	16	60,0
3	Surdez	F	Parda	21	16	Em branco
4	Surdez	F	Parda	19	43	45,0
5	Surdez	F	Parda	21	24	38,1
6	Surdez	F	Branca	19	19	30,1
7	Surdez	M	Branca	23	19	19,0
8	Surdez	F	Branca	18	27	42,9
9	Surdez	F	Branca	19	19	30,2
10	Surdez	M	Branca	21	20	21,8

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2007) e ENEM (2007).

a) Participantes por necessidade educacional especial

De um total de 13 alunos com necessidades educacionais especiais no 3º ano do ensino médio, no município de Londrina (PR) em 2007, 10 alunos realizaram o ENEM, o que representa a grande maioria. Dentre esses 10 alunos que realizaram a prova, destacam-se 9 alunos com surdez¹⁹ e apenas 1 aluno com outro tipo de necessidade educacional especial, (no caso a Síndrome de Down).

¹⁷ O termo desempenho refere-se a dois tipos de avaliações: questões objetivas e redação. A prova compõe-se de 63 questões, sendo que o desempenho corresponderá ao número de acertos obtidos pelos alunos com necessidades educacionais que realizaram o ENEM, no município de Londrina (PR), em 2007. A redação terá valor máximo de 100%.

¹⁸ Por determinação do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 o critério de correção da redação dos alunos com deficiência auditiva foi diferenciado dos demais.

¹⁹ Os alunos surdos citados acima são todos matriculados no ILES- Instituto Londrinense de Educação para Surdos, escola especial para surdos, que está classificada no Data Escola Brasil como escola regular, com dependência administrativa estadual. Acesso em: (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

b) Participantes por sexo

Constata-se um dado interessante: ao contrário da 4ª e 8ª série do ensino fundamental, é notória a maior incidência de estudantes do sexo feminino (8) em comparação ao sexo masculino (2). Ao contrapor esses números com os dados do Censo Escolar (2007), verifica-se que de um total de 13 alunos matriculados no município de Londrina (PR), no 3º ano do ensino médio, 9 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Conclui-se, assim, que todos os alunos do sexo feminino realizaram a avaliação, em contrapartida somente a metade dos estudantes do sexo masculino fizeram o prova do ENEM (2007).

c) Participantes por raça-etnia

No quesito raça-etnia, assim como nas outras etapas de ensino (4ª e 8ª série), percebe-se uma maior incidência da raça-etnia branca, com 6 dos 10 alunos que fizeram a prova. Na sequência, encontra-se a raça-etnia preta e parda, com 4 dos 10 estudantes. Isto significa que, de cada 5 alunos que realizaram o ENEM (2007), 3 são brancos e 2 declaram-se negros ou pardos.

Ao cotejar tais dados com o do Censo Escolar (2007) dos 13 alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), havia sujeitos que não declaravam sua raça-etnia (2), que se declaravam brancos (7), negros (1) e pardos (3). Isto significa que quase todos os alunos brancos matriculados no município fizeram a prova (com exceção de 1); já todos os alunos negros e pardos matriculados fizeram o ENEM (2007).

d) Participantes por idade

Constata-se que nenhum dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram o ENEM (2007) encontram-se na idade regular, isto é, com 17 anos. Há alunos com defasagem de 1 até 6 anos idade-série. Metade dos alunos que fizeram a prova tem idade de 18 e 19 anos e a outra metade tem idade de 21 e 23 anos (dentre esses está um aluno com Síndrome de Down).

e) Participantes por desempenho

O desempenho na avaliação em larga escala- ENEM (2007) se dá, como já foi dito anteriormente, por meio de 63 questões objetivas e uma redação, com valor máximo de 100%. Para a análise dos dados, vale mencionar que a média das questões objetivas será de 31 acertos e a da redação 50%.

Duas alunas que fizeram o ENEM (2007) conseguiram atingir a média das questões objetivas: uma delas possui Síndrome de Down e acertou 31 questões; a outra é surda e respondeu de forma correta a 43 questões. O desempenho dessas alunas foi o melhor dentre os 10 alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a avaliação. Dentro deste montante, 3 alunos responderam corretamente de 20 a 27 questões, 4 acertaram de 16 a 19 itens e o aluno com a nota mais baixa acertou apenas 12 questões objetivas.

Com relação à nota da redação, 2 dos 10 alunos entregaram a prova em branco. Apenas 1 aluno com surdez tirou nota acima da média (60% da prova) e os outros 7 alunos tiraram notas que variam de 19,0% até 45% da prova.

4.2 ANO DE 2008

4.2.1 Caracterização do Município de Londrina (PR)

A Tabela 13 apresenta as matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), distribuídas segundo modalidade de ensino (regular, especial e EJA) e sexo.

Tabela 13 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e sexo – 2008

Sexo	Modalidade de Ensino								
	Regular			Especial		EJA			
	Sem NEE	NEE	Total	NEE	Total	Sem NEE	NEE	Total	
Sexo									
Masculino	56.594	374	56.968	438	438	3.552	50	3.602	
Feminino	55.032	257	55.289	333	333	3.555	42	3.597	
Total	111.626	631	112.257	771	771	7.107	92	7.199	

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008).

O município de Londrina (PR), em 2008, contemplou um total de 120.227 matrículas, incluindo as três modalidades de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos). Deste total de matrículas 1.494 destinam-se a alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

a) Matrículas por sexo

De 120.227 matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), 61.008 (50,7% do total) são do sexo masculino e 59.219 (49,2%) são do sexo feminino. Com relação às matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, o sexo masculino aparece com 862 (57,6%) e o sexo feminino com 632 (42,3%) das matrículas.

A Tabela 14 apresenta as matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), distribuídas segundo modalidade de ensino (regular, especial e EJA) e raça-etnia/ (cor de pele).

Tabela 14 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade de ensino e raça-etnia/ (cor da pele) – 2008

Raça- Etnia	Modalidade de Ensino							
	Regular			Especial		EJA		
	Sem NEE	NEE	Total	NEE	Total	Sem NEE	NEE	Total
Não Declarada	25.353	78	25.431	340	340	5.934	52	5.986
Branca	62.963	383	63.346	315	315	852	28	880
Preta	2.557	34	2.591	17	17	95	2	97
Parda	18.947	121	19.068	94	94	213	9	222
Amarela	1.260	15	1.275	5	5	6	1	7
Indígena	546	0	546	0	0	7	0	7
Total	111.626	631	112.257	771	771	7.107	92	7.199

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008).

a) Matrículas por raça-etnia/ (cor da pele)

Conforme o Censo Escolar (2008), a raça-etnia foi classificada em: não declarada, branca, preta, parda e indígena. No que se refere às matrículas do município, percebe-se uma maior incidência da raça-etnia: branca, com 64.541, o que corresponde a 53,6% do total de alunos; na sequência, com a raça-etnia: não declarada, obtém-se um total de 31.757 matrículas, o que corresponde a 26,4% do total de matrículas.

Com a união da raça-etnia: preta e parda, verifica-se um total de 22.089 ou 18,3% das matrículas do município, sendo a menor incidência da raça-etnia: amarela, com 1.287 (1%) e a raça-etnia: indígena, com 553 matrículas (0,45%).

b) Matrículas por raça-etnia/ (cor da pele) e necessidade educacional especial

Dos alunos com necessidades educacionais especiais, a maior incidência é da raça-etnia: branca, com 726 matrículas (48,5%), seguida da raça-etnia: não declarada, com 470 matrículas (31,4%). Logo após, encontra-se com 277 (18,5%) matrículas de alunos da raça-etnia: preta e parda, e com pouquíssimas matrículas, verifica-se a raça-etnia: amarela, com 21 matrículas (1,4%). Não foi encontrada nenhuma matrícula de alunos indígenas.

c) Matrículas por modalidade de ensino

Ao analisar as modalidades separadamente, verifica-se que na modalidade regular é que se concentra o maior número de matrículas do município: 112.257, o que corresponde a 145 vezes maior que a modalidade especial, que contém 771 matrículas e 15 vezes maior que o número de matrículas da modalidade EJA, com 7.107.

Das 1.494 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR), 631 alunos encontram-se na modalidade regular, 771 na modalidade especial e 92 na modalidade EJA. Assim, nota-se que o ensino especial destaca-se com o maior número de matrículas, depois da modalidade regular e por último com uma ínfima parcela, encontra-se a EJA.

A tabela a seguir apresenta os dados de matrícula no município de Londrina (PR) dos alunos com necessidades educacionais especiais, por tipo de escolarização (regular, especial) e por etapa de ensino.

Tabela 15 – Matrículas da educação básica do município de Londrina (PR), segundo modalidade e etapa de ensino– 2008

Modalidade de Ensino	Etapa de Ensino		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Regular			
Sem NEE	18.254	57.422	20.349
NEE	61	495	57
Total	18.315	57.917	20.409
Especial			
NEE	159	605	0
Total	159	605	0

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008).

a) Matrículas por modalidade na educação infantil

Em 2008, no município de Londrina (PR), havia um total de 18.474 matrículas na educação infantil nas modalidades regular e especial, sendo que dessas matrículas 18.315 referem-se ao ensino regular e 159 ao especial.

O número de alunos com necessidades educacionais especiais nas duas modalidades corresponde a 220 matrículas: 159 no ensino especial e 61 no regular, ou seja, 72,2% das matrículas concentram-se no ensino especial, o que torna a incidência dessa população na modalidade regular baixa, comparada à especial.

b) Matrículas por modalidade no ensino fundamental

Nas duas modalidades do ensino fundamental, havia no ano de 2008, um total de 58.522 matrículas, das quais 57.917 são do ensino regular e 605 do especial. Com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, constatou-se na modalidade regular um total de 495 (45%) e na modalidade especial

605 (55%), totalizando 1100 matrículas nas duas modalidades (número de matrícula 5 vezes maior do que na educação infantil).

c) Matrículas por modalidade no ensino médio

É notória a redução de matrículas do ensino fundamental para o médio, redução essa de 38.113 ou 34,8% das matrículas. Deste contingente, apenas 57 ou 0,2% possuem necessidades educacionais especiais (queda de 1.043 matrículas dos do ensino fundamental para o médio).

Na Tabela 16, apresenta-se o número de matrículas no município de Londrina (PR) (3º ano do ensino médio), a partir das modalidades: regular e especial, identificando aqueles que possuem ou não necessidades educacionais especiais.

Tabela 16 – Alunos matriculados no município de Londrina (PR) no 3º ano do ensino médio, segundo modalidade de ensino e necessidade educacional especial – 2008

Modalidade de Ensino	Etapa de Ensino
	3º Ano Ensino Médio
Regular	
Sem NEE	5.852
NEE	9
Total	5.861
Especial	
NEE	0
Total	0
Total Geral	5.861

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008).

Em 2008, havia 5.861 alunos matriculados no 3º ano do ensino médio no município de Londrina (PR), dos quais 9 ou 0,1% apresentavam algum tipo de necessidade educacional especial (todos presentes no ensino regular).

É evidente que o número de sujeitos com necessidades educacionais especiais, que chegam ao final da educação básica no município de Londrina (PR), é reduzido. Os dados do Censo Escolar, tanto de 2007 quanto de 2008 revelam que a conclusão do ensino médio para esses estudantes é rara, o que permite concluir que bem poucos são os alunos com necessidades educacionais especiais que avançam e concluem essa etapa da escolarização.

A Tabela 17 analisa as matrículas da rede pública e privada do município de Londrina (PR).

Tabela 17 – Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR) por dependência administrativa – 2008

Dependência Administrativa ²⁰	3º Ensino Médio
Estadual/Municipal	9
Privada	0
Total	9

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008) e Data Escola Brasil.

Pode-se dizer que havia de Londrina (PR), 9 estudantes com necessidades educacionais especiais presentes no 3º ano do ensino médio e todos se encontravam na rede pública de ensino.

Assim como em 2007, 4 alunos da referida etapa de ensino estavam matriculados em uma escola especial exclusiva para surdos, o ILES - Instituto Londrinense de Educação para Surdos, que está classificada no Censo Escolar com escola regular, como dependência administrativa estadual.

A Tabela 18 apresenta a distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais que fizeram o Enem, em 2008.

²⁰ Assim como na Tabela 5, os dados referentes à dependência administrativa constituíram-se mediante Censo Escolar (2008) e Data Escola Brasil (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

Tabela 18 – Distribuição de alunos com necessidades educacionais especiais em relação à participação no ENEM- 2008

Alunos com NEE	3º Ensino Médio
Com prova	5
Sem prova	3
Total	8

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008) e ENEM (2008).

Importante notar que, na Tabela 18, foi descartado o único caso de duplicidade encontrado na avaliação do ENEM (2008). Desse modo, será considerado apenas o contingente de 8 alunos. Dentre esses, 5 alunos realizaram o Exame e 3 não participaram da avaliação.

4.2.2 ENEM 2008- Terceiro Ano do Ensino Médio

Tabela 19 – Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova do ENEM: 3º ano do ensino médio – 2008

Aluno	NEE	Sexo	Raça-Etnia	Idade	Desempenho ²¹	
					Quest. Objetivas	Redação ²²
1	Deficiência Física	M	Branca	18	30	60,00%
2	Deficiência Física	M	Branca	20	23	47,50%
3	Surdez	F	Branca	19	15	50,00%
4	Surdez	F	Branca	19	17	37,50%
5	Deficiência Visual	F	Preta	17	23	65,00%

Fonte: Elaboração própria com base nas informações extraídas do MEC/INEP. Microdados: Censo Escolar (2008) e ENEM (2008).

a) Participantes por necessidade educacional especial

De um total amostral de 8 alunos com necessidades educacionais especiais no 3º ano do ensino médio, no município de Londrina (PR), em 2008, 5 alunos realizaram o ENEM. Dentre estes 5 alunos que realizaram a prova, 2 alunos são surdos²³, 2 são deficientes físicos e 1 deficiente visual.

b) Participantes por sexo

Dentre os 5 estudantes que realizaram o ENEM (2008), 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Ao contrapor esses números com os dados do Censo Escolar (2008), verifica-se que, dos 8 alunos (descartando o caso o único

²¹ O termo desempenho refere-se a dois tipos de avaliações: questões objetivas e redação. A prova compõe-se de 63 questões, sendo que o desempenho corresponderá ao número de acertos obtidos pelos alunos com necessidades educacionais que realizaram o ENEM, no município de Londrina (PR), em 2008. A redação terá valor máximo de 100%.

²² Por determinação do decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005o critério de correção da redação dos alunos com deficiência auditiva foi diferenciado dos demais.

²³ O aluno surdo (aluno n. 4) citado acima está matriculado no ILES- Instituto Londrinense de Educação para Surdos, escola especial para surdos, que está classificada no Data Escola Brasil como escola regular, com dependência administrativa estadual. Acesso em: (<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>).

caso de duplicidade), 4 alunos são do sexo feminino e 4 são do sexo masculino. Conclui-se, assim, que não fizeram o ENEM (2008): 1 aluna do sexo feminino e 2 alunos do sexo masculino, sendo que 1 destes alunos estava cadastrado para realizar a avaliação, mas faltou à prova.

c) Participantes por raça-etnia

No quesito raça-etnia, assim como nas demais avaliações analisadas (Prova Brasil e ENEM, 2007), percebe-se uma maior incidência da raça-etnia: branca, com 4 dos 5 alunos que fizeram a prova. Apenas 1 estudante da raça-etnia: preta fez a prova.

Ao cotejar tais dados com o do Censo Escolar (2008), dos 8 alunos com necessidades educacionais especiais no município de Londrina (PR) na referida etapa de ensino, haviam sujeitos com raça-etnia: branca (6), preta (1) e parda (1). Isto significa que, 2 a cada 3 alunos da raça-etnia: branca fizeram a prova (único estudante da raça-etnia: preta também participou do ENEM).

d) Participantes por idade

Somente 1 dos estudantes com necessidades educacionais especiais que fizeram o ENEM (2008) encontra-se na idade regular, de 17 anos. Esse sujeito apresenta a necessidade educacional especial: deficiência visual. A maior defasagem encontrada foi de 3 anos idade-série de um aluno com deficiência física. Dos outros 3 estudantes, 2 estavam com 19 anos de idade (surdez) e 1 com deficiência física, com 18 anos.

e) Participantes por desempenho

O desempenho no ENEM (2008) se dá, por meio de 63 questões objetivas e uma redação, com valor máximo de 100%. Para a análise dos dados é importante destacar que a média das questões objetivas será de 31 acertos e a da redação 50%.

Dos 5 estudantes, que fizeram a avaliação, nenhum conseguiu atingir a média das questões objetivas: o melhor desempenho foi de um aluno com

deficiência física, com 30 acertos da 63 questões. Na sequência, 2 estudantes obtiveram 23 acertos (deficiência visual e deficiência física) e o menor rendimento foi dos 2 alunos com surdez, 1 com 15 acertos e o outro com 14.

Já em relação à pontuação na redação, 3 alunos obtiveram nota acima da média. Dentre estes, 1 aluno com deficiência física (60% da prova), 1 com surdez (50% da prova) e 1 com deficiência visual (65% da prova). Dos outros 2 estudantes, que realizaram o ENEM (2008), 1 com deficiência física fez 47,5% e 1 com surdez fez 37,5% da prova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da presente pesquisa foi analisar os índices de desempenho escolar e participação nas avaliações em larga escala: Prova Brasil e ENEM, dos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR), nos anos de 2007 e 2008, colhidos por meio dos microdados ofertados pelo Ministério da Educação, mas especificamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais “Anísio Teixeira”, o INEP.

A relevância do estudo reside no fato de que, no Brasil, a avaliação em larga escala constitui um dos eixos da política educacional, pois por meio dela se direcionam o apoio financeiro, técnico e pedagógico. Atualmente, a avaliação em larga escala tem a função de diagnosticar todo o sistema educacional no país, ou seja, todos os alunos matriculados podem (o ENEM é exceção, pois não é uma avaliação obrigatória) e devem (no caso da Prova Brasil, já que é uma obrigação imposta aos estudantes) realizar as provas, inclusive os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Logo, as mudanças ocasionadas pelo paradigma inclusivo, expostos em diversos documentos oficiais desde a década de 1990, garantem o acesso, permanência e qualidade de ensino a todos, até mesmos aos que possuem algum tipo de necessidade educacional especial. Dessa forma, a participação destes alunos, inclusive nas avaliações em larga escala, é um direito assegurado, já que estes indivíduos também fazem parte do processo educacional do país. Posto isto, vejamos agora os resultados obtidos com a pesquisa.

Os resultados do estudo mostram que, no ano de 2007, dos 69 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no município de Londrina (PR) na 4ª série (desconsiderando os 9 casos de duplicidade), somente 21 participaram da Prova Brasil: isto significa que, aproximadamente, de cada 3 alunos com necessidades educacionais especiais, apenas 1 realizou a prova. Dentre estes alunos, que participaram da Prova Brasil (2007), nota-se que apresentam necessidades educacionais especiais variadas; entretanto, constatamos uma maior incidência de alunos com transtornos globais do desenvolvimento (5 casos). Ainda nesse contexto, destaca-se que a maioria dos alunos que fizeram a Prova Brasil (4ª série), em 2007, é do sexo masculino (14 dos 21 estudantes) e da raça-etnia branca (12 dos 21). Com relação à idade, nota-se que mais da metade do alunado encontra-se em condição de defasagem idade-série. Na análise do rendimento,

verificou-se que os alunos obtiveram desempenhos variados, sendo que, nas proficiências de língua portuguesa e matemática, menos da metade dos estudantes acertaram mais do que 50% da prova.

Em relação aos resultados da Prova Brasil (2007) da 8ª série, verificou-se que o número de alunos com necessidades educacionais especiais que realizaram a prova foi baixíssimo, com a participação de apenas 5 dentre os 21 estudantes matriculados no município. Dos 5 alunos que realizaram a prova, 2 são deficientes mentais, 2 deficientes físicos e 1 possui baixa visão. Dentre estes, 4 são do sexo masculino, sendo que todos eles são brancos. Apenas um aluno encontra-se em idade regular (14 anos). No que diz respeito ao desempenho, mais da metade dos alunos obtiveram rendimento superior à média na prova de língua portuguesa e menos da metade dos estudantes acertaram mais de 50% das questões de matemática.

O ENEM (2007 e 2008) apresentaram resultados diferenciados da Prova Brasil (2007), no que diz respeito à participação dos sujeitos com necessidades educacionais especiais na prova, isto pois, a frequência desta população aumentou consideravelmente nas avaliações do ensino médio, sendo que, no ano de 2007, 10 de 13 estudantes matriculados no 3º ano no município realizaram a prova e no ano de 2008, de 8 estudantes, 5 fizeram o Exame. Ao analisar os dados do ENEM (2007) verifica-se que a grande maioria dos estudantes que realizaram o Exame são surdos (9 de 10) e estão matriculados em uma escola exclusiva para alunos surdos (explicações contidas no capítulo 4). Constata-se, também, uma maior incidência do sexo feminino (8 casos) e da raça branca (6 casos). Nenhum se encontra em idade regular (17 anos) e com relação ao desempenho, 2 alunos obtiveram nota acima da média na prova objetiva (acertaram mais da metade das questões) e apenas um deles obteve um rendimento superior a 50% na redação. Já no ano de 2008, dos 5 estudantes que fizeram ENEM, 2 são deficientes físicos, 2 surdos e um deficiente visual, sendo que a maioria é do sexo feminino (3 casos) e da raça-etnia branca (4 casos). Apenas 1 aluno está matriculado em idade regular, com 17 anos e no que diz respeito ao desempenho, nenhum dos 5 alunos atingiram a média de 31 questões na prova objetiva; portanto, 3 obtiveram nota superior a 50% na redação.

Ressalta-se que a análise do desempenho da população com necessidade educacional especial realizada, no presente estudo, não teve a

intenção de classificar, comparar, rotular ou estigmatizar estes sujeitos a partir de clichês “alunos com deficiência mental não aprendem”, “estudantes com superdotação são brilhantes, nota 10”, “alunos surdos não aprendem a língua portuguesa”, e assim por diante. Sabe-se que existem inúmeras variáveis que podem influenciar e determinar o rendimento dos alunos nas avaliações, como, por exemplo, o nervosismo, ausência de adaptações necessárias, doença, inconsistência nas questões e entre outros fatores.

A nosso ver o rendimento escolar dos estudantes apresentados tanto na Prova Brasil, quanto no ENEM não vem sendo capazes de representar, de fato, a real aprendizagem do aluno, já que, conforme foi discutido anteriormente (capítulo 2), a prioridade de tal avaliação não está sendo a busca pela aprendizagem efetiva, mas sim a busca por resultados (melhores índices). Desse modo, tais avaliações, continuamente, assumem a função de exercer controle sobre os sistemas de ensino, em que todos (alunos, professores, gestores e escolas) devem prestar contas ao Estado. Além disto, este esforço empregado no sentido de aprimorar os índices, a fim de convencer a sociedade de que as condições educacionais no país estão melhorando, faz com que os dados estatísticos divulgados pelo *governo* sirvam de molde a escamotear o sucateamento da educação básica e não permitir o investimento público em áreas prioritárias, como, por exemplo, a educação especial.

A pesquisa possibilitou a apresentação dos dados relativos ao rendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que, nos microdados do INEP, esta era uma variável possível de ser encontrada. Entretanto, nossa maior preocupação estava em verificar a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nestas avaliações, uma vez que os mesmos encontram-se matriculados na escola regular. Ainda que o processo de avaliação tenha um limite muito grande, no que diz respeito às lacunas encontradas ao longo da pesquisa, o fato de estes alunos não participarem destas avaliações (Prova Brasil e ENEM) representa algo extremamente negativo, já que a não participação é um indicativo de exclusão, ou melhor, da não inclusão dentro do espaço escolar.

Por fim, cabe evidenciar que os dados apresentados das avaliações em larga escala realizadas no município de Londrina (PR), nos anos de 2007 e 2008, por meio do ENEM, mostram que, mesmo este não sendo um exame

obrigatório, a incidência da população com necessidade educacional especial que realiza a prova é relativamente alta, comparada com o número de matrículas, (em 2007, de 13 alunos com NEE no município, 10 realizaram a prova e no ano de 2008, de 8 alunos, 5 fizeram o Exame). Todavia, ao tratar especificamente da Prova Brasil (2007), que é uma avaliação obrigatória, verifica-se justamente o contrário: o número de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais é muito superior ao número de alunos que realizam a avaliação em larga escala (na 4ª série, de 69 matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais no município, 21 realizaram a avaliação, já na 8ª série de 21 alunos, 5 fizeram a Prova Brasil). Estes dados são, pois, as evidências que justificam claramente que a inclusão escolar encontra-se distante de se materializar, já que a sociedade, ainda, está imersa a uma lógica ambígua de um discurso político que não condiz com a real prática inclusiva. Muito embora, a legislação brasileira tenha avançado, no que se refere à busca pela ruptura da condição de exclusão impostas aos sujeitos com necessidades educacionais especiais, ela não vem sendo capaz de oferecer condições de assegurar estes direitos, já que a superficialidade da prática inclusiva vem, continuamente, extrapolando as propostas escolares (inclusive o sistema nacional de avaliação) e impede que a lei seja, de fato, cumprida.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. Qualidade da educação fundamental: integrando desempenho e fluxo escolar. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000400005&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- ALVES, F.; ORTIGAO, I.; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 130, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/08.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- ANDRADE, J. M. de; LAROS, J. A.. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo multinível com dados do SAEB/2001. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a05v23n1.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- BARRETTO, E.S.S. A avaliação na educação básica entre dois modelos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 75, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a05.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2011.
- BAUER, A. Usos dos resultados das avaliações de sistemas educacionais: iniciativas em curso em países da América. **R. bras. Est. Pedag.** Brasília, v. 91, n. 228, p. 315-344, maio/ago. 2010.
- BECKER, F.R. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista ibero-americana de educação**. 2010. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/3684Becker.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2011.
- BONAMINO, A.; COSCARELLI, C.; FRANCO, C. Avaliação e letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, Dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302002008100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- BONAMINO, A.; FRANCO, C. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB, 1999**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF, Senado, 1988.
- _____. UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.
- _____. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de educação especial**. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.

_____. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, CORDE, 1994.

_____. **Lei Federal n. 9394/96**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n.2, de 11 de setembro de 2001, que estabelece as diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados da Prova Brasil/ SAEB 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados do ENEM 2007**. Brasília: MEC/INEP, 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica - 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Prova Brasil - 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/básica /levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Enem - 2007**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/básica/ levantamentos/microdados.asc>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Resultados do ENEM 2008**. Brasília: MEC/INEP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental**: matriz de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**, 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010. 164p. Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos /documento final.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** Convenção da Guatemala. Disponível em: <<http://www.institutointegrar.org.br/arquivos/convencao%20interamericana.doc>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

_____. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Prova Brasil.** Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em: 11 de janeiro de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/ Inep).** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: a integração-segregação do aluno diferente.** São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1993.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. Os indicadores educacionais como meio de avaliação das políticas de educação especial no Brasil - 2000/2009. In: BUENO, J. G. S.. (Org.). **Educação especial brasileira: questões conceituais e de atualidade.** São Paulo: EDUC, 2011, v. 1, p. 159-182.

BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira: questões conceituais e de atualidade.** São Paulo: EDUC, 2011.

CARVALHO, H.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v.96, n.e., p.979-1000, out., 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DURAN, M.C.G. **Avaliação de monitoramento: uma das categorias de análise sobre o “Estado da arte – avaliação na educação básica, 2000.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

DWYER, T. et al. Desvendando mitos: os computadores e o desempenho no sistema escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302007000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 jul. 2011.

FERNANDES, C.F.R. **O IDEB e a Prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória- ES,** 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/internas/ver/trabalhos-gt05>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

FERNANDES, C.O. **A escolaridade em ciclos: a escola sob uma nova lógica,** 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742005000100005&script=sci_abstract&tlng=pt:>. Acesso em: 8 ago. 2011.

FERNANDES, C. O. ; FREITAS, L. C. **Indagações sobre o currículo: currículo e avaliação.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 44 p.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) /** Reynaldo Fernandes. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERREIRA, J. R. **A exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência.** 3.ed. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

FRANCO, C. **Avaliação, ciclos e promoção na educação.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, D.N.T. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa,** 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc. Campinas**, v. 24, n.82, p.93-130, abr. 2003. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

FRIGOTTO, G. Educação para a “Inclusão” e a “Empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. In: CANÁRIO, R.; RUMMERTS, S. M. (Org.). **Mundo do trabalho e aprendizagem.** Lisboa, Educa, 2009.

GARCIA, R. M. C. Discursos políticos sobre inclusão: questões para as políticas públicas de Educação Especial no Brasil. **Anais....** Reunião Anual da ANPED, 28, 2005. Caxambu, 2005.

GLAT, R. Educação inclusiva: contextualizando uma nova cultura escolar. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

JANNUZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações.** Campinas: Editora Alínea, 2006.

JIMENEZ, S. V.; MENDES SEGUNDO, M.D. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação,** Pelotas, v.28, n.2, p.119-137, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.ufpel.tche.br/fae/caduc/downloads/n28/artigo04.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história do sujeito.** Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. Percurso de constituição de uma política brasileira de Educação Especial inclusiva. In: **Revista Brasileira de Educação Especial.** Universidade Estadual Paulista. v. 17, Edição Especial, 2011. Marília: ABPEE, 2011.

KASSAR, M. C. M; ARRUDA, E.E; BENATTI, M. M. S. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. (Org.). Denise Meyrelles de Jesus, Cláudio Roberto Baptista. Maria Aparecida Santos Corêa Barreto, Sonia Lopes Victor.- Porto Alegre : Mediação, 2009.

LEITE, M.D. **Design da Interação de Interfaces Educativas para o Ensino de Matemática para Crianças e Jovens Surdos**, 2007. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20075525001019004P6>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

MARTINS, J. S. **Sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELETTI, S.M.F. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial**: da política à instituição concreta. 2006. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. **A inclusão e alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina**. Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2008.

MELETTI. S. M. F.; BUENO, J. G. S. Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006). **Anais...** 33ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2010. CD-ROM, p. 1-17.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, V. P.; MILLER, S. (Org.). Marx, Gramsci e Vigotski: **Aproximações**. Araraquara. SP. Junqueira & Marin; Marília: Cultura Acadêmica, 2009.

MINHOTO, M. A. P. Da disseminação da cultura de avaliação educacional: estudos sobre a institucionalização do Enem. **Poiésis**. Tubarão, n. 1, v. 1, p. 67-85, jan./abr. 2008.

MONTEIRO, K. R. A. **Inclusão escolar e avaliação em larga escala**: alunos com deficiência na Prova Brasil. 2010. Mestrado (Dissertação). - Universidade Católica de Santos, Santos, 2010.

NUNES, L. R. P. et al. **Pesquisa em educação especial na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998.

PEREIRA, O. et al. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

PESTANA, M. I. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p.65-73, jan./abr, 1998.

REBELO. A. S. **Os impactos da política de atendimento educacional especializado**: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência. 2012. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012.

RIBEIRO, A.E.; COSCARELLI, C.V. O que dizem as matrizes de habilidades sobre a leitura em ambientes digitais. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000300016&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SANTOS, L.L.C.P. Políticas públicas para o ensino fundamental: Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional De Avaliação (SAEB). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, Sept. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12936.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

SASS, O. Sobre o conceito de censo e amostragem em educação, no Brasil. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, p.128-141, n.2 nov. 2012.

SASS, O.; MINHOTO, M. A. P. Indicadores e educação no Brasil: a avaliação como tecnologia. **Revista de Teoria Crítica**. v. 2, p. 232-252, 2011.

SOARES, J.F. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 130, Apr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/07.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SOARES, J.F.; ALVES, M.T.G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 1, June 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a11v29n1.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

SOARES, J.F.; COLLARES, A.C.M. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SOARES, T.M. Modelo de três níveis hierárquicos para a proficiência dos alunos de 4ª série avaliados no teste de língua portuguesa do SIMAVE/PROEB-2002. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, Aug. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000200007>. Acesso em: 18 jul. 2011.

SOUSA, S. M. Z. L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 119, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a09.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 141, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a07.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2011.

SZTAJN, P.; BONAMINO, A.; FRANCO, C. Formação docente nos surveys de avaliação educacional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16828.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

VIANNA, H.M. **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

ZANARDINI, I.M.S. **A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade**. Disponível em: <www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2007_01/13-Isaura.pdf>.

ZANARDINI, J. B. **Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)**. 2008. 209f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WERLE, F.O.C. **Sistema municipal de ensino: contexto do sistema de avaliação da educação básica**, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT05-4716--Int.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

ANEXOS

ANEXO A
SAEB e Prova Brasil – 2007 - 4ª Série do Ensino Fundamental

 Ministério da Educação  GOVERNO FEDERAL	CADERNO	
SAEB E PROVA BRASIL – 2007		
	PARA USO DO APLICADOR <input type="checkbox"/> Aluno presente <input type="checkbox"/> Aluno presente e NÃO respondeu a prova <input type="checkbox"/> Aluno respondeu no Caderno de Prova, mas NÃO preencheu a Folha de Respostas <input type="checkbox"/> Aluno transcreveu corretamente as marcações do Caderno de Prova para a Folha de Respostas <input type="checkbox"/> AME	6552494005

ESCREVA O SEU NOME COMPLETO

CÓDIGO DA TURMA

Folha de Respostas

4.ª Série (5.º Ano) do Ensino Fundamental

BLOCO 1				BLOCO 2				BLOCO 3				BLOCO 4							
1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D

QUESTIONÁRIO DO ALUNO (a ser respondido após a prova)

<p>1. Sexo: <input type="checkbox"/> A Masculino. <input type="checkbox"/> B Feminino.</p> <p>2. Como você se considera? <input type="checkbox"/> A Branco(a). <input type="checkbox"/> C Preto(a). <input type="checkbox"/> E Indígena. <input type="checkbox"/> B Pardo(a). <input type="checkbox"/> D Amarelo(a).</p> <p>3. Qual é o mês do seu aniversário? <input type="checkbox"/> A Janeiro. <input type="checkbox"/> E Maio. <input type="checkbox"/> I Setembro. <input type="checkbox"/> B Fevereiro. <input type="checkbox"/> F Junho. <input type="checkbox"/> J Outubro. <input type="checkbox"/> C Março. <input type="checkbox"/> G Julho. <input type="checkbox"/> K Novembro. <input type="checkbox"/> D Abril. <input type="checkbox"/> H Agosto. <input type="checkbox"/> L Dezembro.</p> <p>4. Qual é a sua idade? <input type="checkbox"/> A 8 anos ou menos. <input type="checkbox"/> D 11 anos. <input type="checkbox"/> G 14 anos. <input type="checkbox"/> B 9 anos. <input type="checkbox"/> E 12 anos. <input type="checkbox"/> H 15 anos ou mais. <input type="checkbox"/> C 10 anos. <input type="checkbox"/> F 13 anos.</p> <p>5. Na sua casa tem televisão em cores? <input type="checkbox"/> A Sim, uma. <input type="checkbox"/> B Sim, duas. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.</p> <p>6. Na sua casa tem rádio? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.</p>	<p>7. Na sua casa tem videocassete ou DVD? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.</p> <p>8. Na sua casa tem geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim, uma. <input type="checkbox"/> B Duas ou mais. <input type="checkbox"/> C Não tem.</p> <p>9. Na sua casa tem freezer separado da geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não. <input type="checkbox"/> C Não sei.</p> <p>10. Na sua casa tem uma máquina de lavar roupa? (Não é tanquinho) <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.</p> <p>11. Na sua casa tem aspirador de pó? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.</p> <p>12. Na sua casa tem carro? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não.</p> <p>13. Na sua casa tem um computador? <input type="checkbox"/> A Sim, com internet. <input type="checkbox"/> B Sim, sem internet. <input type="checkbox"/> C Não.</p> <p>14. Na sua casa tem banheiro? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> C Sim, três. <input type="checkbox"/> E Não. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> D Sim, mais de três.</p>
--	--

ANEXO B
SAEB e Prova Brasil – 2007 - 8ª Série do Ensino Fundamental

 Ministério da Educação 	CADERNO	
SAEB E PROVA BRASIL – 2007		
		PARA USO DO APLICADOR <input type="checkbox"/> - Não responde <input type="checkbox"/> - Não responde e NÃO respondeu a prova <input type="checkbox"/> - Não responde no Caderno de Prova, mas NÃO preencheu a Folha de Respostas <input type="checkbox"/> - Não preencheu corretamente as marcações do Caderno de Prova para a Folha de Respostas. <input type="checkbox"/> - ANE
ESCREVA O SEU NOME COMPLETO		5180213853
		CÓDIGO DA TURMA

Folha de Respostas

8.ª Série (9.º Ano) do Ensino Fundamental

BLOCO 1				BLOCO 2				BLOCO 3				BLOCO 4							
1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	23	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	23	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	24	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	24	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	25	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	25	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D
13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	26	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	26	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D

QUESTIONÁRIO DO ALUNO (a ser respondido após a prova)

<p>1. Sexo <input type="checkbox"/> A Masculino. <input type="checkbox"/> B Feminino.</p> <p>2. Como você se considera? <input type="checkbox"/> A Branco(a). <input type="checkbox"/> C Preto(a). <input type="checkbox"/> E Indígena. <input type="checkbox"/> B Pardo(a). <input type="checkbox"/> D Amarelo(a).</p> <p>3. Qual é a mês do seu aniversário? <input type="checkbox"/> A Janeiro. <input type="checkbox"/> B Maio. <input type="checkbox"/> D Setembro. <input type="checkbox"/> C Fevereiro. <input type="checkbox"/> F Junho. <input type="checkbox"/> E Outubro. <input type="checkbox"/> G Março. <input type="checkbox"/> H Julho. <input type="checkbox"/> K Novembro. <input type="checkbox"/> L Abril. <input type="checkbox"/> P Agosto. <input type="checkbox"/> M Dezembro.</p> <p>4. Em que ano você nasceu? <input type="checkbox"/> A 1994 ou depois. <input type="checkbox"/> D 1991. <input type="checkbox"/> G 1988. <input type="checkbox"/> B 1993. <input type="checkbox"/> E 1990. <input type="checkbox"/> H 1987 ou antes. <input type="checkbox"/> C 1992. <input type="checkbox"/> F 1989.</p> <p>5. Na sua casa tem televisão em cores? <input type="checkbox"/> A Sim, uma. <input type="checkbox"/> B Sim, duas. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.</p> <p>6. Na sua casa tem rádio? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.</p> <p>7. Na sua casa tem videocassete ou DVD? <input type="checkbox"/> A Sim <input type="checkbox"/> B Não.</p>	<p>8. Na sua casa tem geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim, uma. <input type="checkbox"/> B Duas ou mais. <input type="checkbox"/> C Não tem.</p> <p>9. Na sua casa tem freezer separado da geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não. <input type="checkbox"/> C Não sei.</p> <p>10. Na sua casa tem uma máquina de lavar roupa? (Não é tanquinho) <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.</p> <p>11. Na sua casa tem aspirador de pó? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.</p> <p>12. Na sua casa tem carro? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não.</p> <p>13. Na sua casa tem um computador? <input type="checkbox"/> A Sim, com internet. <input type="checkbox"/> B Sim, sem internet. <input type="checkbox"/> C Não.</p> <p>14. Na sua casa tem banheiro? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> C Sim, três. <input type="checkbox"/> E Não. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> D Sim, mais de três.</p> <p>15. Na sua casa trabalha alguma empregada doméstica? <input type="checkbox"/> A Sim, uma diarista, uma ou duas vezes por semana. <input type="checkbox"/> B Sim, uma, todos os dias úteis. <input type="checkbox"/> C Sim, duas ou mais, todos os dias úteis. <input type="checkbox"/> D Não.</p>
--	--

ANEXO C
SAEB e Prova Brasil – 2007 - 3ª Série do ensino Médio

 Ministério da Educação  EM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL	CADERNO	
SAEB E PROVA BRASIL – 2007		
ESCREVA O SEU NOME COMPLETO		PARA USO DO APLICADOR <input type="checkbox"/> - Aluno presente <input type="checkbox"/> - Aluno presente e NÃO respondeu a prova <input type="checkbox"/> - Aluno respondeu no Caderno de Prova, mas NÃO preencheu a Folha de Respostas <input type="checkbox"/> - Aluno transcreveu corretamente as marcações do Caderno de Prova para a Folha de Respostas <input type="checkbox"/> - ANE
		8881258718 CÓDIGO DA TURMA

Folha de Respostas

3.ª Série do Ensino Médio

BLOCO 1					BLOCO 2					BLOCO 3					BLOCO 4								
1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	1	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	14	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	2	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	15	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	3	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	16	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		4	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		17	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	
5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		5	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		18	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	
6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		6	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D		19	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	
7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	7	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	20	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	8	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	21	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	9	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	22	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	23	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	10	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	23	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	24	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	11	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	24	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	25	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	12	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	25	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	26	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	13	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E	26	<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input type="checkbox"/> C	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E

QUESTIONÁRIO DO ALUNO (a ser respondido após a prova)

1. Sexo: <input type="checkbox"/> A Masculino. <input type="checkbox"/> B Feminino	9. Na sua casa tem freezer separado da geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não. <input type="checkbox"/> C Não sei.
2. Como você se considera? <input type="checkbox"/> A Branco(a). <input type="checkbox"/> C Preto(a). <input type="checkbox"/> E Indígena. <input type="checkbox"/> B Pardo(a). <input type="checkbox"/> D Amarelo(a).	10. Na sua casa tem uma máquina de lavar roupa? (Não é tanquinho) <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não
3. Qual é o mês do seu aniversário? <input type="checkbox"/> A Janeiro. <input type="checkbox"/> E Maio. <input type="checkbox"/> I Setembro. <input type="checkbox"/> B Fevereiro. <input type="checkbox"/> F Junho. <input type="checkbox"/> J Outubro. <input type="checkbox"/> C Março. <input type="checkbox"/> G Julho. <input type="checkbox"/> K Nos outros. <input type="checkbox"/> D Abril. <input type="checkbox"/> H Agosto. <input type="checkbox"/> L Dezembro.	11. Na sua casa tem aspirador de pó? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.
4. Em que ano você nasceu? <input type="checkbox"/> A 1992 ou depois. <input type="checkbox"/> D 1999. <input type="checkbox"/> G 1986. <input type="checkbox"/> B 1991. <input type="checkbox"/> E 1988. <input type="checkbox"/> H 1985. <input type="checkbox"/> C 1990. <input type="checkbox"/> F 1987. <input type="checkbox"/> I 1984 ou antes.	12. Na sua casa tem carro? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não.
5. Na sua casa tem televisão em cores? <input type="checkbox"/> A Sim, uma. <input type="checkbox"/> B Sim, duas. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.	13. Na sua casa tem um computador? <input type="checkbox"/> A Sim, com internet <input type="checkbox"/> B Sim, sem internet. <input type="checkbox"/> C Não.
6. Na sua casa tem rádio? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> C Sim, três ou mais. <input type="checkbox"/> D Não tem.	14. Na sua casa tem bambolê? <input type="checkbox"/> A Sim, um. <input type="checkbox"/> C Sim, três. <input type="checkbox"/> E Não. <input type="checkbox"/> B Sim, dois <input type="checkbox"/> D Sim, mais de três.
7. Na sua casa tem videocassete ou DVD? <input type="checkbox"/> A Sim. <input type="checkbox"/> B Não.	15. Na sua casa trabalha alguma empregada doméstica? <input type="checkbox"/> A Sim, uma diarista, uma ou duas vezes por semana. <input type="checkbox"/> B Sim, uma, todos os dias úteis. <input type="checkbox"/> C Sim, duas ou mais, todos os dias úteis. <input type="checkbox"/> D Não.
8. Na sua casa tem geladeira? <input type="checkbox"/> A Sim, uma <input type="checkbox"/> B Duas ou mais. <input type="checkbox"/> C Não tem	16. Na sua casa tem quartos para dormir? <input type="checkbox"/> A Sim, um <input type="checkbox"/> C Sim, três <input type="checkbox"/> E Não. <input type="checkbox"/> B Sim, dois. <input type="checkbox"/> D Sim, quatro ou mais.

ANEXO D
ENEM – 2008

ENEM 2008

Exame Nacional do Ensino Médio

Manual do Inscrito e Questionário Socioeconômico

Prezado participante do ENEM,

Você está recebendo o Manual do Inscrito do ENEM com um Questionário Socioeconômico, importante instrumento para qualificar a educação básica no Brasil. As suas respostas auxiliarão o Ministério da Educação a aprimorar o Exame e a traçar o perfil dos jovens que estão concluindo a educação básica.

Este ano, estamos realizando a 11ª edição do ENEM. Ao longo desse tempo, crescemos muito. De cerca de 200 mil inscrições em 1998, saltamos para quase 4 milhões no ano passado, número que a princípio se mantém neste ano.

Hoje, o ENEM está consolidado e sua importância é inquestionável. Sua utilização como critério de seleção para o ProUni e o excelente desempenho que os alunos beneficiários do ProUni estão apresentando comprovam a robustez do ENEM como instrumento de avaliação.

Essas qualidades são reconhecidas pelas universidades. Hoje, quase 600 instituições de Educação Superior usam o ENEM como único critério, como critério alternativo ou como agregador de pontos para acesso à educação superior. Nessas instituições, a nota do ENEM não pode, em nenhuma hipótese, atrapalhar. Se ela diminuir a média feita com o vestibular, tem de ser ignorada.

O questionário socioeconômico é um instrumento que possibilita saber o que passa na cabeça de quem faz o ENEM. Você deverá respondê-lo e entregá-lo no dia da realização da prova. Preencha corretamente. Dessa forma, você estará contribuindo para a construção de boas políticas educacionais.

Não se esqueça. A prova será realizada no dia 31 de agosto, às 13 horas (horário de Brasília/DF). Confira o local da prova, leve um documento de identificação com foto, caneta, lápis, borracha e o cartão de confirmação da inscrição juntamente com a resposta do questionário socioeconômico.

Faça uma boa prova!

Equipe Técnica do ENEM

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

PREZADOS(AS) ALUNOS(AS) FORMANDOS(AS) DO ENSINO MÉDIO.

PREZADOS(AS) SENHORES(AS) EGRESSOS(AS) DO ENSINO MÉDIO.

ESTE QUESTIONÁRIO TEM COMO OBJETIVO CONHECER OS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS QUE CARACTERIZAM OS(AS) ALUNOS(AS) QUE CONCLUEM O ENSINO MÉDIO (2º GRAU) NESTE ANO DE 2008 E TAMBÉM AQUELES(AS) QUE JÁ O CONCLUÍRAM HÁ MAIS TEMPO E ESTÃO REALIZANDO ESTE EXAME NACIONAL.

COM AS INFORMAÇÕES NELE CONSTANTES, O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) PRETENDE CONHECER MELHOR O PERFIL DO(A) PARTICIPANTE DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – ENEM, CONCLUINTE E EGRESSO.

DESDE JÁ, AGRADECEMOS SUA VALIOSA COLABORAÇÃO!

PROCEDIMENTOS PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O PREENCHIMENTO DESTES QUESTIONÁRIOS DEVERÁ SER FEITO ANTES DA REALIZAÇÃO DO EXAME. VOCÊ PODERÁ RESPONDE-LO PREENCHENDO O CARTÃO-RESPOSTA QUE ESTÁ NA PARTE INFERIOR DA CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO E DEPOIS DEVOLVÊ-LO NO DIA E LOCAL DO EXAME.

ATENÇÃO:

A DEVOLUÇÃO DESTES QUESTIONÁRIOS É NECESSÁRIA E INDISPENSÁVEL PARA O SUCESSO DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO!

TODOS OS DADOS OBTIDOS DESTES QUESTIONÁRIOS SERÃO CONFIDENCIAIS!

TODAS AS QUESTÕES VISAM APENAS À COLETA DE INFORMAÇÕES OU DE OPINIÕES. NÃO HÁ RESPOSTAS CERTAS OU ERRADAS. PORTANTO, POR FAVOR, NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA!

É DE FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA SUA ATENÇÃO A TODAS AS QUESTÕES.

IMPORTANTE! APÓS RESPONDER A TODO O QUESTIONÁRIO, VOCÊ DEVE PREENCHER O CARTÃO-RESPOSTA. SIGA COM ATENÇÃO A NUMERAÇÃO DAS QUESTÕES: A NUMERAÇÃO DAS QUESTÕES NO QUESTIONÁRIO É NO CARTÃO-RESPOSTA É A MESMA. VOCÊ DEVE APENAS PREENCHER O ESPAÇO REFERENTE À RESPOSTA ESCOLHIDA.

INFORMAÇÕES

As perguntas deste Questionário têm três objetivos principais: conhecer os dados socioeconômicos e profissionais seus e de sua família, conhecer a sua avaliação sobre os seus estudos no Ensino Médio e conhecer algumas de suas opiniões sobre assuntos gerais, seus interesses e planos para o futuro.

Portanto, leia com atenção todas as informações do Questionário antes de responder às questões.

VOCÊ E SUA FAMÍLIA

1. Qual o seu sexo?	<i>Quem mora com você?</i>	Sim	Não
(A) Feminino.	7. Moro sozinho(a)	(A)	(B)
(B) Masculino.	8. Pai	(A)	(B)
2. Em que ano você nasceu?	9. Mãe	(A)	(B)
(A) Após 1991.	10. Esposa / marido / companheiro(a)	(A)	(B)
(B) Em 1991.	11. Filhos	(A)	(B)
(C) Em 1990.	12. Irmãos	(A)	(B)
(D) Em 1989.	13. Outros parentes	(A)	(B)
(E) Em 1988.	14. Amigos ou colegas	(A)	(B)
(F) Em 1987.	15. Quantas pessoas moram em sua casa?		
(G) Em 1986.	<i>(Contando com seus pais, irmãos ou outros parentes que moram em uma mesma casa).</i>		
(H) Entre 1982 e 1985.	(A) Duas pessoas.		
(I) Antes de 1982.	(B) Três pessoas.		
3. Como você se considera:	(C) Quatro pessoas.		
(A) Branco(a).	(D) Cinco pessoas.		
(B) Pardo(a).	(E) Seis pessoas.		
(C) Preto(a).	(F) Mais de seis pessoas.		
(D) Amarelo(a).	(G) Moro sozinho(a).		
(E) Indígena.	16. Quantos filhos você tem?		
4. Se você indicou indígena, qual(is) língua(s) você domina:	(A) Um filho.		
(A) Minha língua materna é o português.	(B) Dois filhos.		
(B) Falo uma língua indígena e o português.	(C) Três filhos.		
(C) Falo mais de uma língua indígena e o português.	(D) Quatro ou mais filhos.		
(D) Falo uma língua indígena, o português e o espanhol.	(E) Não tenho filhos.		
(E) Falo mais de uma língua indígena, o português e o espanhol.	17. Até quando seu pai estudou?		
(F) Além do português, falo francês e inglês.	(A) Não estudou.		
(G) Além do português, falo o creole.	(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).		
5. Qual seu estado civil?	(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).		
(A) Solteiro(a).	(D) Ensino médio (2º grau) incompleto.		
(B) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).	(E) Ensino médio (2º grau) completo.		
(C) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).	(F) Ensino superior incompleto.		
(D) Viúvo(a).	(G) Ensino superior completo.		
6. Onde e como você mora atualmente?	(H) Pós-graduação.		
(A) Em casa ou apartamento, com minha família.	(I) Não sei.		
(B) Em casa ou apartamento, sozinho(a).			
(C) Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).			
(D) Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república etc.			
(E) Outra situação.			

18. Até quando sua mãe estudou?

- (A) Não estudou.
 (B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
 (C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
 (D) Ensino médio (2º grau) incompleto.
 (E) Ensino médio (2º grau) completo.
 (F) Ensino superior incompleto.
 (G) Ensino superior completo.
 (H) Pós-graduação.
 (I) Não sei.

19. Em que seu pai trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?

- (A) Na agricultura, no campo, em fazenda ou na pesca.
 (B) Na indústria.
 (C) No comércio, banco, transporte ou outros serviços.
 (D) Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.
 (E) Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior.
 (F) Trabalhador do setor informal (sem carteira assinada).
 (G) Trabalha em casa em serviços (costura, cozinha, aulas particulares etc.).
 (H) No lar.
 (I) Não trabalha.
 (J) Não sei.

20. Qual a posição de seu pai neste trabalho, na maior parte do tempo?

- (A) Gerente, administrador ou diretor de empresa privada.
 (B) Funcionário público (federal, estadual, municipal), com funções de direção.
 (C) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), com posto de comando.
 (D) Empregado no setor privado, com carteira assinada.
 (E) Funcionário público (federal, estadual ou municipal), sem função de direção.
 (F) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), sem posto de comando.
 (G) Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.
 (H) Trabalho por conta própria.
 (I) Desempregado.
 (J) Aposentado.
 (K) Outra situação.

21. Em que sua mãe trabalha ou trabalhou, na maior parte da vida?

- (A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
 (B) Na indústria.
 (C) No comércio, banco, transporte ou outros serviços.
 (D) Como trabalhadora doméstica.
 (E) Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
 (F) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
 (G) No lar.
 (H) Trabalha em casa em serviços (comida, costura, aulas particulares etc.).
 (I) Não trabalha.
 (J) Não sei.

22. Qual a posição de sua mãe neste trabalho, na maior parte do tempo?

- (A) Gerente, administradora ou diretora de empresa privada.
 (B) Funcionária pública (federal, estadual, municipal), com funções de direção.
 (C) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), com posto de comando.
 (D) Empregada no setor privado, com carteira assinada.
 (E) Funcionária pública (federal, estadual ou municipal), sem função de direção.
 (F) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), sem posto de comando.
 (G) Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.
 (H) Trabalho por conta própria.
 (I) Desempregada.
 (J) Aposentada.
 (K) Outra situação.

23. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?

(Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

- (A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 415,00 inclusive).
 (B) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 415,00 até R\$ 830,00 inclusive).
 (C) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 830,00 até R\$ 2.075,00 inclusive).
 (D) De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.075,00 até R\$ 4.150,00 inclusive).
 (E) De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 4.150,00 até R\$ 12.450,00 inclusive).
 (F) De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 12.450,00 até R\$ 20.750,00 inclusive).
 (G) Mais de 50 salários mínimos (mais de R\$ 20.750,00).
 (H) Nenhuma renda.

Quais e quantos dos itens abaixo há em sua casa?

	1	2	3 ou mais	Não tem
24. TV	(A)	(B)	(C)	(D)
25. Videocassete e/ou DVD	(A)	(B)	(C)	(D)
26. Rádio	(A)	(B)	(C)	(D)
27. Microcomputador	(A)	(B)	(C)	(D)
28. Automóvel	(A)	(B)	(C)	(D)
29. Máquina de lavar roupa	(A)	(B)	(C)	(D)
30. Geladeira	(A)	(B)	(C)	(D)
31. Telefone fixo	(A)	(B)	(C)	(D)
32. Telefone celular	(A)	(B)	(C)	(D)
33. Acesso à Internet	(A)	(B)	(C)	(D)
34. TV por assinatura	(A)	(B)	(C)	(D)

Como é sua casa?

	Sim	Não
35. Própria.	(A)	(B)
36. É em rua calçada ou asfaltada.	(A)	(B)
37. Tem água corrente na tomeira.	(A)	(B)
38. Tem eletricidade.	(A)	(B)
39. É situada em comunidade indígena.	(A)	(B)

40. Por que você vai fazer o ENEM?

- (A) Para testar meus conhecimentos / minha capacidade de raciocínio.
 (B) Para entrar na faculdade / conseguir pontos para o vestibular.
 (C) Para ter um bom emprego / saber se estou preparado(a) para o futuro profissional.
 (D) Não sei.

VOCÊ E O TRABALHO

41. Dos itens abaixo, qual é para você o motivo mais importante para se ter um trabalho?
(Atenção, escolha apenas uma opção.)
(A) Para ter mais responsabilidade.
(B) Independência financeira.
(C) Adquirir experiência.
(D) Crescer profissionalmente.
(E) Sentir-me útil.
(F) Para fazer amigos, conhecer pessoas.
(G) Não acho importante ter um trabalho.
(H) Para ajudar minha comunidade indígena.
42. Você trabalha, ou já trabalhou, ganhando algum salário ou rendimento?
(A) Sim.
(B) Nunca trabalhei. (Passe para a pergunta 72)
(C) Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho. (Passe para a pergunta 72)
43. Você trabalhou ou teve alguma atividade remunerada durante seus estudos no ensino médio (2º grau)?
(A) Sim, todo o tempo.
(B) Sim, menos de 1 ano.
(C) Sim, de 1 a 2 anos.
(D) Sim, de 2 a 3 anos.
(E) Não. (Passe para a pergunta 72)
44. Quantas horas você trabalhava durante seus estudos no ensino médio (2º grau)?
(A) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
(B) De 11 a 20 horas semanais.
(C) De 21 a 30 horas semanais.
(D) De 31 a 40 horas semanais.
(E) Mais de 40 horas semanais.
45. Com que finalidade você trabalhava enquanto estudava no ensino médio (2º grau)?
(A) Para ajudar meus pais nas despesas com a casa, sustentar a família.
(B) Para ser independente (ter meu sustento, ganhar meu próprio dinheiro).
(C) Para adquirir experiência.
(D) Para ajudar minha comunidade.
(E) Outra finalidade.
46. Se você trabalhou durante seus estudos no ensino médio (2º grau), com que idade você começou a exercer atividade remunerada?
(A) Antes dos 14 anos.
(B) Entre 14 e 16 anos.
(C) Entre 17 e 18 anos.
(D) Após 18 anos.
47. Se você está trabalhando atualmente, qual a sua renda ou seu salário mensal?
(A) Até 1 salário mínimo (até R\$ 415,00 inclusive).
(B) De 1 a 2 salários mínimos (de R\$ 415,00 a R\$ 830,00 inclusive).
(C) De 2 a 5 salários mínimos (de R\$ 830,00 até R\$ 2.075,00 inclusive).
(D) De 5 a 10 salários mínimos (de R\$ 2.075,00 até R\$ 4.150,00 inclusive).
(E) De 10 a 30 salários mínimos (de R\$ 4.150,00 até R\$ 12.450,00 inclusive).
(F) De 30 a 50 salários mínimos (de R\$ 12.450,00 até R\$ 20.750,00 inclusive).
(G) Mais de 50 salários mínimos (mais de R\$ 20.750,00).
(H) Não estou trabalhando. (Passe para a pergunta 72.)
48. Você está trabalhando em alguma atividade para a qual você se preparou?
(A) Sim.
(B) Não.
49. Em que você trabalha atualmente?
(A) Na agricultura (campo, fazenda, pesca).
(B) Na indústria.
(C) No comércio, banco, transporte ou outros serviços.
(D) Como trabalhador(a) doméstico(a).
(E) Como funcionário(a) do governo federal, estadual ou municipal.
(F) Como profissional liberal, professor(a) ou técnico(a) de nível superior.
(G) No lar.
(H) Trabalho em casa em serviços (costura, comida, aulas particulares etc.).
(I) Não trabalho.
50. Qual sua posição nesse trabalho?
(A) Gerente, administrador(a) ou diretor(a) de empresa privada.
(B) Funcionário(a) público(a) (federal, estadual ou municipal), com funções de direção.
(C) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), com posto de comando.
(D) Empregado(a) no setor privado, com carteira assinada.
(E) Funcionário(a) público(a) (federal, estadual ou municipal), sem função de direção.
(F) Trabalho temporário, informal, sem carteira assinada.
(G) Militar (guarda-civil, polícia estadual ou Forças Armadas), sem posto de comando.
(H) Trabalho por conta própria.
(I) Aposentado(a).
(J) Outra situação.
51. Há quanto tempo você está trabalhando nessa atividade?
(A) Menos de 1 ano.
(B) Entre 1 e 2 anos.
(C) Entre 2 e 4 anos.
(D) Mais de 4 anos.

Você considera que seus conhecimentos adquiridos no ensino médio:

	Sim	Não
52. Foram adequados ao que o mercado de trabalho solicita?	(A)	(B)
53. Tiveram relação com a profissão que você escolheu / que você exerce?	(A)	(B)
54. Foram bem desenvolvidos, com aulas práticas, laboratórios, etc.?	(A)	(B)
55. Proporcionaram cultura e conhecimento?	(A)	(B)

56. Como você avalia ter estudado e trabalhado, simultaneamente, durante o ensino médio?

- (A) Atrapalhou meus estudos.
(B) Possibilitou meu crescimento pessoal.
(C) Atrapalhou meus estudos, mas possibilitou meu crescimento pessoal.
(D) Não atrapalhou meus estudos.
(E) Não trabalho / não trabalhei.

57. A escola que você frequenta ou frequentou durante o ensino médio levou em conta que você trabalhava ao mesmo tempo em que estudava?

- (A) Sim.
(B) Não. (Passe para a pergunta 65.)
(C) Não sei. (Passe para a pergunta 65.)

Quais dos itens abaixo mostram que sua escola considera (ou considerou) o fato de você trabalhar (ou ter trabalhado) ao mesmo tempo em que cursava (ou cursava) o ensino médio?

	Sim	Não
58. Horário flexível	(A)	(B)
59. Menor carga de trabalho ou de tarefas extraclasse	(A)	(B)
60. Programa de recuperação de notas	(A)	(B)
61. Abono de faltas	(A)	(B)
62. Aulas mais dinâmicas, com didática diferenciada	(A)	(B)
63. Aulas de revisão da matéria aos(às) interessados(as)	(A)	(B)
64. Fomecimento de refeição aos (às) alunos(as)	(A)	(B)

Que condições você acha que a escola deve oferecer para o aluno que trabalha?

	Sim	Não
65. Horário flexível	(A)	(B)
66. Menor carga de trabalho ou de tarefas extraclasse	(A)	(B)
67. Programa de recuperação de notas	(A)	(B)
68. Abono de faltas	(A)	(B)
69. Aulas mais dinâmicas, com didática diferenciada	(A)	(B)
70. Aulas de revisão da matéria aos(às) interessados(as)	(A)	(B)
71. Fomecer refeição	(A)	(B)

VOCÊ E OS ESTUDOS

72. Quantos anos você levou para concluir o ensino fundamental (1º grau)?
- (A) Menos de 8 anos.
 (B) 8 anos.
 (C) 9 anos.
 (D) 10 anos.
 (E) 11 anos.
 (F) Mais de 11 anos.

73. Em que tipo de escola você cursou o ensino fundamental (1º grau)?
- (A) Somente em escola pública.
 (B) Parte em escola pública e parte em escola particular.
 (C) Somente em escola particular.
 (D) Somente em escola indígena.
 (E) Parte na escola indígena e parte em escola não-indígena.

74. Em que ano você concluiu ou concluirá o ensino médio (2º grau)?
- (A) Vou concluí-lo após 2008.
 (B) Vou concluí-lo no segundo semestre de 2008.
 (C) No primeiro semestre de 2008.
 (D) Em 2007.
 (E) Em 2006.
 (F) Em 2005.
 (G) Em 2004.
 (H) Em 2003.
 (I) Entre 2002 e 2001.
 (J) Antes de 2001.

75. Quantos anos você levou para cursar o ensino médio (2º grau)?
- (A) Menos de 3 anos.
 (B) 3 anos.
 (C) 4 anos.
 (D) 5 anos.
 (E) 6 anos.
 (F) Mais de 6 anos.

76. Em que turno você cursou ou está cursando o ensino médio (2º grau)?
- (A) Somente no turno diurno.
 (B) Maior parte no turno diurno.
 (C) Somente no turno noturno.
 (D) Maior parte no turno noturno.

77. Em que tipo de escola você cursou ou está cursando o ensino médio (2º grau)?
- (A) Somente em escola pública.
 (B) Maior parte em escola pública.
 (C) Somente em escola particular.
 (D) Maior parte em escola particular.
 (E) Somente em escola indígena.
 (F) Maior parte em escola não-indígena.

78. Em que modalidade de ensino você concluiu ou vai concluir o ensino médio (2º grau)?
- (A) Ensino regular.
 (B) Educação para jovens e adultos (antigo supletivo).
 (C) Ensino técnico / ensino profissional.

Assinale, no quadro abaixo, a(s) atividade(s) ou o(s) curso(s) que você realiza ou realizou fora da sua escola durante o ensino médio (2º grau).

	Sim	Não
79. Curso de língua estrangeira	(A)	(B)
80. Curso de computação ou Informática	(A)	(B)
81. Curso preparatório para o vestibular (cursinho)	(A)	(B)
82. Artes plásticas ou atividades artísticas em geral	(A)	(B)
83. Esportes, atividades físicas	(A)	(B)
84. Outros	(A)	(B)

Além dos livros utilizados na escola, com qual frequência você lê:

	Freqüentemente (todo dia, ou quase todo dia)	Às vezes	Nunca
85. Jornais	(A)	(B)	(C)
86. Revistas de informação geral (Veja, Istoé, Época etc.)	(A)	(B)	(C)
87. Revistas de humor / quadrinhos	(A)	(B)	(C)
88. Revistas de divulgação científica (Ciência Hoje, Galileu etc.)	(A)	(B)	(C)
89. Romances, livros de ficção	(A)	(B)	(C)

Faça uma avaliação da escola em que você realiza ou realizou o ensino médio:

	Insuficiente a regular	Regular a bom	Bom a excelente
90. O conhecimento que os(as) professores(as) têm das matérias e a maneira de transmiti-lo	(A)	(B)	(C)
91. A dedicação dos(as) professores(as) para preparar aulas e atender aos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)
92. As iniciativas da escola para realizar excursões, estudos do meio ambiente	(A)	(B)	(C)
93. A biblioteca da escola	(A)	(B)	(C)
94. As condições das salas de aula	(A)	(B)	(C)
95. As condições dos laboratórios	(A)	(B)	(C)
96. Acesso a computadores e outros recursos de Informática	(A)	(B)	(C)
97. O ensino de língua estrangeira	(A)	(B)	(C)
98. O interesse dos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)
99. Trabalho de grupo	(A)	(B)	(C)
100. Práticas de esporte	(A)	(B)	(C)
101. A atenção e o respeito dos(as) funcionários(as)	(A)	(B)	(C)
102. A direção da escola	(A)	(B)	(C)
103. A organização dos horários de aulas	(A)	(B)	(C)
104. A localização da escola	(A)	(B)	(C)
105. A segurança (iluminação, policiamento etc.)	(A)	(B)	(C)
106. Atenção à identidade étnica dos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)

A escola em que você estuda ou estudou no ensino médio realiza as seguintes atividades extracurriculares?

	Sim	Não
107. Palestras / debates	(A)	(B)
108. Jogos / esportes / campeonatos	(A)	(B)
109. Teatro	(A)	(B)
110. Coral	(A)	(B)
111. Dança / música	(A)	(B)
112. Estudos do meio ambiente / passeios	(A)	(B)
113. Feira de ciências / feira cultural	(A)	(B)
114. Festas / gincanas	(A)	(B)

115. Pensando nos conhecimentos adquiridos no ensino médio, como você considera o seu preparo para conseguir um emprego, exercer alguma atividade?

- (A) Eu me considero preparado(a) para entrar no mercado de trabalho.
 (B) Apesar de ter freqüentado uma boa escola, eu me considero despreparado(a), pois não aprendi o suficiente para conseguir um emprego.
 (C) Eu me considero despreparado(a) devido à baixa qualidade do ensino de minha escola, que não me preparou o suficiente.
 (D) Não sei.

Manual do Inscrito 2008

O que você pensa sobre os(as) professores(as) da sua escola quanto aos seguintes aspectos?

	Sim	Não
116. Os(as) professores(as) têm autoridade, firmeza.	(A)	(B)
117. Os(as) professores(as) são distantes, têm pouco envolvimento.	(A)	(B)
118. Os(as) professores(as) têm respeito.	(A)	(B)
119. Os(as) professores(as) são indiferentes, ignoram sua existência.	(A)	(B)
120. Os(as) professores(as) são preocupados(as) e dedicados(as).	(A)	(B)
121. Os(as) professores(as) são autoritários(as), rígidos(as), abusam do poder.	(A)	(B)
122. Os(as) professores(as) valorizam a identidade étnica dos(as) alunos(as).	(A)	(B)

Qual é sua avaliação sobre sua escola quanto aos seguintes aspectos?

	Insuficiente a regular	Regular a bom	Bom a excelente
123. Liberdade de expressar suas idéias	(A)	(B)	(C)
124. Respeito aos alunos e às alunas	(A)	(B)	(C)
125. Amizade e respeito entre alunos(as) e funcionários(as)	(A)	(B)	(C)
126. A escola leva em conta suas opiniões	(A)	(B)	(C)
127. Nas aulas são discutidos problemas da atualidade	(A)	(B)	(C)
128. Convivência entre alunos(as)	(A)	(B)	(C)
129. A escola se organiza para apoiar a resolução de problemas de relacionamento entre alunos(as)	(A)	(B)	(C)
130. A escola tem iniciativa para apoiar a resolução de problemas de relacionamento entre alunos(as) e professores(as)	(A)	(B)	(C)
131. A escola leva em conta seus problemas pessoais e familiares	(A)	(B)	(C)
132. Realização de Programas e Palestras contra drogas	(A)	(B)	(C)
133. Capacidade de a escola relacionar os conteúdos das matérias com o cotidiano	(A)	(B)	(C)
134. Capacidade de a escola avaliar seu conhecimento, o que você aprendeu	(A)	(B)	(C)
135. Reconhecimento e valorização da identidade étnica dos(as) alunos(as)	(A)	(B)	(C)

136. Que nota você daria para a formação que você obteve no ensino médio?
(Atenção: 0 é a pior nota e 10 é a melhor nota.)

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Não sei
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(I)	(J)	(K)	(L)

137. Você se considera racista?

- (A) Sim.
(B) Não.

Você conhece alguém racista?

	Sim	Não
138. Parentes	(A)	(B)
139. Amigos(as)	(A)	(B)
140. Colegas de escola e/ou de trabalho	(A)	(B)
141. Vizinhos(as) e/ou conhecidos(as) em geral	(A)	(B)

Você já sofreu algum tipo de discriminação?

	Sim	Não
142. Discriminação econômica	(A)	(B)
143. Discriminação étnica, racial ou de cor	(A)	(B)
144. Discriminação de gênero (ou por ser mulher ou por ser homem)	(A)	(B)
145. Por ser (ou parecer ser) homossexual	(A)	(B)
146. Discriminação religiosa	(A)	(B)
147. Por causa do local de origem	(A)	(B)
148. Por causa da idade	(A)	(B)
149. Por ser portador(a) de necessidades especiais	(A)	(B)
150. Por outro(s) motivo(s)	(A)	(B)

Você já presenciou algum tipo de discriminação?

	Sim	Não
151. Discriminação econômica	(A)	(B)
152. Discriminação étnica, racial ou de cor	(A)	(B)
153. Discriminação de gênero (ou por ser mulher ou por ser homem)	(A)	(B)
154. Discriminação contra homossexuais	(A)	(B)
155. Discriminação religiosa	(A)	(B)
156. Por causa do local de origem	(A)	(B)
157. Por causa da idade	(A)	(B)
158. Discriminação contra pessoas com necessidades especiais	(A)	(B)
159. Por outro(s) motivo(s)	(A)	(B)

Manual do Inscrito 2008

Você se incomodaria se tivesse como parente ou colega de escola ou de trabalho uma pessoa

	Sim	Não
160. de outra classe social	(A)	(B)
161. de outra cor ou etnia	(A)	(B)
162. de outra religião	(A)	(B)
163. com posições político-ideológicas diferentes	(A)	(B)
164. de outra origem geográfica	(A)	(B)
165. homossexual	(A)	(B)
166. muito mais nova ou mais velha	(A)	(B)
167. com necessidades educacionais especiais	(A)	(B)

Você participa de algum dos grupos abaixo?

	Sim	Não
168. Grêmios Estudantil	(A)	(B)
169. Sindicato ou Associação Profissional	(A)	(B)
170. Grupo de bairro ou associação comunitária	(A)	(B)
171. Igreja ou grupo religioso	(A)	(B)
172. Partido político	(A)	(B)
173. ONG ou movimento social	(A)	(B)
174. Clube recreativo ou associação esportiva	(A)	(B)

O quanto você se interessa pelos assuntos abaixo?

	Muito	Pouco	Não me interessa
175. A política nacional, o papel dos(as) deputados(as) e senadores(as), o Presidente da República etc	(A)	(B)	(C)
176. A política dos outros países	(A)	(B)	(C)
177. Economia nacional, a questão da inflação	(A)	(B)	(C)
178. A política da sua cidade, o(a) prefeito(a), os(as) vereadores(as)	(A)	(B)	(C)
179. Esportes	(A)	(B)	(C)
180. Questões sobre o meio ambiente, poluição etc	(A)	(B)	(C)
181. Questões sociais como a desigualdade, a pobreza, o desemprego, a miséria	(A)	(B)	(C)
182. Questões sobre artes, teatro, cinema	(A)	(B)	(C)
183. A questão das drogas e suas conseqüências	(A)	(B)	(C)
184. Assuntos sobre seu ídolo (cantor/a, artista, ou conjunto musical)	(A)	(B)	(C)
185. Questões sociais como acesso aos serviços públicos de saúde e educação	(A)	(B)	(C)
186. Sexualidade	(A)	(B)	(C)

Para as próximas perguntas, queremos conhecer seus valores sobre alguns pontos. Por favor, leia com atenção!

E sobre os pontos abaixo, qual, nesse momento, preocupa você em 1º lugar? E em 2º lugar?

(Atenção: indique apenas um para o 1º lugar, e um para o 2º lugar.)

	187. 1º lugar	188. 2º lugar
O meio ambiente	(A)	(A)
A Aids e as doenças sexualmente transmissíveis	(B)	(B)
O racismo e a discriminação étnico-racial	(C)	(C)
A discriminação de gênero	(D)	(D)
A discriminação contra homossexuais	(E)	(E)
A discriminação etária	(F)	(F)
A discriminação religiosa e os conflitos religiosos	(G)	(G)
A desigualdade social no Brasil	(H)	(H)
A pobreza, as favelas, os(as) meninos(as) de rua	(I)	(I)
As drogas e a violência	(J)	(J)
A situação econômica do país	(K)	(K)
A precariedade dos serviços públicos de saúde e educação	(L)	(L)

Agora, pensando na contribuição do ensino médio para a sua vida pessoal, quais são, dos itens listados abaixo, as três principais contribuições que você obteve ao realizar o ensino médio (2º grau)?

(Atenção: indique apenas as três principais alternativas escolhidas.)

	189. Primeira	190. Segunda	191. Terceira
Obtenção de um certificado de conclusão de curso /ou de um diploma	(A)	(A)	(A)
Formação básica necessária para obter um emprego melhor	(B)	(B)	(B)
Condições de melhorar minha posição no emprego atual	(C)	(C)	(C)
Obtenção de cultura geral / ampliação de minha formação pessoal	(D)	(D)	(D)
Formação básica necessária para continuar os estudos em uma universidade / faculdade	(E)	(E)	(E)
Fazer muitos(as) amigos(as) / conhecer várias pessoas	(F)	(F)	(F)
Atender à expectativa de meus pais sobre meus estudos	(G)	(G)	(G)
Ajudar minha comunidade indígena	(H)	(H)	(H)

192. Qual é a principal decisão que você vai tomar quando concluir o ensino médio (2º grau)?

(Atenção: escolha apenas uma opção.)

- (A) Já concluí o ensino médio (2º grau).
 (B) Prestar vestibular e continuar os estudos no ensino superior.
 (C) Procurar um emprego.
 (D) Prestar vestibular e continuar a trabalhar.
 (E) Fazer curso(s) profissionalizante(s) e me preparar para o trabalho.
 (F) Trabalhar por conta própria / trabalhar em negócio da família.
 (G) Trabalhar em atividade ligada à comunidade indígena
 (H) Ainda não decidi.
 (I) Outro plano.

Manual do Insivito 2008

193. E a médio prazo, daqui a uns 4 ou 5 anos, você já planejou o que gostaria que acontecesse?
- (A) Gostaria de ter um diploma universitário para conseguir um bom emprego.
 (B) Gostaria de prestar um concurso e trabalhar no setor público.
 (C) Gostaria de ganhar dinheiro com meu próprio negócio.
 (D) Gostaria de ter um emprego.
 (E) Gostaria de estar envolvido(a) em projeto de desenvolvimento de minha comunidade indígena
 (F) Não planejei.
 (G) Outro plano.
194. Que profissão você escolheu seguir?
- (A) Ainda não escolhi. (Passe para a pergunta 204.)
 (B) Profissão ligada às Engenharias / Ciências Tecnológicas.
 (C) Profissão ligada às Ciências Humanas.
 (D) Profissão ligada às Artes.
 (E) Profissão ligada às Ciências Biológicas e da Saúde.
 (F) Professor(a) de Ensino Fundamental e Médio (1º e 2º graus).
 (G) Não vou seguir nenhuma profissão. (Passe para a pergunta 204.)

O que ajudou você a tomar essa decisão sobre sua profissão?

	Ajudou muito	Ajudou pouco	Não ajudou
195. Meus pais	(A)	(B)	(C)
196. A escola	(A)	(B)	(C)
197. Meus(Minhas) amigos(as)	(A)	(B)	(C)
198. Informações gerais, revistas, jornais, TV	(A)	(B)	(C)
199. Meu trabalho	(A)	(B)	(C)
200. Estímulo financeiro	(A)	(B)	(C)
201. Facilidade de obter emprego	(A)	(B)	(C)
202. Eu me identifico com essa profissão	(A)	(B)	(C)
203. Quero ajudar minha comunidade indígena	(A)	(B)	(C)

APENAS DEVEM RESPONDER AS QUESTÕES DE NÚMEROS 204 A 223 OS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO EM 2007 OU ANTES

204. Você continuou seus estudos depois de ter concluído o ensino médio (2º grau)?
- (A) Sim, estou estudando no momento atual.
 (B) Sim, mas não estou estudando no momento atual. (Passe para a pergunta 211.)
 (C) Não. (Passe para a pergunta 218.)

Se você está estudando no momento atual, quais dos cursos abaixo está frequentando?

	Sim	Não
205. Curso profissionalizante	(A)	(B)
206. Curso preparatório para vestibular	(A)	(B)
207. Curso superior	(A)	(B)
208. Curso de língua estrangeira	(A)	(B)
209. Curso de Computação ou Informática	(A)	(B)
210. Outro curso	(A)	(B)

Se você não está estudando no momento atual, mas continuou seus estudos depois de ter concluído o ensino médio (2º grau), quais destes cursos você frequentou?

	Sim	Não
211. Curso profissionalizante	(A)	(B)
212. Curso preparatório para vestibular, mas não ingressei no curso superior	(A)	(B)
213. Curso superior e me formei	(A)	(B)
214. Curso superior e não me formei	(A)	(B)
215. Curso de língua estrangeira	(A)	(B)
216. Curso de Computação ou Informática	(A)	(B)
217. Outro curso	(A)	(B)

Qual curso ou formação fez mais falta para a sua vida, depois que você terminou o ensino médio?

	Sim	Não
218. Curso profissionalizante	(A)	(B)
219. Curso preparatório para vestibular	(A)	(B)
220. Curso superior	(A)	(B)
221. Curso de língua estrangeira	(A)	(B)
222. Curso de computação ou informática	(A)	(B)
223. Outro curso	(A)	(B)

Manual do Inscrito 2008

Este Manual contém as principais informações que orientam o(a) inscrito(a) nas diversas ações que deverá desenvolver para consolidar sua participação no Enem 2008, incluindo o Questionário Socioeconômico.

O Enem e a Auto-avaliação

O Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, que foi implantado em 1998, é uma avaliação diferente das avaliações já propostas pelo Ministério da Educação. Isto porque se dirige a quem deseja conhecer suas possibilidades individuais de enfrentar problemas do dia-a-dia, sejam eles de natureza pessoal, relacionados ao trabalho, envolvendo tarefas previstas para a universidade, ou até mesmo, de relacionamento social.

Você que a todo momento precisa compreender o que falam as pessoas e os textos por elas escritos e, também, ser capaz de comunicar suas idéias para que os outros possam compreendê-lo(a), precisa verificar como está seu domínio da Língua Portuguesa e de outras linguagens.

Ao participar do Enem, você poderá avaliar sua capacidade de utilizar os conhecimentos adquiridos na escola para a resolução de problemas presentes no seu dia-a-dia, interpretando dados e informações que estão cada vez mais disponíveis nos livros, nos jornais, nas revistas, na televisão, na natureza e na nossa vida social. Em ambientes tão complexos como os da sociedade em que vivemos, é muito importante você pensar por si próprio(a) e saber expor suas idéias.

O Enem poderá mostrar-lhe, enfim, em que áreas você precisa caprichar ainda mais para ter sucesso pessoal e profissional. Desse modo, você terá uma avaliação do seu potencial e poderá tomar as decisões mais adequadas aos seus desejos e às suas escolhas futuras.

O Enem e o ingresso na Educação Superior

O MEC vem mantendo intenso diálogo com as principais Instituições de Ensino Superior brasileiras e muitas delas já se manifestaram oficialmente pela utilização dos resultados do ENEM nos seus processos de seleção.

Algumas vão reservar vagas aos(às) participantes que obtiverem média maior que ou igual à determinada nota; outras acrescentarão pontos à primeira ou à segunda fase; outras, ainda, substituirão a nota do Vestibular pela nota do ENEM.

O MEC, a partir do momento em que as decisões são oficializadas, divulga no *site* do INEP, na Internet, a lista, sempre em atualização, dessas instituições que aderirem ao Enem. Consulte sempre o *site* do Enem (<http://www.inep.gov.br/enem>). É importante que os(as) interessados(as) busquem mais informações junto às Instituições de Ensino Superior.

O Enem e o ingresso no Mundo do Trabalho

A inclusão no mundo do trabalho é outro objetivo importante do Enem e atualmente a *Internet* é um dos meios mais procurados por estudantes recém-formados e trabalhadores em geral na busca por uma vaga no mercado profissional.

Assim, o INEP, a partir de 2008, passará a divulgar o perfil profissional e educacional dos participantes do Enem, visando à valorização das habilidades profissionais e esperando, assim, contribuir para uma interação mais direta entre os órgãos públicos ou privados credenciados e interessados em oferecer bolsas de estudos, estágios ou empregos de acordo com os dados curriculares dos(as) participantes nos setores mais adequados às suas competências educacionais e habilidades profissionais.

Saiba como é a prova do Enem

O Enem é constituído de uma prova única, contendo 63 questões objetivas, envolvendo as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da escolaridade básica (ensinos fundamental e médio) no Brasil, e uma proposta de redação que vai solicitar a construção de um texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política.

As questões objetivas do Exame e a redação destinam-se a avaliar as competências e as habilidades contidas na Matriz de Competências e Habilidades do Enem.

Matriz de Competências e Habilidades do Enem

Enem – Competências

As duas partes da prova são estruturadas para avaliar as seguintes competências:

Parte objetiva	Redação
I Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.	I Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.
II Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.	II Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.
III Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.	III Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
IV Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.	IV Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
V Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.	V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos.

Enem – Habilidades

Na parte objetiva da prova, cada uma das habilidades é medida três vezes (três questões por habilidade).

1. Dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno, de natureza científica, tecnológica ou social, identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para a realização ou interpretação do mesmo.
2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.
3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.
4. Dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área do conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa.
5. A partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores.
6. Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes linguísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.
7. Identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social, e comparar diferentes recursos e opções energéticas.
8. Analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos.
9. Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida, em sua relação com as condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana.
10. Utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico.
11. Diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos.
12. Analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores.
13. Compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana.
14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.
15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar, em situações-problema, processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.
16. Analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental.
17. Na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices, e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais.
18. Valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares.
19. Confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados.
20. Comparar processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.
21. Dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais.

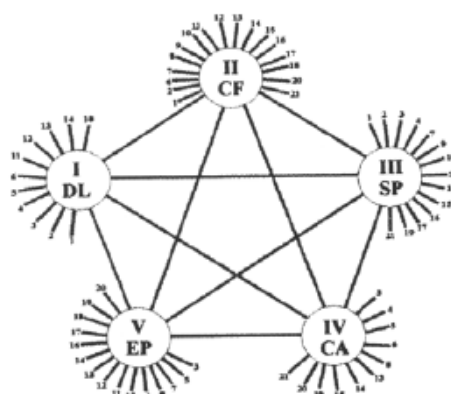
Saiba como é avaliado o seu desempenho no Enem

O desempenho do(a) participante será avaliado nas duas partes da prova (objetiva e redação), valendo 100 pontos cada uma delas. O(A) participante receberá duas notas globais, uma para a parte objetiva da prova e outra para a redação.

Modelo de Análise de Desempenho na Parte Objetiva da Prova

A nota global na parte objetiva da prova corresponderá à soma dos pontos atribuídos às questões respondidas corretamente pelo(a) participante. As 63 questões objetivas de múltipla escolha têm o mesmo valor. Assim sendo, para calcular a nota global nesta parte da prova, o(a) participante deverá multiplicar o número de questões respondidas corretamente por 100 (cem), dividindo o resultado por 63.

A interpretação dessa nota será estruturada a partir de cada uma das cinco Competências, pelas relações estabelecidas com as respectivas Habilidades e as questões a elas relacionadas, gerando, também, para cada Competência, uma nota de 0 a 100, conforme modelo a seguir:


Competências:

- Dominar linguagens (DL)
- Compreender fenômenos (CF)
- Enfrentar situações-problema (SP)
- Construir argumentações (CA)
- Elaborar propostas (EP)

Habilidades: 1 a 21
Modelo de Análise de Desempenho na Redação

Na redação, a nota global será dada pela média aritmética das notas atribuídas a cada uma das cinco Competências. A interpretação dessa nota será estruturada a partir de cada uma das cinco Competências, avaliadas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme especificado abaixo.

I Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita.

Na Competência I, espera-se que o participante escolha o registro adequado a uma situação formal de produção de texto escrito. Na avaliação, serão considerados os fundamentos gramaticais do texto escrito, refletidos na utilização da norma culta em aspectos como: sintaxe de concordância, regência e colocação; pontuação; flexão; ortografia; e adequação de registro demonstrada, no desempenho lingüístico, de acordo com a situação formal de produção exigida.

II Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo.

O eixo da Competência II reside na compreensão do tema que instaura uma problemática a respeito da qual se pede um texto escrito em prosa do tipo dissertativo-argumentativo. Por meio deste tipo de texto, analisam-se, interpretam-se e relacionam-se dados, informações e conceitos amplos, tendo-se por objetivo a construção de uma argumentação, em defesa de um ponto de vista.

III Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Na competência III, procura-se avaliar como o participante, em uma situação formal de interlocução, seleciona, organiza, relaciona e interpreta os dados, informações e conceitos necessários para defender sua perspectiva sobre o tema proposto.

IV Demonstrar conhecimento dos mecanismos lingüísticos necessários para a construção da argumentação.

Na Competência IV, avalia-se a utilização de recursos coesivos da modalidade escrita, com vistas à adequada articulação dos argumentos, fatos e opiniões selecionadas para a defesa de um ponto de vista sobre o tema proposto. Serão considerados os mecanismos lingüísticos responsáveis pela construção da argumentação na superfície textual, tais como: coesão referencial; coesão lexical (sinônimos, hiperônimos, repetição, reiteração); e coesão gramatical (uso de conectivos, tempos verbais, pontuação, seqüência temporal, relações anafóricas, conectores intervocabulares, intersentenciais, interparágrafos).

V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos.

Na Competência V, verifica-se como o participante indicará as possíveis variáveis para solucionar a problemática desenvolvida, as propostas de intervenção apresentadas, qual a relação destas com o projeto desenvolvido sobre o tema proposto e a qualidade destas propostas, mais genéricas ou específicas, tendo por base a solidariedade humana e o respeito à diversidade de pontos de vista, eixos de uma sociedade democrática.

OBSERVAÇÃO: A redação será desconsiderada, ou seja, será atribuída nota zero, nos seguintes casos:

- B (em branco): texto com até 7 linhas escritas.
- N (nulo): texto em que haja a intenção clara do(a) autor(a) de anular a redação.
- D (desconsiderado): texto que não desenvolve a proposta de redação, considerando-se as Competências II (desenvolve outro tema e/ou elabora outra estrutura); e/ou V (fere explicitamente os direitos humanos).

Manual do Inscrito 2008

Boletim Individual de Resultados

Os(as) participantes do Enem receberão, no endereço indicado na Ficha de Inscrição, o Boletim Individual de Resultados com duas notas globais, sendo uma para a parte objetiva da prova e outra para a redação.

O Boletim Individual registrará a média das notas obtidas pelo total de participantes do Enem para que se estabeleça uma referência de comparabilidade a cada participante. Oferecerá, ainda, o gabarito oficial da parte objetiva da prova.

O(A) participante poderá autorizar a utilização de seus resultados obtidos no Enem a todos os segmentos sociais que a ele(ela) interessar (Instituições de Ensino Superior e Mercado de Trabalho). O MEC/INEP confirmará estes resultados, quando acionado oficialmente, desde que fique comprovada a autorização formal do(a) participante.

É muito importante que seu endereço junto ao MEC esteja correto. Caso o endereço constante do Cartão de Confirmação de sua Inscrição apresente incorreções, os acertos ou atualizações em seu endereço deverão ser feitos no dia da prova.

Aos Participantes com Necessidades Educacionais Especiais

O Enem disponibiliza diversos atendimentos aos candidatos com necessidades educacionais especiais. Para que você receba este atendimento é indispensável que tenha declarado na ficha de inscrição o tipo de atendimento de que precisa. São os seguintes atendimentos disponíveis: aos participantes com deficiência visual total, será oferecida prova em braille; aos participantes com deficiência visual séria, parcialmente corrigida pelo uso de lentes, será oferecida prova ampliada com tamanho de letra correspondente no máximo, ao corpo 24 ou, caso haja necessidade, será oferecido auxílio de um leitor; aos participantes com deficiência física com séria dificuldade de locomoção, serão oferecidas salas de fácil acesso; aos participantes incapazes de efetuar a marcação do cartão-resposta, será oferecido auxílio para transcrição da parte objetiva da prova e da redação; aos participantes com surdez, será oferecido, durante a realização da prova, auxílio de pessoa com domínio na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras); aos participantes com necessidades educacionais especiais tais como necessidade de leitor, escriba ou outro apoio que torne mais lenta a execução dos exames, será garantido tempo dilatatório de uma hora.

Caso não tenha declarado este atendimento no ato da inscrição, este estará prejudicado, tendo em vista a impossibilidade do INEP atender um universo de candidatos não previsto.

Instruções para o Dia da Prova

- ✓ Compareça ao local de realização do Exame, no domingo, dia 31 de agosto de 2008, com 1 (uma) hora de antecedência. Lembre-se de que a prova terá início às 13 horas (horário de Brasília) e terá duração de 5 (cinco) horas. Não serão admitidos(as) retardatários(as).
- ✓ O participante com necessidades educacionais especiais que, por esse motivo, necessita de maior tempo para a realização de suas atividades escolares, disporá de 1 (uma) hora a mais para fazer a sua prova, desde que tenha comunicado previamente ao INEP de sua necessidade.
- ✓ Você deverá levar seu comprovante de inscrição (ou o comprovante de pagamento, caso não o tenha recebido pelo correio) e sua carteira de identidade ou documento oficial com fotografia, sem os quais será impedido(a) de realizar a prova.
- ✓ Lembre-se de levar, também, o Cartão-Resposta do Questionário Socioeconômico, devidamente preenchido e, ainda, caneta esferográfica de tinta preta, lápis preto e borracha macia.
- ✓ Serão providenciadas condições adequadas aos(às) participantes que tenham assinalado na Ficha de Inscrição necessidade de algum tipo de atendimento especial e o tenha confirmado ao INEP.
- ✓ Não se esqueça de que o Exame é individual e de que consultas a pessoas, anotações ou materiais bibliográficos ocasionarão a anulação da prova. Não será permitido o uso ou o porte de *headphone*, celular, *pager*, máquinas calculadoras e agendas eletrônicas ou similares, BIP, *walkman*, gravador ou qualquer outro receptor de mensagens.
- ✓ Ao terminar a prova, você deverá entregar seu Caderno de Questões ao fiscal da sala juntamente com o Cartão-Resposta da parte objetiva e a Folha de Redação.
- ✓ A partir de quatro horas do início do Exame, você poderá sair do local de prova portando o seu Caderno de Questões.
- ✓ Por motivos de segurança, você somente poderá ausentar-se do recinto de prova após decorridas duas horas de seu início.
- ✓ As respostas da parte objetiva da prova e o desenvolvimento da redação devem ser transcritos em suas respectivas Folhas de Respostas, com caneta esferográfica de tinta preta.
- ✓ Na correção do Cartão-Resposta da parte objetiva do Exame, não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível. Serão nulas, também, as respostas da parte objetiva do Exame daqueles(as) que não assinalem corretamente o gabarito correspondente à sua prova.
- ✓ Na correção das redações, serão desconsideradas, ou seja, será atribuída nota zero àquelas em que o(a) participante apresentar um texto com até 7 linhas escritas; ou em que haja a intenção clara do(a) autor(a) de anular a redação; ou não desenvolva a proposta de redação (desenvolve outro tema e/ou elabora outra estrutura); ou fere explicitamente os direitos humanos.
- ✓ Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão considerados.

ATENÇÃO! Em atendimento ao Procedimento Administrativo nº 1.27.000.000889/2005-49 – Procuradoria da República no Estado do Piauí, transcrevemos o § 2º do Art. 13 da Portaria INEP nº 55, de 3 de abril de 2008, que regulamenta o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM 2008: “No caso de o Cartão de Confirmação de Inscrição não especificar corretamente o tipo de atendimento especial solicitado na ficha de inscrição, o inscrito deverá entrar imediatamente em contato com o INEP para as providências necessárias, até o dia 19 de agosto de 2008”.

ANEXO E
SAEB e Prova Brasil 2007
Questionário Escola



SAEB E PROVA BRASIL – 2007

0427473085

QUESTIONÁRIO ESCOLA

- 1. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ITENS DO PRÉDIO E CLASSIFIQUE-O COMO ADEQUADO, REGULAR OU INADEQUADO.** (Marque apenas uma opção em cada linha)

ITENS	ADEQUADO	REGULAR	INADEQUADO	INEXISTENTE
1.1 Telhado	()	()	()	()
1.2 Paredes	()	()	()	()
1.3 Piso	()	()	()	()
1.4 Portas	()	()	()	()
1.5 Janelas	()	()	()	()
1.6 Banheiros	()	()	()	()
1.7 Cozinha	()	()	()	()
1.8 Instalações hidráulicas	()	()	()	()
1.9 Instalações elétricas	()	()	()	()

Adequado= bom, Regular = necessita de pequena reforma, Inadequado = necessita de grande reforma

- 2. AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS EM RELAÇÃO ÀS SALAS DE AULA, MARCANDO SIM OU NÃO.** (Considere SIM quando mais de 50% das salas de aula apresentam o aspecto questionado.)

ITENS	SIM	NÃO
2.1 São iluminadas? (Observe se a iluminação natural ou artificial garante boa claridade nas salas.)	()	()
2.2 São arejadas?	()	()

- 3. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ABAIXO DISCRIMINADOS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM.**

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
3.1 Entrada do prédio	()	()	()	()
3.2 Paredes externas	()	()	()	()
3.3 Portas	()	()	()	()
3.4 Janelas	()	()	()	()
3.5 Pátio	()	()	()	()

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
3.6 Corredores	()	()	()	()
3.7 Salas de aula	()	()	()	()
3.8 Banheiros	()	()	()	()
3.9 Cozinha	()	()	()	()

- 4. AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA DA ESCOLA E DOS ALUNOS, MARCANDO SIM OU NÃO.**

ITENS	SIM	NÃO
4.1 Existem muros, grades ou cercas em condições de garantir a segurança dos alunos? (Caso existam buracos ou aberturas que permitam o acesso de estranhos, responder NÃO.)	()	()
4.2 Existe controle de entrada e saída de alunos?	()	()
4.3 Existe controle de entrada de pessoas estranhas na escola?	()	()
4.4 Os portões que dão acesso à parte externa permanecem trancados durante o horário de funcionamento da escola?	()	()
4.5 Existe algum tipo de vigilância para o período diurno?	()	()
4.6 Existe algum tipo de vigilância para o período noturno?	()	()
4.7 Existe algum tipo de vigilância para finais de semana e feriados?	()	()
4.8 Há algum esquema de policiamento para inibição de furtos, roubos e outras formas de violência?	()	()
4.9 Há algum esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas dentro da escola?	()	()
4.10 Há algum esquema de policiamento para inibição de tráfico de tóxicos/drogas nas imediações da escola?	()	()
4.11 A escola tem algum sistema de proteção contra incêndio (alarme de fumaça e temperatura, extintores contra incêndio, mangueiras etc.)?	()	()
4.12 As salas onde são guardados os equipamentos mais caros (computadores, projetores, televisão, vídeo etc.) têm dispositivos para serem trancadas (cadeados, grades, travas, trancas etc.)?	()	()
4.13 A escola apresenta sinais de depredação (vidros, portas e janelas quebrados, lâmpadas estouradas etc.) ?	()	()
4.14 Existe uma boa iluminação do lado de fora da escola?	()	()
4.15 A escola adota alguma medida de segurança para proteger os alunos nas suas imediações?	()	()

5. INFORME A QUANTIDADE DE COMPUTADORES EXISTENTES NA ESCOLA EM CADA UM DOS CASOS LISTADOS ABAIXO.

ITENS	1 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	Mais de 30
5.1 Total de computadores na escola	()	()	()	()	()	()
5.2 Computadores para uso exclusivo dos alunos	()	()	()	()	()	()
5.3 Computadores com acesso à Internet para uso exclusivo dos alunos	()	()	()	()	()	()
5.4 Computadores para uso dos professores	()	()	()	()	()	()
5.5 Computadores com acesso à Internet para uso dos professores	()	()	()	()	()	()
5.6 Computadores exclusivamente para uso administrativo	()	()	()	()	()	()

3807473080

6. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ABAIXO DESCRIMINADOS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
6.1 Televisão	()	()	()	()
6.2 Antena parabólica	()	()	()	()
6.3 Videocassete	()	()	()	()
6.4 Máquina fotocopadora (Xerox)	()	()	()	()
6.5 Mimeógrafo	()	()	()	()
6.6 Projetor de slides	()	()	()	()
6.7 Retroprojetor	()	()	()	()
6.8 Máquina de datilografia	()	()	()	()
6.9 Impressora	()	()	()	()
6.10 Aparelho de som	()	()	()	()
6.11 Computador	()	()	()	()

7. AVALIE OS SEGUINTE ASPECTOS, MARCANDO SIM OU NÃO.

ITENS	SIM	NÃO
7.1 Pichação de muros ou paredes das dependências internas da escola	()	()
7.2 Pichação de muros ou paredes das dependências externas da escola	()	()
7.3 Depredação de banheiros	()	()
7.4 Depredação de dependências internas da escola	()	()
7.5 Depredação de dependências externas da escola	()	()

8. QUAL O PERCENTUAL DE ALUNOS QUE UTILIZAM A BIBLIOTECA DURANTE O MÊS? (Perguntar à pessoa responsável.)

Até 25%. De 26% a 50%. De 51% a 75%. Mais de 75%. Não há biblioteca na escola.

9. EXISTE UMA PESSOA RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA (BIBLIOTECÁRIO, PROFESSOR, OUTRA PESSOA)?

Sim Não

10. OS PROFESSORES REALIZAM TRABALHOS NA BIBLIOTECA, FAZENDO USO DOS MATERIAIS DISPONÍVEIS?

Sempre ou quase sempre. De vez em quando. Nunca ou quase nunca.

11. OS ALUNOS LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

12. OS PROFESSORES LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

13. MEMBROS DA COMUNIDADE LEVAM LIVROS PARA CASA?

Sim. Não, porque não querem. Não, porque a escola não permite.

14. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA MAIORIA DOS LIVROS E CLASSIFIQUE-O COMO BOM, REGULAR OU RUIM.

ITENS	BOM	REGULAR	RUIM	INEXISTENTE
14.1 Livros de estudo	()	()	()	()
14.2 Livros de literatura (como romance, ficção etc.)	()	()	()	()
14.3 Revistas de informação geral (como Veja, IstoÉ, Época etc.)	()	()	()	()
14.4 Jornais	()	()	()	()
14.5 Revistas em quadrinhos	()	()	()	()

15. COMO VOCÊ AVALIA ESTA ESCOLA, CONSIDERANDO SUA INFRA-ESTRUTURA E CONDIÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO?

Péssima. Ruim. Razoável Boa Ótima

DEVE SER PREENCHIDO SOMENTE PELO APLICADOR

Escola inexistente Escola inativa por outra causa
 Escola recusa-se a participar Escola extinta
 Escola inativa por reforma Outros motivos que impediram a aplicação do questionário

ANEXO F
SAEB e Prova Brasil 2007
Questionário do Professor



SAEB E PROVA BRASIL – 2007

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

Senhor(a) Professor(a),

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do **Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

O Ministério da Educação instituiu o IDEB, calculado com base em dois pilares: a) as informações sobre rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono); e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes resultantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Reinstituído por Portaria Ministerial, em 2005, o SAEB passou a ser composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) — também conhecida como Prova Brasil. Ambas têm como objetivo principal oferecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

Nesse Sistema, busca-se identificar os níveis de qualidade da educação brasileira por meio da avaliação do desempenho dos alunos em momentos conclusivos de diversas etapas de seu percurso escolar, ao mesmo tempo em que se contextualiza, por meio de estratégias que incluem a aplicação de questionários, as condições em que o ensino acontece.

O presente questionário, parte integrante dos processos avaliativos, tem como objetivo coletar dados acerca da formação profissional, das práticas pedagógicas e do perfil socioeconômico e cultural dos professores das turmas em que a avaliação está sendo aplicada. Para cada aspecto avaliado, preencha, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o campo correspondente à resposta que você considera mais adequada. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não se esqueça de informar o nome da(s) turma(s) em que você leciona, nesta escola, na série avaliada.

A sua colaboração, ao preencher este questionário, será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira. Esclarecemos que não existe identificação do respondente, interessando ao MEC apenas as informações prestadas.

1. **SEXO**
 - (A) Masculino.
 - (B) Feminino.
2. **IDADE**
 - (A) Até 24 anos.
 - (B) De 25 a 29 anos.
 - (C) De 30 a 39 anos.
 - (D) De 40 a 49 anos.
 - (E) De 50 a 54 anos.
 - (F) 55 anos ou mais.
3. **COMO VOCÊ SE CONSIDERA?**
 - (A) Branco(a).
 - (B) Pardo(a).
 - (C) Preto(a).
 - (D) Amarelo(a).
 - (E) Indígena.
4. **DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE ATÉ A GRADUAÇÃO.**
 - (A) Menos que o Ensino Médio (antigo 2.º grau).
 - (B) Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
 - (C) Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
 - (D) Ensino Superior – Pedagogia.
 - (E) Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.
 - (F) Ensino Superior – Licenciatura em Letras.
 - (G) Ensino Superior – Escola Normal Superior.
 - (H) Ensino Superior – Outros.
5. **HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTEVE O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?**
 - (A) Há 2 anos ou menos.
 - (B) De 3 a 7 anos.
 - (C) De 8 a 14 anos.
 - (D) De 15 a 20 anos.
 - (E) Há mais de 20 anos.
6. **EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR? SE VOCÊ ESTUDOU EM MAIS DE UMA INSTITUIÇÃO, ASSINALE AQUELA EM QUE OBTEVE O SEU TÍTULO PROFISSIONAL.**
 - (A) Pública federal.
 - (B) Pública estadual.
 - (C) Pública municipal.
 - (D) Privada.
 - (E) Não se aplica.
7. **QUAL ERA A NATUREZA DESSA INSTITUIÇÃO?**
 - (A) Faculdade isolada.
 - (B) Centro Universitário.
 - (C) Universidade.
 - (D) Não se aplica.
8. **DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO SUPERIOR?**
 - (A) Presencial.
 - (B) Semi-presencial.
 - (C) A distância.
 - (D) Não se aplica.
9. **INDIQUE A MODALIDADE DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.**
 - (A) Atualização (mínimo de 180 horas).
 - (B) Especialização (mínimo de 360 horas).
 - (C) Mestrado.
 - (D) Doutorado.
 - (E) Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.
10. **INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.**
 - (A) Educação, enfatizando alfabetização.
 - (B) Educação, enfatizando educação matemática.
 - (C) Educação – outras ênfases.
 - (D) Outras áreas que não a Educação.
 - (E) Não se aplica.
11. **VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?**
 - (A) Sim.
 - (B) Não. (Passe para a questão 14).
12. **QUAL A CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTE DA QUAL PARTICIPOU?**
 - (A) Menos de 20 horas.
 - (B) De 21 a 40 horas.
 - (C) De 41 a 80 horas.
 - (D) Mais de 80 horas

13. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A MELHORIA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?

- (A) Quase sempre.
- (B) Eventualmente.
- (C) Quase nunca.
- (D) Não contribuíram em nada.

NESTA ESCOLA, QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO PROFESSOR(A)?

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

14. ALÉM DA ATIVIDADE COMO DOCENTE NESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- (A) Sim, na área de Educação.
- (B) Sim, fora da área de Educação.
- (C) Não. **(Passe para a questão 17).**

15. QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO PROFESSOR(A)?

(Soma de tudo o que você ganha como professor(a))

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.

- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

16. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO?

- (A) Há menos de 1 ano.
- (B) De 1 a 2 anos.
- (C) De 3 a 5 anos.
- (D) De 6 a 9 anos.
- (E) De 10 a 15 anos.
- (F) De 15 a 20 anos.
- (G) Há mais de 20 anos.

17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA NESTA ESCOLA?

- (A) Há menos de 1 ano.
- (B) De 1 a 2 anos.
- (C) De 3 a 5 anos.
- (D) De 6 a 9 anos.
- (E) De 10 a 15 anos.
- (F) De 15 a 20 anos.
- (G) Há mais de 20 anos.

18. CONSIDERANDO TODA A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ MINISTRA AULAS PARA ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S)?

- (A) Até 2 anos.
- (B) De 3 a 4 anos.
- (C) De 5 a 6 anos.
- (D) De 7 a 8 anos.
- (E) Mais de 8 anos.

19. NESTA ESCOLA, QUAL A SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL? (Considere a carga horária contratual: horas-aula mais horas para atividades, se houver.)

- (A) Menos de 16 horas-aula.
- (B) De 16 a 19 horas-aula.
- (C) 20 horas-aula.
- (D) De 21 a 23 horas-aula.
- (E) De 24 a 25 horas-aula.
- (F) De 26 a 29 horas-aula.
- (G) 30 horas-aula.
- (H) De 31 a 35 horas-aula.
- (I) De 36 a 39 horas-aula.
- (J) 40 horas-aula.
- (L) Mais de 40 horas-aula.

20. EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ TRABALHA?

- (A) Apenas nesta escola. **(Passe para a questão 23).**
 (B) Em 2 escolas.
 (C) Em 3 escolas.
 (D) Em 4 ou mais escolas.

- (A) Menos de 16 horas.
 (B) De 16 a 19 horas.
 (C) 20 horas.
 (D) De 21 a 23 horas.
 (E) De 24 a 25 horas.
 (F) De 26 a 29 horas.
 (G) 30 horas.
 (H) De 31 a 35 horas.
 (I) De 36 a 39 horas.
 (J) 40 horas.
 (L) Mais de 40 horas.

21. AO TODO, QUANTAS HORAS-AULA VOCÊ MINISTRA POR SEMANA? (Não considere aulas particulares)**22. QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NESTA ESCOLA?** (Marque apenas UMA opção)

- (A) Estatutário.
 (B) CLT.
 (C) Prestador de serviço por contrato temporário.
 (D) Prestador de serviço sem contrato.
 (E) Outras.

AS ATIVIDADES (DE LÍNGUA PORTUGUESA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Semanalmente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
23. copiar textos extensos do livro didático ou do quadro de giz (quadro-negro ou lousa).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
24. conversar sobre textos de jornais e revistas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
25. fazer exercícios sobre gramática relacionados com textos de jornais ou revistas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
26. automatizar o uso de regras gramaticais.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
27. ler, discutir com colegas e escrever textos relacionados com o desenvolvimento de projeto temático.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
28. ler contos, crônicas, poesias ou romances.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
29. conversar sobre contos, crônicas, poesias ou romances.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
30. usar contos, crônicas, poesias ou romances para exercitar aspectos da gramática.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
31. fixar os nomes de conceitos gramaticais e lingüísticos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
32. discutir um texto, explorando as diferenças entre fatos e opiniões.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

AS ATIVIDADES (DE MATEMÁTICA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Semanal mente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
33. fazer exercícios para automatizar procedimentos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
34. lidar com problemas que exigem raciocínios diferentes e mais complexos que a maioria dos exemplos usuais.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
35. falar sobre suas soluções, discutindo os caminhos usados para encontrá-las.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
36. gravar as regras que permitem obter as respostas certas dos cálculos e problemas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
37. lidar com temas que aparecem em jornais e/ou revistas, discutindo a relação dos temas com a Matemática.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
38. interpretar resultados numéricos obtidos para dar uma resposta adequada ao problema.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
39. lidar com situações que lhes sejam familiares e que apresentem temas do interesse dos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
40. experimentar diferentes modos de resolver um problema ou de efetuar um cálculo.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
41. aprimorar a precisão e a velocidade de execução de cálculos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
42. experimentar diferentes ações (coletar informações recortar, analisar, explorar, discutir, manipular etc.) para resolver problemas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

INDIQUE SE VOCÊ UTILIZA OU NÃO NESTA ESCOLA: (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Sim, utilizo.	Não utilizo porque não acho necessário.	Não utilizo porque a escola não tem.
43. Computadores	(A)	(B)	(C)
44. Internet	(A)	(B)	(C)
45. Fitav de vídeo ou DVD	(A)	(B)	(C)
46. Jornais e revistas informativas	(A)	(B)	(C)
47. Livros de consulta para os professores	(A)	(B)	(C)
48. Livros de leitura	(A)	(B)	(C)
49. Livros didáticos	(A)	(B)	(C)
50. Retroprojektor	(A)	(B)	(C)
51. Máquina copiadora	(A)	(B)	(C)

COMO FOI DESENVOLVIDO O PROJETO PEDAGÓGICO DESTA ESCOLA NESTE ANO?

Pela aplicação de modelo encaminhado pela Secretaria de Educação.

Foi elaborado pelo(a) diretor(a).

O(A) diretor(a) elaborou uma proposta de projeto, apresentou-a aos professores para sugestões e depois chegou à versão final.

Os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, o diretor chegou à versão final.

Foi elaborado pelo(a) diretor(a) e por uma equipe de professores.

De outra maneira.

Não sei como foi desenvolvido.

Não existe Projeto Pedagógico.

53. CONSELHO DE CLASSE É UM ÓRGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIRAM OS CONSELHOS DE CLASSE DESTA ESCOLA?

(A) Uma vez.

(B) Duas vezes.

(C) Três vezes ou mais.

(D) Nenhuma vez.

(E) Não existe Conselho de Classe.

54. QUANTO DOS CONTEÚDOS PREVISTOS VOCÊ CONSEGUIU DESENVOLVER COM OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) AVALIADA(S), NESTE ANO?

(A) Menos de 40%.

(B) Entre 40% e 60%.

(C) Entre 60% e 80%.

(D) Mais de 80%.

QUANTOS DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) VOCÊ ACHA QUE (Marque apenas UMA opção em cada linha).

	Quase todos os alunos.	Um pouco mais da metade dos alunos.	Um pouco menos da metade dos alunos.	Poucos alunos.	Não sei.
55. concluirão o Ensino Fundamental (8. ^a série)?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
56. concluirão o Ensino Médio?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
57. entrarão para a Universidade?	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

ALGUMAS AFIRMAÇÕES SÃO USADAS PARA EXPLICAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS. ASSINALE SUA POSIÇÃO, CONSIDERANDO A SITUAÇÃO DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S). (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Concordo	Discordo
58. São localizadas na escola devido à carência de infra-estrutura física e/ou pedagógica.	(A)	(B)
59. Estão relacionadas aos conteúdos curriculares, que são inadequados às necessidades dos alunos.	(A)	(B)
60. São decorrentes do ambiente de insegurança física da escola.	(A)	(B)
61. Encontram-se na escola, que oferece poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno.	(A)	(B)
62. Estão relacionadas ao não-cumprimento do conteúdo curricular.	(A)	(B)
63. Relacionam-se à sobrecarga de trabalho do(as) professores(as), dificultando o planejamento e o preparo das aulas.	(A)	(B)
64. São decorrentes da indisciplina dos alunos em sala de aula.	(A)	(B)
65. Ocorrem devido ao baixo salário dos professores, que gera insatisfação e desestímulo para a atividade docente.	(A)	(B)
66. São decorrentes do meio em que o aluno vive.	(A)	(B)
67. São decorrentes do nível cultural dos pais dos alunos.	(A)	(B)
68. Estão relacionadas à falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos.	(A)	(B)
69. Ocorrem devido à falta de aptidão e habilidades do aluno.	(A)	(B)
70. Ocorrem devido ao desinteresse e falta de esforço do aluno.	(A)	(B)
71. Estão vinculadas à baixa auto-estima dos alunos.	(A)	(B)

OS ITENS DE 73 A 87 APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA das duas alternativas.)

	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
72. O(A) diretor(a) me anima e me motiva para o trabalho.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
73. Tenho plena confiança no(a) diretor(a) como profissional.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
74. O(a) diretor(a) consegue que os professores se comprometam com a escola.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
75. O(a) diretor(a) estimula as atividades inovadoras.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
76. O(a) diretor(a) dá atenção especial a aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
77. O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com as normas administrativas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
78. O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com a manutenção da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
79. Sinto-me respeitado(a) pelo(a) diretor(a).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
80. Respeito o(a) diretor(a).	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
81. Participo das decisões relacionadas com o meu trabalho.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
82. A equipe de professores leva em consideração minhas idéias.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
83. Eu levo em consideração as idéias de outros colegas.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
84. O ensino que a escola oferece aos alunos é muito influenciado pela troca de idéias entre os professores.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
85. Os professores desta escola procuram coordenar o conteúdo das disciplinas entre as diferentes séries.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
86. O diretor, professores e demais membros da equipe da escola colaboram para fazer esta escola funcionar bem.	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)

AS PERGUNTAS DE 88 A 95 APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS. RESPONDA SE CADA UM DELES OCORREU OU NÃO NESTE ANO. CASO TENHA OCORRIDO, ASSINALE SE FOI OU NÃO UM PROBLEMA GRAVE, DIFICULTANDO O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA. (Marque apenas UMA opção em cada linha).

Ocorreu na Escola	Não	Sim, mas não foi um problema grave.	Sim, e foi um problema grave
87. insuficiência de recursos financeiros?	(A)	(B)	(C)
88. inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries?	(A)	(B)	(C)
89. carência de pessoal administrativo?	(A)	(B)	(C)
90. carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)?	(A)	(B)	(C)
91. falta de recursos pedagógicos?	(A)	(B)	(C)
92. alto índice de faltas por parte de professores?	(A)	(B)	(C)
93. alto índice de faltas por parte de alunos?	(A)	(B)	(C)
94. problemas disciplinares causados pelos alunos?	(A)	(B)	(C)

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELES ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO NESTA ESCOLA.

	QUEM FOI O AGRESSOR?					
	Aluno (1)		Professor (2)		Funcionário (3)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
95. Agressão verbal a professores	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
96. Agressão física a professores	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
97. Agressão verbal a alunos	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
98. Agressão física a alunos	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
100. Agressão verbal a funcionários	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
101. Agressão física a funcionários	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELES ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO, ENQUANTO VOCÊ MINISTRAVA AULAS, NA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) NESTA ESCOLA.

	Sim	Não
102. Você foi vítima de atentado à vida?	(A)	(B)
103. Você foi ameaçado por algum aluno?	(A)	(B)
104. Você foi agredido verbalmente por algum aluno?	(A)	(B)
105. Você foi agredido fisicamente por algum aluno?	(A)	(B)
106. Você foi vítima de furto?	(A)	(B)
107. Você foi vítima de roubo (com uso de violência)?	(A)	(B)
108. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de bebida alcoólica?	(A)	(B)
109. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de drogas ilícitas?	(A)	(B)
110. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma branca (facas, canivetes etc.)?	(A)	(B)
111. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma de fogo?	(A)	(B)

112. VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)?

- (A) Sim.
- (B) Não.

113. A SUA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL 2005?

- (A) Sim.
- (B) Não.

114. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA TÊM LIVROS DIDÁTICOS?

- (A) Sim, todos têm.
- (B) Sim, a maioria tem.
- (C) Sim, metade da turma tem.
- (D) Sim, menos da metade da turma tem.
- (E) Não, esta turma não recebeu o livro didático.

115. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA RECEBERAM O LIVRO DIDÁTICO NO INÍCIO DO ANO LETIVO?

- (A) Sim.
- (B) Não.

116. NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA, FOI CONSULTADO O “GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS” DA SEF/MEC?

- (A) Sim.
- (B) Não.

117. PARA A DISCIPLINA QUE VOCÊ MINISTRA, COMO FOI ESCOLHIDO O LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?

(Escolha apenas UMA alternativa de resposta)

- (A) Escolhi junto com outros professores.
- (B) O coordenador pedagógico, o orientador educacional e o diretor escolheram depois de consultar a equipe de professores da disciplina.
- (C) O coordenador pedagógico e/ou orientador educacional escolheu sozinho.
- (D) O diretor escolheu sozinho.

- (E) O livro foi escolhido por órgãos de gerência externa à escola.
- (F) Não sei como este livro foi escolhido.
- (G) Não utilizo livro didático nestas turmas.

118. O LIVRO DIDÁTICO ESCOLHIDO FOI O RECEBIDO?

- (A) Sim.
- (B) Não.

119. COMO VOCÊ CONSIDERA O(S) LIVRO(S) DIDÁTICO(S) UTILIZADO(S) POR VOCÊ NA(S) DISCIPLINA(S) QUE VOCÊ MINISTRA NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?

- (A) Ótimo.
- (B) Bom.
- (C) Razoável.
- (D) Ruim.

ANEXO G
SAEB e Prova Brasil 2007
Questionário do Diretor



SAEB E PROVA BRASIL – 2007

QUESTIONÁRIO DO DIRETOR

Senhor(a) Diretor(a),

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do **Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

O Ministério da Educação instituiu o IDEB, calculado com base em dois pilares: a) as informações sobre rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono); e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes resultantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Reinstituído por Portaria Ministerial, em 2005, o SAEB passou a ser composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) – também conhecida como Prova Brasil. Ambas têm como objetivo principal oferecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

Nesse Sistema, busca-se identificar os níveis de qualidade da educação brasileira por meio da avaliação do desempenho dos alunos em momentos conclusivos de diversas etapas de seu percurso escolar, ao mesmo tempo em que se contextualiza, por meio de estratégias que incluem a aplicação de questionários, as condições em que o ensino acontece.

O presente questionário, parte integrante dos processos avaliativos, tem como objetivo coletar dados acerca do estilo gerencial e perfil socioeconômico e cultural dos diretores das escolas em que a avaliação está sendo aplicada. Para cada aspecto avaliado, preencha, **na FOLHA DE RESPOSTAS**, o campo correspondente à resposta que você considera mais adequada. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

A sua colaboração, ao preencher este questionário, será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira. Esclarecemos que não existe identificação do respondente, interessando ao MEC apenas as informações prestadas.

1. SEXO

- (A) masculino.
- (B) feminino.

2. IDADE

- (A) Até 24 anos.
- (B) De 25 a 29 anos.
- (C) De 30 a 39 anos.
- (D) De 40 a 49 anos.
- (E) De 50 a 54 anos.
- (F) 55 anos ou mais.

3. COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- (A) Branco(a).
- (B) Pardo(a).
- (C) Preto(a).
- (D) Amarelo(a).
- (E) Indígena.

4. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE ATÉ A GRADUAÇÃO.

- (A) Menos que o Ensino Médio (antigo 2.º grau).
- (B) Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
- (C) Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
- (D) Ensino Superior – Pedagogia.
- (E) Ensino Superior – outras Licenciaturas
- (F) Ensino Superior – Escola Normal Superior.
- (G) Ensino Superior – Outros.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

- (A) Há 2 anos ou menos.
- (B) De 3 a 7 anos.
- (C) De 8 a 14 anos.
- (D) De 15 a 20 anos.
- (E) Há mais de 20 anos.

6. EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR? SE VOCÊ ESTUDOU EM MAIS DE UMA INSTITUIÇÃO, ASSINALE AQUELA EM QUE OBTVEU O SEU TÍTULO PROFISSIONAL.

- (A) Pública federal.
- (B) Pública estadual.
- (C) Pública municipal.
- (D) Privada.
- (E) Não se aplica.

7. QUAL ERA A NATUREZA DESSA INSTITUIÇÃO?

- (A) Faculdade isolada.
- (B) Centro Universitário.
- (C) Universidade.
- (D) Não se aplica.

8. DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO SUPERIOR?

- (A) Presencial.
- (B) Semi-presencial.
- (C) A distância.
- (D) Não se aplica.

9. INDIQUE A MODALIDADE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Atualização (mínimo de 180 horas).
- (B) Especialização (mínimo de 360 horas).
- (C) Mestrado.
- (D) Doutorado.
- (E) Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.

10. INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Educação, enfatizando Gestão e Administração Escolar.
- (B) Educação, enfatizando a área pedagógica.
- (C) Educação – outras ênfases.
- (D) Outras áreas que não a Educação.
- (E) Não se aplica.

11. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- (A) Sim.
- (B) Não. (Passe para a questão 14)

12. QUAL A CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE MAIS RELEVANTE DA QUAL VOCÊ PARTICIPOU?

- (A) Menos de 20 horas.
- (B) De 21 a 40 horas.
- (C) De 41 a 80 horas.
- (D) Mais de 80 horas.

13. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE QUE VOCÊ PARTICIPOU?

- (A) Quase sempre.
- (B) Eventualmente.
- (C) Quase nunca.
- (D) Nunca.

14. QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO DIRETOR(A)?

14. (Soma de tudo o que você ganha como Diretor(a))

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

15. QUAL A SUA RENDA FAMILIAR BRUTA?

- (A) Até R\$ 380,00.
- (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
- (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
- (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
- (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
- (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
- (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
- (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
- (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
- (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
- (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
- (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
- (N) Mais de R\$ 3.100,00.

ALÉM DA DIREÇÃO DESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- (A) Sim, na área de Educação.
- (B) Sim, fora da área de Educação.
- (C) Não.

16. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA EM EDUCAÇÃO?

- (A) Há menos de 2 anos.
- (B) De 2 a 4 anos.
- (C) De 5 a 10 anos.
- (D) De 11 a 15 anos.
- (E) Há mais de 15 anos.

17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ EXERCE FUNÇÕES DE DIREÇÃO?

- (A) Há menos de 2 anos.
- (B) De 2 a 4 anos.
- (C) De 5 a 10 anos.
- (D) De 11 a 15 anos.

(E) Há mais de 15 anos.

18. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ É DIRETOR(A) DESTA ESCOLA?

- (A) Há menos de 2 anos.
- (B) De 2 a 4 anos.
- (C) De 5 a 10 anos.
- (D) De 11 a 15 anos.
- (E) Há mais de 15 anos.

19. QUAL É A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NESTA ESCOLA?

- (A) Até 20 horas semanais.
- (B) Até 30 horas semanais.
- (C) Até 40 horas semanais.
- (D) Mais de 40 horas semanais.

20. VOCÊ ASSUMIU A DIREÇÃO DESTA ESCOLA POR

- (A) seleção.
- (B) eleição apenas.
- (C) seleção e eleição.
- (D) indicação de técnicos.
- (E) indicação de políticos.
- (F) outras indicações.
- (G) outra forma.

21. VOCÊ PROMOVEU ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NESTA ESCOLA?

- (A) Sim.
- (B) Não. (Passe para a questão 24)

22. QUAL FOI A PROPORÇÃO DE DOCENTES DA SUA ESCOLA QUE PARTICIPOU DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PROMOVIDAS POR VOCÊ NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- (A) Menos de 10%.
- (B) Entre 11% e 30%.
- (C) Entre 31% e 50%.
- (D) Mais de 51%.
- (E) Não sei.

23. CONSELHO DE ESCOLA É UM COLEGIADO CONSTITUÍDO POR REPRESENTANTES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE QUE TEM COMO OBJETIVO ACOMPANHAR AS ATIVIDADES ESCOLARES. NESTE ANO, QUANTAS VEZES O CONSELHO DESTA ESCOLA SE REUNIU?

- (A) Uma vez.
 (B) Duas vezes.
 (C) Três vezes ou mais.

- (D) Nenhuma vez.
 (E) Não existe Conselho de Escola. (**Passe para a questão 29**)

O CONSELHO DE ESCOLA É COMPOSTO POR
 (Marque SIM ou NÃO em cada linha)

Representantes	Sim	Não
24. professores.	(A)	(B)
25. alunos.	(A)	(B)
26. funcionários.	(A)	(B)
27. pais.	(A)	(B)

28. CONSELHO DE CLASSE É UM ÓRGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIRAM OS CONSELHOS DE CLASSE DESTA ESCOLA?

- (A) Uma vez.
 (B) Duas vezes.
 (C) Três vezes ou mais.
 (D) Nenhuma vez.
 (E) Não existe Conselho de Classe.

29. QUANTO AO PROJETO PEDAGÓGICO DESTA ESCOLA, (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) foi adotado o modelo encaminhado pela Secretaria da Educação.
 (B) foi elaborado por mim.
 (C) depois de eu ter elaborado uma proposta do projeto, apresentei-a aos professores para sugestões e só depois escrevi a versão final.
 (D) os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, escrevi a versão final.
 (E) uma equipe de professores e eu elaboramos o projeto.
 (F) foi elaborado de outra maneira.
 (G) não sei como foi desenvolvido.
 (H) não existe Projeto Pedagógico.

30. QUAL É O CRITÉRIO PARA A ADMISSÃO DE ALUNOS NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Prova de seleção.
 (B) Sorteio.
 (C) Local de moradia.
 (D) Prioridade por ordem de chegada.
 (E) Outro critério.
 (F) Não existe critério pré-estabelecido.

31. NO INÍCIO DESTA ANO LETIVO, QUAL DAS OPÇÕES ABAIXO MELHOR

CARACTERIZA A PROCURA POR VAGAS NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Após o processo de matrícula, a escola ainda tinha vagas disponíveis.
 (B) A procura por vaga na escola preencheu as vagas oferecidas.
 (C) A procura por vaga na escola foi um pouco maior que as vagas oferecidas.
 (D) A procura por vaga na escola superou em muito o número de vagas oferecidas.

32. QUAL O CRITÉRIO UTILIZADO PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Homogeneidade quanto à idade (alunos com a mesma idade).
 (B) Homogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com similar rendimento).
 (C) Heterogeneidade quanto à idade (alunos com idades diferentes).
 (D) Heterogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com nível de rendimento diferente).
 (E) Não houve critério.

33. NESTE ANO, QUAL FOI O CRITÉRIO MAIS IMPORTANTE PARA A ATRIBUIÇÃO DAS TURMAS DE 1.ª A 4.ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL AOS PROFESSORES? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Esta escola não oferece 1.ª a 4.ª séries do Ensino Fundamental.
 (B) Preferência dos professores.
 (C) Professores experientes com turmas de aprendizagem mais rápida.
 (D) Professores experientes com turmas de aprendizagem mais lenta.
 (E) Manutenção do professor com a mesma turma.
 (F) Revezamento dos professores entre as séries.
 (G) Sorteio das turmas entre os professores.
 (H) Outro critério.
 (I) Não houve critério preestabelecido.

34. QUAL É O PERCENTUAL DE PROFESSORES COM VÍNCULO ESTÁVEL NESTA ESCOLA?

- (A) Menor ou igual a 25%.
 (B) De 26% a 50%.
 (C) De 51% a 75%.
 (D) De 76% a 90%.

(E) De 91% a 100%.

35. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUM PROGRAMA DE REDUÇÃO DAS TAXAS DE ABANDONO?

- (A) Sim, e o programa está sendo aplicado.
- (B) Sim, mas ainda não foi implementado.
- (C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema.
- (D) Não, porque na minha escola não há esse tipo de problema.

36. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUM PROGRAMA DE REDUÇÃO DAS TAXAS DE REPROVAÇÃO?

- (A) Sim, e o programa está sendo aplicado.
- (B) Sim, mas ainda não foi implementado.
- (C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema.
- (D) Não, porque na minha escola não há esse tipo de problema.

PARA EVITAR QUE OS ALUNOS FALTEM ÀS AULAS, (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

	Sim	Não
37. os professores falam com os alunos.	(A)	(B)
38. os pais/responsáveis são avisados por comunicação escrita.	(A)	(B)
39. os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto em reunião de pais.	(A)	(B)
40. os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto individualmente.	(A)	(B)
41. a escola envia alguém à casa do aluno.	(A)	(B)

42. ESTA ESCOLA DESENVOLVE, REGULARMENTE, ALGUM PROGRAMA DE APOIO OU REFORÇO DE APRENDIZAGEM PARA OS ALUNOS (monitoria, aula de reforço etc.)?

- (A) Sim.
(B) Não.

AS PERGUNTAS DE 44 A 53 APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS. RESPONDA SE CADA UM DELES OCORREU OU NÃO NESTE ANO. CASO TENHA OCORRIDO, ASSINALE SE FOI OU NÃO UM PROBLEMA GRAVE, DIFICULTANDO O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

Ocorreu na escola	Não.	Sim, mas não foi um problema grave.	Sim e foi um problema grave.
43. insuficiência de recursos financeiros?	(A)	(B)	(C)
44. inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries?	(A)	(B)	(C)
45. carência de pessoal administrativo?	(A)	(B)	(C)
46. carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)?	(A)	(B)	(C)
47. falta de recursos pedagógicos?	(A)	(B)	(C)
48. interrupção das atividades escolares?	(A)	(B)	(C)
49. alto índice de faltas por parte de professores?	(A)	(B)	(C)
50. alto índice de faltas por parte de alunos?	(A)	(B)	(C)
51. rotatividade do corpo docente?	(A)	(B)	(C)
52. problemas disciplinares causados por alunos?	(A)	(B)	(C)

CONSIDERE AS CONDIÇÕES EXISTENTES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR NESTA ESCOLA. (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

	Sim	Não
54. Há interferências externas em sua gestão?	(A)	(B)
55. Há apoio de instâncias superiores?	(A)	(B)
56. Há troca de informações com diretores de outras escolas?	(A)	(B)
57. Há apoio da comunidade à sua gestão?	(A)	(B)

INDIQUE SE NESTA ESCOLA EXISTEM OU NÃO OS RECURSOS APONTADOS E QUAIS SÃO SUAS CONDIÇÕES DE USO. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Bom	Regular	Ruim	Inexistente
58. Computadores para uso dos alunos	(A)	(B)	(C)	(D)
59. Acesso à Internet para uso dos alunos	(A)	(B)	(C)	(D)
60. Computadores para uso dos professores	(A)	(B)	(C)	(D)
61. Acesso à Internet para uso dos professores	(A)	(B)	(C)	(D)

	Bom	Regular	Ruim	Inexistente
62. Computadores exclusivamente para uso administrativo	(A)	(B)	(C)	(D)
63. Fitas de vídeo ou DVD (educativas)	(A)	(B)	(C)	(D)
64. Fitas de vídeo ou DVD (lazer)	(A)	(B)	(C)	(D)
65. Máquina copiadora	(A)	(B)	(C)	(D)
66. Impressora	(A)	(B)	(C)	(D)
67. Retroprojektor	(A)	(B)	(C)	(D)
68. Projetor de slides	(A)	(B)	(C)	(D)
69. Videocassete ou DVD	(A)	(B)	(C)	(D)
70. Televisão	(A)	(B)	(C)	(D)
71. Antena parabólica	(A)	(B)	(C)	(D)
72. Linha telefônica	(A)	(B)	(C)	(D)
73. Aparelho de som	(A)	(B)	(C)	(D)
74. Biblioteca	(A)	(B)	(C)	(D)
75. Quadra de esportes	(A)	(B)	(C)	(D)
76. Laboratório	(A)	(B)	(C)	(D)
77. Auditório	(A)	(B)	(C)	(D)
78. Sala para atividades de música	(A)	(B)	(C)	(D)
79. Sala para atividades de artes plásticas	(A)	(B)	(C)	(D)

QUE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES SÃO DESENVOLVIDAS REGULARMENTE COM OS ALUNOS NESTA ESCOLA? (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

	Sim	Não
80. Esportivas.	(A)	(B)
81. Artísticas (música, teatro, trabalhos artesanais).	(A)	(B)

82. OS ESPAÇOS DESTA ESCOLA SÃO UTILIZADOS PARA ATIVIDADES COMUNITÁRIAS?

- (A) Sim, planejadas apenas pela escola.
 (B) Sim, planejadas apenas pela comunidade.
 (C) Sim, planejadas conjuntamente (escola e comunidade).
 (D) Não.

NESTE ANO, OCORRERAM NESTA ESCOLA (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)	Sim	Não
83. eventos da comunidade usando instalações, equipamentos ou recursos da escola.	(A)	(B)
84. eventos de terceiros realizados na escola e abertos para a comunidade (<i>shows</i> , teatro, palestras).	(A)	(B)
85. eventos da escola e destinados à comunidade externa (cursos, práticas esportivas, palestras).	(A)	(B)
86. campanhas de solidariedade promovidas pela escola.	(A)	(B)
87. campanhas de solidariedade propostas pela comunidade, envolvendo a escola.	(A)	(B)
88. comunidade colaborando na manutenção de hortas, pomar, jardins.	(A)	(B)
89. comunidade participando em mutirão para limpeza da escola.	(A)	(B)
90. comunidade participando em mutirão para manutenção da estrutura física da escola.	(A)	(B)

QUANTO A APOIO FINANCEIRO, ESTA ESCOLA PARTICIPA DE ALGUM? (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

	Sim	Não	Não se aplica.
91. Programa de Financiamento do Governo Federal?	(A)	(B)	(C)

92. Programa de Financiamento do Governo Estadual?	(A)	(B)	(C)
93. Programa de Financiamento do Governo Municipal?	(A)	(B)	(C)

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

- 94. QUEM ESCOLHEU OS LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS NESTA ESCOLA?** (Escolha apenas UMA alternativa de resposta.)
- (A) A equipe de professores da disciplina correspondente.
 (B) O coordenador pedagógico, orientador educacional e eu, depois de consultarmos a equipe de professores da disciplina correspondente.
 (C) O coordenador pedagógico ou orientador educacional escolheu sozinho.
 (D) Eu escolhi sozinho.
 (E) Órgãos de gerência externa à escola.
 (F) Não sei.

NESTE ANO, OCORRERAM AS SEGUINTE SITUAÇÕES: (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

	Sim	Não
95. Os livros chegaram em tempo hábil para o início das aulas.	(A)	(B)
96. Faltaram livros para os alunos.	(A)	(B)
97. Sobraram livros.	(A)	(B)
98. Os livros escolhidos foram os recebidos.	(A)	(B)

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

NESTE ANO, ACONTECERAM OS SEGUINTE FATOS NESTA ESCOLA:

	Agente causador Externo		Agente causador Interno	
	(estranho à escola)		(da própria escola)	
	Sim	Não	Sim	Não
99. Atentado à vida de professores ou funcionários dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
100. Atentado à vida de alunos dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
101. Furto a professores ou funcionários dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
102. Furto a alunos dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
103. Roubo (com uso de violência) a professores ou funcionários dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
104. Roubo (com uso de violência) a alunos dentro da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
105. Furto de equipamentos e materiais didáticos ou pedagógicos da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
106. Roubo (com uso de violência) de equipamentos e materiais didáticos ou pedagógicos da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
107. Quebra intencional de equipamento.	(A)	(B)	(C)	(D)
108. Pichação de muros ou paredes das dependências externas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
109. Depredação das dependências externas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
110. Sujeira nas dependências externas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
111. Sujeira nas dependências internas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
112. Pichação de muros ou paredes das dependências internas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
113. Depredação das dependências internas da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
114. Depredação de banheiros.	(A)	(B)	(C)	(D)
115. Consumo de drogas nas dependências da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
116. Consumo de drogas nas proximidades da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
117. Tráfico de drogas nas dependências da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)
118. Tráfico de drogas nas proximidades da escola.	(A)	(B)	(C)	(D)

NESTE ANO, OS SEGUINTE EVENTOS FIZERAM OU NÃO PARTE DO COTIDIANO DESTA ESCOLA:

	Sim	Não
119. Membros da comunidade escolar portando arma de fogo.	(A)	(B)
120. Membros da comunidade escolar portando arma branca (faca, canivete, estilete etc.).	(A)	(B)
121. Ação de gangues nas dependências externas da escola.	(A)	(B)
122. Ação de gangues nas dependências internas da escola.	(A)	(B)

NESTE ANO, HOUE

	Quem foi o agressor?					
	Aluno (1)		Professor (2)		Funcionário (3)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
123. agressão verbal a professores.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
124. agressão física a professores.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
125. agressão verbal a alunos.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
126. agressão física a alunos.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
127. agressão verbal a funcionários.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)
128. agressão física a funcionários.	(A)	(B)	(A)	(B)	(A)	(B)

129. VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)?

(A) Sim.

(B) Não.

130. A SUA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL 2005?

(A) Sim.

(B) Não.